

CÂNDIDA PEREIRA DOS SANTOS MONTEIRO

**PARA UMA HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA: A TRAJETÓRIA
DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO
(1905 / 1929)**

Salvador
2017



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE (PPGEduC)

CÂNDIDA PEREIRA DOS SANTOS MONTEIRO

PARA UMA HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA: A TRAJETÓRIA
DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO
(1905 / 1929)



Salvador
2017

CÂNDIDA PEREIRA DOS SANTOS MONTEIRO

**PARA UMA HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA: A TRAJETÓRIA
DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO
(1905 / 1929)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabete Conceição Santana.

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Monteiro, Cândida Pereira dos Santos

Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905//1929) / Cândida Pereira dos Santos Monteiro – Salvador, 2017.

140 f.

Orientadora: Elizabete Conceição Santana

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. .

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Instituições Escolares - História. 2. Cultura Escolar. 3. Escola Primária. 4. Grupos Escolares. Santana, Elizabete Conceição. II. Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.

CDD 370.981

FOLHA DE APROVAÇÃO

**PARA UMA HISTÓRIA DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA: A
TRAJETÓRIA DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (1905/1929)**

CÂNDIDA PEREIRA DOS SANTOS MONTEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 11 de outubro de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dra. Elizabete Conceição Santana
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educación Moral y Democracia
Universidade de Barcelona, Espanha



Prof. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil



Prof. Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Ciencias de La Educación
Universidade Católica de Córdoba, UCC, Argentina

AGRADECIMENTOS

“Gratidão é uma carta de amor que enviamos para o universo”. Com essas palavras inicio essa escrita por entender que o ato de agradecer é também reconhecer que em nossa caminhada não estamos sós, e quão importante foi o apoio de diversas pessoas nesse ciclo.

Sou grata ao universo, às divinas forças superiores, astrológicas e naturais que regem a órbita e que, de alguma forma, regem os meus caminhos nesse plano terreno.

Agradeço aos meus familiares pelo afeto, pela energia positiva emanada, pelas orações e todo o suporte dado nessa trajetória, mesmo sem entender, muitas vezes, algumas abdições e movimentos contrários aos considerados mais aceitáveis frente às demandas da sociedade capitalista. Agradeço especialmente a minha mãe, Nicélia, por todo cuidado, preocupação, acalento e encorajamento e a minha irmã, Emanuela, que compartilhou mais de perto todo o percurso, com muita dedicação e compreensão. Elas foram as minhas grandes incentivadoras.

Agradeço a minha orientadora, professora Elizabete Santana, pela disponibilidade intelectual, material e espiritual, pelo comprometimento e sensibilidade no processo de orientação e também por entender e saber lidar com as minhas limitações e inconstâncias. O agradecimento se estende ao Grupo de Pesquisa (GPEC) pela colaboração e solidariedade. Desde o compartilhamento de experiências, as aprendizagens, as palavras de encorajamento e conforto, até as contribuições no processo da pesquisa e na elaboração do trabalho.

Agradeço às professoras da banca examinadora, Ione e Jaci, pela disponibilidade e contribuições para este estudo.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida, a qual possibilitou o desenvolvimento da pesquisa com certa tranquilidade.

Agradeço também a Secretaria de Educação do município de Morro do Chapéu, Ba, pelo consentimento da minha estadia na Residência Estudantil de Morro do Chapéu, durante o curso.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs
a caminhar”.

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa apresenta os resultados do estudo sobre o Grupo Escolar Rio Branco, de Salvador - Bahia, o primeiro grupo escolar do estado, localizado no antigo distrito da Penha, desde a sua fundação, no ano de 1905, até os anos finais da Primeira República, considerando a ação socioeducacional do professor e primeiro diretor, Cincinnato Franca, como indispensáveis ao desenvolvimento dos pressupostos do ensino moderno, da época, nesta instituição escolar; apesar dos problemas que assolavam as escolas públicas baianas. Analisando o contexto histórico, sócio - político, econômico e educacional da Bahia, buscou-se identificar que entraves dificultaram a disseminação dos grupos escolares, propostos em diversas leis, decretos, reformas e regulamentos do ensino primário baiano, sobretudo, no primeiro período republicano. Com base na história das instituições escolares e ou educativas, brasileiras, foram observados diversos aspectos da cultura escolar e cultura material escolar, que permearam os processos de escolarização neste grupo escolar e de que forma o currículo em uso e as atividades didático-pedagógicas foram desenvolvidas.

Palavras-chave: História das instituições escolares, Cultura escolar, Escola primária, Grupos escolares.

RESUMEN

La investigación presenta los resultados del estudio sobre el Grupo Escolar Rio Branco, de Salvador - Bahía, el primer grupo escolar do estado, , ubicado en el antiguo distrito de Penha, desde su fundación, en el año 1905, hasta los años finales de la Primera República, considerando la acción socioeducativa del profesor y primer director, Cincinnato Franca, como indispensables para el desarrollo de los presupuestos de la enseñanza moderna, de la época, en esta institución escolar; a pesar de los problemas que asolaban las escuelas públicas bahianas. Al analizar el contexto histórico, socio - político, económico y educativo de Bahía, se buscó identificar qué obstáculos dificultaron la diseminación de los grupos escolares , propuestos en diversas leyes, decretos y reglamentos de la enseñanza primaria bahiana, sobre todo, en el primer período republicano. Con base en la historia de las instituciones escolares y / o educativas, brasileñas, se observaron diversos aspectos de la cultura escolar y cultura material escolar, que permearon los procesos de escolarización en este grupo escolar y de qué forma el currículo en uso y las actividades didáctico-pedagógicas se desarrollaron .

Palabras clave: Historia de las instituciones escolares, Cultura escolar, Escola Primaria
Grupos escolares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – Figuras, quadros e fotografias

FIGURAS

Figura 1 – Bahia. Carteiras americanas das escolas da Bahia no início do século XX.....	30
Figura 2 – Bahia. Modelo de planta da fachada de prédio para as escolas primárias do estado da Bahia, 1904.....	35
Figura 3 – Bahia. Demonstrativo de grupos escolares concluídos no estado, 1956.....	66
Figura 4 – Bahia. Lei nº 749, 1905.....	78
Figura 5 – Bahia. Notícia sobre a máquina de datilografia para o Grupo Escola Rio Branco, 1913.....	92
Figuras 6 – Bahia. Ato de aposentadoria do professor Cincinnato Franca, 1925.....	107
Figuras 7 Bahia. Notícia sobre o falecimento do professor Cincinnato Franca, 1934.....	108
Figuras 8 – Bahia. Nota sobre o falecimento de Cincinnato Franca, 1934.....	108
Figura 9 – Bahia. Desenho da fachada principal do Grupo Escolar Rio Branco, 1929.....	116
Figura 10 – Bahia. Desenho da fachada lateral do Grupo Escolar Rio Branco, 1929.....	116

QUADROS

Quadro 1 – Brasil. Dados quantitativos das escolas primárias estaduais do país, 1926.....	63
Quadro 2 – Bahia. Matrícula, frequência e aprovação dos alunos da 1ª Escola do sexo masculino da Penha, 1893 – 1904.....	77
Quadro 3 – Bahia. Matrícula e frequência do Grupo Escolar da Penha, 1905 - 1910.....	89
Quadro 4 – Bahia. Materiais solicitados para o grupo escolar, 1914.....	96
Quadro 5 – Bahia. Matrícula e frequência das escolas do Grupo Escolar Rio Branco, 1914 - 1917.....	99

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Bahia. Escola infantil anexa ao Instituto Normal.	51
Fotografia 2 – Bahia. Classe do 4º ano da escola anexa elementar feminina.	52
Fotografia 3 – Bahia. Grupo Escolar General Osório, Ilhéus.	55
Fotografia 4 – Bahia. Grupo Escolar J. J. Seabra, Feira de Santana.	57
Fotografias 5 e 6 – Bahia. Outros grupos escolares de Feira de Santana.	58
Fotografia 7 – Bahia. Grupo Escolar Úrsula Catharino, Salvador.	60
Fotografia 8 – Bahia. Grupo escolar Austricliano Carvalho, Senhor do Bonfim.	61
Fotografia 9 – Bahia. Ribeira, Itapagipe, s/d.	68
Fotografia 10 – Bahia. Bonde elétrico, Avenida Beira Mar, Itapagipe, s/d.	70
Fotografia 11 – Bahia. Cincinato Ricardo Pereira da Franca, S/d.	73
Fotografia 12 – Bahia. Grupo Escolar da Penha em excursão pedagógica, 1908.	86
Fotografia 13 – Bahia. Grupo Escolar Rio Branco, 1923.	105
Fotografia 14 – Bahia. Edifício do Grupo Escolar Rio Branco reconstruído, 1929.	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	AS PRESCRIÇÕES SOBRE MODELOS DE ESCOLAS E PRÉDIOS ESCOLARES NA LEGISLAÇÃO BAIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	19
2.1	A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA ANTES DA PROMULGAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO DO PERÍODO REPUBLICANO.....	22
2.2	PRESCRIÇÕES SOBRE PRÉDIOS ESCOLARES E MODELO DE ESCOLAS NA LEGISLAÇÃO ESCOLAR DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	26
2.2.1	Modelos de escola e prédios escolares nas reformas do ensino primário baiano de 1889 a 1919.....	27
2.2.2	As prescrições sobre modelo de escolas e prédios escolares na lei de reforma do ano de 1925.....	40
3	A DISSEMINAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA.....	47
4	TRAJETÓRIA DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (1905/1929): O primeiro grupo escolar do estado da Bahia.....	67
4.1	A SEDE DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO: O Distrito da Penha na Península de Itapagipe.....	68
4.2	PRIMEIRA ESCOLA DO SEXO MASCULINO DA PENHA (1891 A 1904): A Origem do Grupo Escolar.....	72
4.3	O GRUPO ESCOLAR DA PENHA DE 1905 A 1911.....	78
4.4	O GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO DE 1913 A 1925.....	90
4.5	O FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO SOB NOVA DIREÇÃO.....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	FONTES.....	121
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICES.....	137
	APÊNDICE A – BAHIA. CARACTERÍSTICAS DE ESCOLAS PRIMÁRIAS SEGUNDO A LEI E O REGULAMENTO DE 1925.....	137

APÊNDICE B – BAHIA. MAPEAMENTO DE GRUPOS ESCOLARES DA BAHIA.	138
ANEXO	140
ANEXO A - BAHIA. Demonstrativo dos diretores e corpo docente do Grupo Escolar Rio Branco – 1905 – 1928.	140

1 INTRODUÇÃO

Pensar nos grupos escolares, modelo de escolarização primária, propostos no primeiro período republicano e extintos em 1970, é rememorar com saudosismo a escola pública de décadas anteriores, responsável pela formação básica de inúmeras pessoas. Em diversas cidades, as marcas dos grupos escolares, ainda estão materializadas nos prédios onde funcionaram essas instituições, referenciados por memorialistas e ou pelos mais velhos habitantes das cidades, como o prédio do antigo grupo escolar, representando, assim, um símbolo da educação local.

Para além destes prédios, vários processos educativos, constitutivos da sua cultura escolar, continuaram presentes na configuração da escola do tempo presente. Os princípios que fundamentaram a organização e funcionamento escolar dos grupos, na Primeira República, como a seriação, agrupamento dos alunos de acordo a idade e nível de conhecimento, racionalização do tempo, ainda que tenham sofrido reformulações de acordo com as demandas atuais da sociedade, foram conservados pela organização escolar contemporânea.

Gatti Júnior e Oliveira (2002) sinalizam para um olhar historiográfico mais complexo e abrangente sobre os espaços da educação escolar, suas singularidades e particularidades e a importância da análise do interior das escolas, contextualizada e relacionada às práticas atuais. Nessa perspectiva, Sanfelice (2009) mostra a importância de aplicar aos estudos das instituições educacionais um olhar universal, atento à história que envolve o contexto global, ou seja, que contempla a totalidade de suas relações sociais, culturais, educativas, ideológicas, políticas e outras que estiveram inseridas na história da instituição.

Vinão Frago (2001), ao discorrer sobre cultura escolar, aborda as variedades que as envolve. Para este autor, existem várias culturas escolares, assim como as diversas instituições educativas, embora possam apresentar semelhanças, não são iguais, cada uma é constituída de singularidades e tem suas próprias peculiaridades.

A partir das aulas da disciplina Educação e Currículo Escolar, ministrada pela professora Dr^a Elizabete Conceição Santana, no curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, em 2010, surgiu o interesse pelo tema quando do primeiro contato com a história dos grupos escolares, o que me fez lembrar de ter estudado, no ensino básico, no prédio do antigo “grupo escolar” da cidade de Morro do Chapéu - Ba.

Dessa forma, com o ingresso, em 2011, no Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC), vinculado à UNEB, o qual tem pesquisado o processo de construção da escola

primária baiana, com ênfase na Primeira República, deu-se início ao estudo do “Grupo Escolar” Coronel Dias Coelho, de Morro do Chapéu¹.

Dos resultados obtidos na referida pesquisa, desenvolvida de 2011 a 2013, foi observada a necessidade de aprofundar esses estudos e entender o que foram os grupos escolares entre nós, analisando se, de fato, as prescrições para o ensino primário baiano, postas nas leis, decretos e regulamentos, correspondiam às práticas escolares vivenciadas nessas instituições.

A participação no processo de revisão do livro: **A construção da escola primária na Bahia: O ensino primário no município de Salvador (1896 - 1929)**, produzido por membros do GPEC, oportunizou o contato com documentos sobre o Grupo Escolar Rio Branco, de Salvador, relacionados na referida obra.

Assim, partindo da documentação localizada e catalogada pelo grupo de pesquisa, percebeu-se o potencial do objeto de estudo. Tomando com base o desejo de continuar estudando o tema, o fato de não existir um estudo específico sobre essa instituição e também a necessidade de ampliar as pesquisas sobre história das instituições educacionais baianas, considerou-se importante investigar a história do primeiro grupo escolar da Bahia, criado no âmbito municipal, em 1905.

A história constituída deste grupo escolar, do sexo masculino, aponta os aspectos peculiares desde a sua criação, que se deu por lei especial a qual transformou a 1ª escola municipal do sexo masculino da Penha, em grupo escolar, com a reunião de escolas primárias no mesmo espaço físico, funcionando, por anos, em prédio inadequado e distante do que apresentavam os grupos escolares modelares de outras capitais do país, em melhor situação socioeconômica. Apesar desses problemas de ordem física, destacam-se as ações educativas do primeiro diretor da instituição, o professor Cincinnato Ricardo Pereira da Franca, juntamente com o corpo docente, desenvolvidas com base nas renovações pedagógicas da época.

Com essas questões, tenta-se, ainda que de forma breve, observar o Grupo Escolar Rio Branco, na perspectiva da micro - história , considerando que, como bem abordou LEVI (1992, p. 138 -139): “A micro - história como uma prática é essencialmente baseada na

¹ A pesquisa empreendida apontou que, embora o primeiro prédio da Escola Coronel Dias Coelho tenha sido projetado pelo Conselho Municipal de Morro do Chapéu, no ano de 1916, para ser um grupo escolar, nele foram instaladas escolas reunidas em 1928. Só mais tarde, na década de 1960, quando foi transferido para outro prédio é que provavelmente funcionou como grupo. Neste novo prédio, até o tempo presente, está mantido o registro na fachada de Grupo Escolar Coronel Dias Coelho. Essa questão vai ao encontro do que foi colocado por Silva (1997, p.87), em relação às escolas primárias baianas e prédios escolares na década de 1920, que “[...] por força de novas instalações escolares, isto é, pela introdução das escolas reunidas em prédios que se convencionou chamar de grupo escolar, em oposição à escola isolada [...]”.

redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental [...]”.

O campo de pesquisa em história da educação no Brasil, sobretudo nos últimos anos, ganhou espaço no cenário da produção acadêmica e científica e vem revelando diversos e novos elementos da nossa história educacional. Os conhecimentos históricos decorrentes destes estudos têm dado visibilidade a uma multiplicidade de sujeitos e práticas educativas que contribuíram para a configuração dos processos educacionais.

Incluídas nos estudos históricos da educação, as instituições educativas e ou escolares recentemente se constituíram como significativos temas de pesquisa, em especial, nos programas de pós - graduação em educação. Este tema tem aparecido, também, como foco de discussões e como eixos temáticos de encontros, colóquios e outros eventos sobre educação e história da educação².

As investigações apontam que São Paulo foi pioneiro na implantação dos grupos escolares a partir de 1893 e tornou - se referência para os demais estados. Conforme Rosa Fátima de Souza (2006, p. 56) a escola modelo paulista foi padrão para o funcionamento dos grupos escolares. Naquele estado, após a primeira reforma da instrução pública, realizada em 1892, o ensino primário compreendia os cursos preliminares e complementares, o programa separado por séries e a inserção do método intuitivo, prescrição para construções das casas escolares, com mobiliário e materiais didáticos adequados a graduação escolar. No início, a proposta de criação dos grupos escolares paulista era, basicamente, reunir as escolas isoladas das localidades mais próximas.

No Rio de Janeiro, na época Distrito Federal do Brasil, os grupos foram instituídos na lei de 1893 e implantados no ano de 1897. Elton Santos (2013), ao analisar a implantação da escola graduada no Mato Grosso verificou que os grupos escolares desse estado foram instituídos no regulamento de 1910.

Em Minas Gerais, conforme Luciano M. de Faria Filho (2000), após a reforma de 1906 os grupos foram oficialmente instituídos na legislação educacional. Sobre os grupos mineiros Veiga (2011) ressaltou que em 1899 foi instituído o primeiro grupo escolar do estado, em Juiz de Fora, com a reunião de duas escolas do sexo feminino, sob a direção de um inspetor de ensino, tendo sido inaugurado em 1901 e instalado em prédio próprio.

Nos estudos de França (2013), a autora mostra que no Pará os grupos foram instituídos na legislação de 1889, tendo sido criado o primeiro grupo escolar em 1899, no interior do estado,

² Um exemplo é o I Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, que aconteceu na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), de São Paulo, em 2004.

em decorrência da reunião de escolas isoladas. Em Santa Catarina, os grupos foram propostos na reforma de 1904, de modo que o primeiro grupo escolar do estado foi inaugurado em 1911, sendo originário de uma escola municipal, transformada em grupo escolar, como foi visto em Silva (2006).

O processo de inserção dos grupos no estado da Paraíba, conforme Pinheiro (2002), foi lento e decorreu da transição das escolas isoladas para as escolas agrupadas de 1916 a 1929. O primeiro grupo escolar deste estado foi inaugurado no ano de 1916. Já no Piauí, de acordo com Lopes (2006a), eles foram propostos em 1905, instituídos na legislação de 1910, tendo sido inaugurado o primeiro grupo escolar, em 1922, no interior do estado, pela municipalidade.

Esses e outros aspectos das pesquisas evidenciam que ao estudo desse modelo de escola, essencial para o conhecimento da constituição da escola primária, aplicam-se os mesmos requisitos necessários ao estudo de outros modelos de instituição educativa. É imprescindível, portanto, ao tomar os grupos escolares como objeto de pesquisa, considerá-los em sua complexidade e em suas diversas dimensões e, principalmente, como instituições imersas em uma totalidade perpassada por relações de poder com uma história que, geralmente, não é visível, nem fácil de captar³.

Sobre a história das instituições educativas e sobre a abordagem metodológica, foi observado que,

A abordagem metodológica que leva em conta a história das instituições educativas é, segundo Magalhães (1999,p.63), “uma abordagem que permite a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas.” Nesse processo investigativo há um cruzamento de informações de várias naturezas - orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias – que ao serem exploradas e utilizadas, requerem um criterioso cuidado hermenêutico. (ALMEIDA, 2005, p.27 apud MAGALHÃES, 1999, p.63, grifo do autor)

Ou seja, não basta apenas encontrar os documentos, é preciso fazer uma leitura crítica do material, buscar outras fontes de pesquisa, como referências bibliográficas, outros trabalhos que abordem a temática para ampliar a visão do pesquisador, planejar procedimentos para a análise do material levantado, a fim de facilitar e dar consistência e coerência à pesquisa.

Considerando a micro - história como uma prática historiográfica que se utiliza de variados referenciais teóricos, em conformidade com Levi (1992), destaca-se o aporte teórico

³ Também com base no mapeamento das pesquisas, do HISTEDBR, sobre os grupos escolares brasileiros foi observado variados resultados, levando em conta as especificidades de cada pesquisa, cada cidade e estado.

utilizado dos estudos de Faria Filho; Diana Vidal, (2000), Souza (1998), Boto (1999), entre outros autores para a compreensão dos aspectos das instituições educativas e da cultura escolar.

De acordo com Saviani (2006), as fontes documentais são o ponto de partida da construção historiográfica e para a reconstrução do objeto histórico pesquisado. Por intermédio da análise documental, é possível estudar aspectos da cultura escolar, do currículo, das práticas, das dimensões físicas e pedagógicas, pautado na compreensão por meio de documento concebido em sua forma ampliada, na mesma perspectiva dos Annales, envolvendo os registros escritos, fotográficos, sonoros, materiais etc.

Segundo Del Priore, para entender como lidar com documentos primários e fontes, é preciso entender a realidade histórica e que a história, antes de ser uma disciplina científica, é uma prática social, dessa forma,

Parte integrante desta prática é a pesquisa histórica. Esta como – ensina José Honório Rodrigues – é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, sua incorporação ao escrito ou narrativa histórica ou a revisão e interpretação nova da história. (DEL PRIORE, 2002, p.10)

Assim, atenta a esses pressupostos e entendendo que as fontes são a base da produção historiográfica, além da bibliografia, foi utilizado um conjunto de fontes referentes à instrução primária na Bahia, com ênfase na Primeira República, e sobre o Grupo Escolar Rio Branco. As fontes, na pesquisa histórica documental, mais comumente utilizadas por boa parte dos pesquisadores são os documentos escritos e o testemunho oral, seguindo a perspectiva de Rouso (1996). Estes suportes conferem à pesquisa histórica fundamentos substanciais, contribuindo para confrontar, comparar ou comprovar os elementos pesquisados. Nesse sentido, os documentos administrativos utilizados foram: atos, ofícios, comunicados de diretor do grupo escolar e de delegados escolares; relatórios escolares, mapas demonstrativos e boletins de matrícula e frequência, de anos situados entre 1905 e 1929, e outros.

Os documentos legais e oficiais utilizados foram as leis de reforma da instrução primária da Bahia, da Primeira República, relatórios do Conselho Municipal de Salvador, falas, mensagens e relatórios de governadores do estado. Para complementar as informações sobre o objeto de estudo e o contexto educacional do período trabalhado, foram utilizadas ainda notícias de jornais, teses e outros documentos.

Deve-se ressaltar que, por conta da dispersão e fragmentação dos documentos e das informações constantes neles, o empreendimento de fazer uma narrativa textual exigiu bastante esforço de ordenação do material disponível; a partir daí, foi possível fazer a caracterização do grupo escolar e de suas práticas de ensino.

O recorte temporal corresponde ao período que vai do ano inicial de criação e fundação do Grupo Escolar Rio Branco, em 1905, até o ano de 1929, em função de ser esta a data limite dos documentos localizados.

Apesar das inúmeras possibilidades que as fontes oferecem, os pesquisadores enfrentam obstáculos ao longo das investigações, sobretudo na localização dos documentos escolares, muitas vezes inexistentes ou dispersos e desorganizados nos arquivos, incompletos e deteriorados. A complementação da pesquisa com outras fontes documentais como jornais, legislação, fotografias, escritos de memorialistas, testemunhos orais e outros documentos que ajudem a compor a história da instituição investigada é fundamental no processo da pesquisa com instituições escolares.

O tratamento da documentação escolar do Grupo Rio Branco evidenciou a necessidade de um grande empenho na organização de modo a reduzir a dispersão e a fragmentação das informações. Com isso, o exame minucioso e a escrita detalhada, apresentados, seguiram a linha apontada por Levi (1992) de que, na perspectiva da micro - história fatos, aparentemente, insignificantes e casos individuais podem revelar um fenômeno mais geral.

Os grupos escolares foram disseminados pelo país como uma escola pública pautada numa organização administrativa e pedagógica moderna, inserida no projeto de modernização e civilização do Brasil. Na Bahia, assim como em outros estados, o modelo grupo (s) escolar (es) demorou de ser disseminado.

Esta investigação tentou identificar que entraves dificultaram a disseminação dos grupos escolares na Bahia. Para tanto, fez-se o estudo das prescrições legais para o ensino primário baiano, da Primeira República, observando, de forma geral, como alguns desses preceitos foram efetivados ou não nos poucos grupos escolares instituídos no estado no primeiro período republicano. Além disso, a pesquisa teve como principais objetivos analisar detalhadamente o processo de criação, organização e funcionamento do Grupo escolar Rio Branco e dar relevo ao papel do professor Cincinnato Franca na criação e funcionamento dessa instituição.

Desse modo, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. As primeiras palavras, apresentadas por meio deste capítulo inicial, versam sobre a delimitação do tema e do objeto de pesquisa, bem como do processo metodológico do estudo, observando os fundamentos da

pesquisa histórico-documental e dos estudos das fontes documentais no processo das pesquisas sobre as instituições educacionais. Ainda foi feita uma breve apreciação dos estudos desenvolvidos sobre grupos escolares de outros estados na tentativa de entender como eles foram sendo constituídos, em conformidade com a realidade de cada local.

O segundo capítulo, intitulado: *AS PRESCRIÇÕES SOBRE MODELOS DE ESCOLAS PRIMÁRIAS E PRÉDIOS ESCOLARES NA LEGISLAÇÃO BAIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA*, aborda diversos indicativos legais para as escolas primárias baianas, baseado na perspectiva de que “Não existe na história da educação estudo mais tradicional que o das normas que regem as escolas e os colégios, pois nós atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades.” (JULIA, 1995, p. 19). Dessa forma, observaram-se, através dos textos das leis, decretos e regulamentos de reformas do ensino, os pressupostos de uma pedagogia moderna orientadores das propostas para a escolarização pública primária do estado da Bahia, da República Velha.

O terceiro capítulo, denominado *DISSEMINAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA*, trata, sucintamente, de aspectos de alguns grupos baianos, bem como apresenta a catalogação de possíveis grupos escolares do estado. Esse tipo de escola demandava grandes investimentos e em função da realidade socioeconômica e educacional da Bahia, poucos foram instalados, embora escolas reunidas tenham sido assim designadas, provavelmente pelas semelhanças da organização e funcionamento dos dois modelos de escola primária.

O quarto capítulo - *TRAJETÓRIA DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (1905 / 1929): O primeiro grupo escolar do estado da Bahia* apresenta os resultados da pesquisa do processo da criação ao funcionamento do Grupo Escolar Rio Branco, no primeiro período republicano, no município de Salvador, capital da Bahia, considerando o contexto histórico, sócio - político, econômico e educacional do estado e a importância da figura de Cincinnato Ricardo Pereira da Franca, primeiro professor e diretor do grupo, para a constituição da instituição no cenário educacional baiano.

2 AS PRESCRIÇÕES SOBRE MODELOS DE ESCOLAS E PRÉDIOS ESCOLARES NA LEGISLAÇÃO BAIANA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A instalação da República brasileira é um episódio da história nacional cujos desdobramentos foram ancorados em pressupostos desenvolvimentistas construídos em torno de temas como modernização, civilização e democratização. Com base nesses pressupostos, a instrução pública primária passou a ser alvo de reformas em diversos estados que, de certo modo, são herdeiras das discussões e estudos realizados no decorrer do século XIX, quando:

[...] conteúdos e métodos de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, entre eles, melhor organização pedagógica para a escola primária. Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A ideia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização.

O fenômeno de âmbito mundial foi alimentado pela circulação de ideias e modelos gerados nos países ditos “civilizados” na época. Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto de reflexão política e pedagógica: métodos de ensino, a ampliação de programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação dos alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplinar escolar. (SOUZA, 2000, p. 11, grifo da autora).

As propostas de renovação disseminadas pós - proclamação da República, portanto não eram novas. No período anterior, já havia uma preocupação com a instrução popular e com a estrutura pedagógica e administrativa da escola primária de modo que, progressivamente, foram surgindo indicações de reestruturação que, no final do Império, já estavam pautadas nas ideias de modernidade pedagógica em circulação. Com isso, estas propostas foram as bases para as reformas educacionais brasileiras, na Primeira República.

A renovação da escola primária não é fato inerente à República, foi um processo pensado por pessoas interessadas em romper a estrutura defasada do ensino com vistas à civilização e erradicação do analfabetismo no país. Este movimento já estava em andamento também na Bahia e seus vestígios estão presentes nas reformas de ensino primário implantadas na Primeira República.

Entre as propostas de reforma da escola primária do fim do Império, destacam-se os pareceres de Ruy Barbosa, que faz uma análise da situação educacional do Brasil e propõe a reformulação do sistema de ensino primário, tomando como referência reconhecidos

intelectuais que pensaram a educação, a exemplo de Bacon, Comenius, Pestalozzi e Froebel, entre outros.

No volume X, tomo IV, da *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, Barbosa apresenta diversos pontos para reforma educacional, com indicativos para a inspeção escolar, condições de higiene, laicidade e obrigatoriedade do ensino primário, recenseamento da população escolar, graduação e outros aspectos vistos nas reformas da instrução pública de diversos estados, inclusive na Bahia.

Na parte *Da educação primária pública e seu magistério*, Barbosa prescreve vários elementos para o funcionamento do curso primário e normal. Em relação à graduação escolar, no, inciso 1º, do artigo 2º foi pontuado que o ensino primário seria ministrado nos jardins de crianças; nas escolas primárias elementares; nas escolas primárias médias e nas primárias superiores. (BARBOSA, 1947, p. 85).

Para os jardins de infância, as aulas deveriam ser ministradas por professores habilitados pelo curso normal, para meninos e meninas com idade entre quatro e sete anos, com duração de três anos de curso, dividido em três classes. O método pedagógico deveria ser baseado no método froebeliano. Para a escola primária elementar, o método indicado era o intuitivo, o curso deveria ter dois anos de duração, bem como o da escola primária média. Já para o curso superior foram estabelecidos quatro anos de duração com um programa de ensino mais aprimorado.

Conforme Valdemarin (2006), o método intuitivo era considerado um instrumento pedagógico inovador para as práticas de ensino nas escolas primárias, visto que estas instituições deveriam ser propagadoras da nova cultura racional e letrada. Os manuais didáticos, baseados no método intuitivo, orientavam a prática pedagógica docente os quais teriam nos livros didáticos modelos para o desenvolvimento de atividades escolares, além de guiar a utilização de modernos materiais didáticos.

Ainda na reforma de Ruy Barbosa são apresentadas propostas da organização de museu pedagógico, museus escolares, com documentação legal e administrativa, indicações de material para o funcionamento escolar e trabalho docente, bem como aspectos higiênicos, programas de ensino, listagem de livros aprovados para o ensino, estatísticas etc.

Para custear as despesas com a educação pública, a reforma prescreveu pelo art. 5º: “Fica estabelecido um fundo escolar, para ser aplicado ao desenvolvimento da instrução popular no

Império.”⁴. No que diz respeito às construções das escolas públicas o inciso 1º, do artigo 8º estabelece,

Mandar imediatamente planejar, e orçar, por arquitetos proficientes nesta especialidade, a construção de casas escolares, que substituam as atualmente alugadas para o ensino primário, bem como as demais que exigir a aplicação rigorosa da instrução obrigatória a toda a população de idade escolar. (BARBOSA, 1947, p. 147).

Com base em Boto (1999), foi observado que Barbosa criticou ainda o ensino mecânico por meio da decoreba e o ensino religioso cristão o qual fazia parte do currículo oficial das escolas brasileiras no Período Imperial, considerados pelo intelectual como entraves para o avanço educacional, atestando sua defesa da escola pública e laica. Sabe-se que Ruy Barbosa

[...] verificava os obstáculos institucionais à edificação do modelo social pretendido. Talvez por essa razão ele tenha, com tanta veemência, condenado também o modelo de escola existente, expondo, a partir de sua denúncia, um projeto alternativo, para organização de um verdadeiro sistema escolar condigno com o rumo propugnado para o desenvolvido nacional [...] (BOTO 1999, p. 266).

Ainda de acordo com a autora, Barbosa se mostrou contrário ao ensino misto, além de outros fatores, em função da distinção do papel de cada sexo na conjuntura da sociedade da época. Dessa forma, mostrou-se a favor da separação dos alunos por sexo nas escolas, o que depois passou a ser um dos elementos que caracterizavam a organização da escola primária graduada no Brasil. Em seus pareceres, já era ressaltado que a mulher deveria ser preparada para educar. Por estes e outros aspectos, Boto considera que,

Ainda que não passasse de uma declaração de intenções na ausência de concretização de um verdadeiro sistema de educação nacional pelo qual fossem efetivamente preparadas as forças populares, as forças do país, inúmeros trabalhos mais recentes tem sido unânimes em concordar que os pareceres de Rui Barbosa representam para a História da Educação talvez o primeiro grande diagnóstico da situação real do ensino no país. (BOTO, 1999, p.259).

Assim, percebe-se que os pareceres de Ruy Barbosa foram o ponto inicial da reformulação da educação pública primária brasileira, antes mesmo da Proclamação da República, e de reformas educacionais realizadas em diversos estados.

⁴ BARBOSA, 1947, p. 133.

Em 1883, o intelectual baiano já apontava aspectos da modernidade pedagógica, indicando a utilização de novos métodos, bem como materiais didáticos, programas escolares e prédios adequados ao ensino primário e da necessidade de investimentos para realizar a renovação pedagógica nas escolas brasileiras, o que já era uma realidade para muitos países que investiram em reformas educacionais.

Se os pareceres de Ruy Barbosa, embasados nas indicações da pedagogia moderna, estabeleciam questões norteadoras para a reformulação do ensino primário do município neutro, província do Rio de Janeiro, as determinações para reformar o ensino público baiano também despontavam através de leis e discursos oficiais de autoridades políticas e educacionais do estado.

Veiga (2011) mostra que no sistema de federalismo implantado com a República a organização central é ampla e os estados são autônomos, ou seja, cada estado brasileiro ficaria responsável pelo andamento da educação primária que se tornou descentralizada, a cargo de cada governo estadual. Sendo assim, na falta de um projeto de educação nacional, após a Proclamação da República registram-se ações de constituição de projetos educacionais para a escola primária em diversos estados brasileiros.

Desse modo, foram realizadas reformas para o ensino público baiano, inspiradas em pressupostos educacionais modernos e nas reformas de outros estados do país que defendiam a graduação como um princípio pedagógico essencial para a organização do novo modelo de escola. Portanto, este capítulo traz uma análise das prescrições legais presentes na legislação baiana da Primeira República através das quais foi, pouco a pouco, emergindo o modelo de grupo escolar considerado adequado para a propagação da escolarização primária do estado da Bahia.

2.1 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA ANTES DA PROMULGAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO DO PERÍODO REPUBLICANO

Estudos de diversos autores mostram como foi lento o processo de organização e expansão do ensino no estado da Bahia e como os problemas no setor educacional são recorrentes.

A fala do presidente da província da Bahia, Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, do ano de 1880, registrava os problemas herdados do passado e indicava a necessidade de reformar a instrução pública e ampliar o ensino baiano, bem como de aprimorar o método e os programas

de ensino, isso, claro, dentro das condições econômicas do estado. Tudo indica que a situação econômica foi um dos principais entraves da concretização das reformas educacionais baiana, por anos.

Nesse período, com um contingente populacional bastante expressivo, a província da Bahia tinha em média apenas 578 escolas primárias e uma média de 21.626 estudantes frequentando estas escolas, como mostrou o relatório do diretor geral da instrução anexo à fala do presidente, de 1880.

Outro ponto abordado neste discurso faz referência à inspeção do ensino, que estava bastante defasada e não retratava a real situação escolar baiana. Além disso, foram apontadas outras áreas que necessitavam de reformas como:

Os concursos, as remoções, os vencimentos e jubilações dos professores. A higiene das escolas, o Conselho Superior da Instrução Pública, [as regras de] adoção de livros para o ensino [...]. (BULCÃO, 1880, p.12).

Logo, em 1881 ainda no governo de Antonio Bulcão, foi instituído novo regulamento de instrução pública da Bahia, o “Regulamento Bulcão” que criou em Salvador duas escolas normais, uma para cada sexo, com estatuto de externato. Para prática docente dos e das normalistas, determinou-se a criação de escolas primárias anexas, uma no externato de homens e outra no externato das senhoras, Franca (1936, p. 49 - 50)⁵.

Com o ensino elementar pautado no método intuitivo, a escola anexa do externato de homens foi apontada como modelo para as demais escolas primárias do estado. Sobre as escolas anexas foi observado no relatório (anexo) que,

Das raríssimas escolas, que são exceções ao nu e vazio das nossas aulas primárias, destacam-se, merecendo particular menção, a escola que funciona no estabelecimento normal de homens para os exercícios práticos dos alunos mestres, e a do sexo feminino, [...], na freguesia da Vitória.

[...].

A primeira está provida de todo o material indispensável: satisfaz plenamente a todas as exigências pedagógicas, tanto pela mobília de sistema excelente, como pelos outros instrumentos [...].

É uma escola modelo. Acha - se perfeitamente montada para o fim a que a destinaram-na.

Os futuros mestres da nossa mocidade precisam conhecer aquilo, que na atualidade, e um assunto de tanta magnitude, é considerado vital para o ensino público.

[...]

⁵ Há uma transformação da Escola Normal já existente.

A segunda escola é menos abundante no material, mas é dentre todas as que se destina ao ensino propriamente elementar, a que ocupa lugar mais saliente. (PARANAGUÁ, 1882, p. 19- 20 - 21).

Sendo assim, pode-se considerar que as escolas anexas foram as propagadoras da modernidade pedagógica baiana, levando em conta que elas estavam dotadas dos materiais pedagógicos que representavam o que existia de mais moderno para o ensino primário, como observado no relatório de Conselheiro Paranaguá (1882, p. 43 - 44).

Neste relatório, foi destacada uma série de materiais, dentre eles: compêndios, jogos, coleções de mapas e coleções mineralógicas, caixas de lições de coisas, compêndios métricos, barômetro, termômetro, ardósias para desenhos, biblioteca equipada com mais de 600 livros, mobiliário comprado nos Estados Unidos, adequados ao tamanho e idade dos alunos, museus escolares, e outros materiais pedagógicos modernos vindos do exterior.

Ainda neste relatório, no anexo II, o diretor geral da instrução instituiu novo regimento interno para as escolas primárias públicas, modificado de acordo com as prescrições do Regulamento Bulcão e estabeleceu a divisão em três cursos: elementar, intermediário e superior, com base na organização dos cursos primários da França. (BARROSO, 1882, p. 41)

Mesmo com o movimento de reformulação da instrução pública primária em curso, o cenário educacional baiano apresentava uma situação lastimável. As condições físicas e pedagógicas da maioria significativa das escolas primárias, tanto na capital quanto em outras localidades da Bahia, eram marcadas pela falta de prédios escolares próprios e adequados ao funcionamento escolar. Essa situação era denunciada nos relatórios de agentes educacionais e também pela imprensa local.

Sobre a situação das casas escolares de Salvador, Antonietta Nunes mostra que:

A assunção pelo estado da obrigação de construir casas apropriadas à instrução foi seguida na Bahia de forma bem mais limitada e pragmática. Concretizou-se a aquisição de cinco imóveis já construídos na capital que foram reformados adaptando - se - lhes para o uso escolar primário das freguesias da Sé, Santana, Santo Antonio Além do Carmo, Mares e São Pedro. Neste último caso, por estarem as casas em ruínas, foi necessário construir um prédio novo. E, enquanto o Estado não dispusesse de prédios próprios ou alugados para o funcionamento das escolas, o ônus da sua locação deveria continuar recaindo sobre o professor. Apenas os mestres das paróquias urbanas da capital recebiam algum auxílio para tanto, assim mesmo menor, em vários casos, do que quando estava em vigência a anterior Reforma de 28 de junho de 1875. (NUNES, 2008, p. 216).

Em 1882 o estado da Bahia possuía uma média de um pouco mais de 600 escolas primárias, a grande maioria das casas escolares eram alugadas pelos professores, muitos destes também por conta dos baixos salários, pagos com atrasos, utilizavam estes espaços como moradia. Para as aulas escolares, geralmente destinavam acanhados cômodos das casas, sem ventilação e iluminação.

Como apontado no relatório de 1882, em pouquíssimas escolas existia mobiliário escolar; em função disso, os alunos se sentavam no chão ou assistiam aulas de pé. Geralmente nas escolas onde existiam mobiliário, estes não correspondiam às recomendações higiênicas, não tinham encosto, as dimensões das carteiras e bancos não correspondiam com a estatura dos alunos e a improvisação de bancos e carteiras se fazia recorrente, comprometendo a postura, a saúde dos alunos, bem como faltavam materiais didáticos para o ensino.

Ainda assim, propostas de renovação da instrução primária baiana seguiram sendo difundidas. Em 1883, o então Diretor Geral da Instrução Pública, Romualdo Maria de Seixas Barroso, embasado pelas recomendações pedagógicas contemporâneas já defendia a organização do ensino primário em níveis, diferenciando os cursos segundo a denominação da escola.

Influenciado pela organização escolar que já era realidade em países da Europa e nos Estados Unidos, em relatório sobre a instrução pública, anexo a fala do Presidente Pedro Luiz Pereira de Souza, o diretor defende essa complexa organização ao afirmar:

A propósito de classificação de escolas, permita V. Ex. que avenge uma ideia.

Está hoje geralmente admitida a divisão em escolas do 1º e escolas de 2º grau.

Nos Estados Unidos há escolas de três graus: a escola primária (Primary School), a escola de gramática (Grammar School) e a escola superior (High School).

Esta divisão traz diversas vantagens.

Apontarei algumas.

1º Vantagens quanto ao aproveitamento dos alunos. Em vez do mestre espelhar sua atenção por todas as disciplinas que constituem os três cursos, concentra-la em poucas. O tempo insuficiente por ventura para o ensino de dez matérias, chegará muito bem para o de quatro ou cinco. Isto é intuitivo.

“Em boa pedagogia, diz Brouard, grupos de alunos, diferentes pela idade e pelo grau de instrução, precisam de mestres diferentes, de lugares distintos, de programas claramente determinados: a escola reunindo os dois graus não pode realizar estas condições”.

2º vantagens quanto ao difundir e aprofundar das matérias ensinadas.

É claro que não devemos sobrecarregar os programas das escolas primárias com muitas disciplinas, mas também é evidente que neste século não é mais

licito reduzir o ensino primário a ler, escrever e contar. (BARROSO, 1883, p. 34 – 35, grifo do autor).

Já se observa nessa fala uma preocupação com uma melhor distribuição do conteúdo e adoção de estratégias de classificação dos alunos de acordo como o conhecimento, critérios que vão ser refinados na medida em que cresce o reconhecimento das vantagens da graduação do ensino primário.

A escola graduada foi o tipo de organização escolar preconizada como ideal no início do Período Republicano no Brasil. De acordo com Souza (2006, p. 24) a graduação escolar remetia a classificação dos alunos por níveis de conhecimento, agrupamento em classes homogêneas, uso do método simultâneo, racionalização do currículo, dos conteúdos, do horário escolar, divisão do trabalho docente, sistema de avaliação, funcionamento das aulas em salas separadas. Cada sala correspondendo a uma série do ensino primário, regida por um professor, todas funcionando no mesmo prédio escolar, dirigido por um diretor (a).

Na prática, a primeira instituição brasileira de ensino primário a implantar a graduação escolar foi a escola modelo do estado de São Paulo, anexa à Escola Normal da Capital.

2.2 PRESCRIÇÕES SOBRE PRÉDIOS ESCOLARES E MODELO DE ESCOLAS NA LEGISLAÇÃO ESCOLAR DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A cultura escolar, na perspectiva de Dominique Julia (1995), constituída como objeto histórico conectado ao contexto social de cada período, é composta por um conjunto de normas e práticas que determinam e transmitem conhecimentos os quais influenciam no currículo e na dinâmica escolar.

Como parte da cultura escolar, a legislação educacional é compreendida por Luciano Mendes de Faria Filho (1998), como fonte e objeto de pesquisa, considerando suas variadas dimensões. Rosa Maria Fátima de Souza ao tratar dos limites e da relevância da legislação para o estudo histórico da educação e das instituições escolares, observou:

A legislação como fonte de pesquisa para a história da educação é limitada para a compreensão das práticas realizadas e do funcionamento efetivo do ensino nas instituições escolares. Não obstante, ela permite compreender as racionalidades instituídas e as tentativas do Poder Público de ordenamento e configuração do ensino. Também se deve levar em conta os efeitos que a legislação produz na cultura escolar, seja se constituindo como parte dessa cultura, seja induzindo e conformando práticas ou ainda, mobilizando

diálogos e reações dos sujeitos educacionais com as normas estabelecidas. (SOUZA, 2012, p.27).

Nesse sentido, é importante investigar os aspectos que envolvem a educação escolar através dos seus vários dispositivos legais para entender não só os impasses gerados pelos interesses por trás das leis, mas também os reflexos desta documentação legal nas práticas escolares e nas políticas educacionais.

Para pensar o período que abrange a Primeira República do Brasil (1899 - 1930), o processo de modernização do país e, sobretudo o processo de modernização da educação pública, é preciso considerar que entre os objetivos de modernizar o Brasil estava inclusa a causa de civilizar e instruir os incultos. Dessa forma, o papel da educação pública assume fundamental importância nesse projeto no sentido de formar cidadãos aptos para o trabalho. Tendo em vista que a instrução pública, principalmente a instrução primária, por muito tempo esteve limitada em várias localidades do país e que existiam mais instituições educativas voltadas ao ensino secundário e superior, renovar e expandir o ensino primário brasileiro passou a ser uma das preocupações de caráter nacional ainda no Período Imperial.

Almejava-se modernizar os grandes centros e suas instituições, baseados nos projetos de modernização da Europa, visando a reestruturação urbana, seguindo as prescrições higiênicas.

Para a instrução pública, foi destinado o serviço de educar e instruir a população por meio dos ideais de civilização, além de preparar para o mundo do trabalho, começando pela escola primária, a qual passou a ser centro de reformas em prol da promoção do ensino moderno. Assim, vários estados realizaram reformas no ensino público, entre o fim do Império e as primeiras décadas do novo regime, dentre eles o estado da Bahia.

2.2.1 Modelos de escola e prédios escolares nas reformas do ensino primário baiano de 1889 a 1919

No governo de Manoel Vitorino Pereira, primeiro governador da Bahia republicana, a diretoria da instrução pública foi assumida pelo também influente político e médico Manuel Sátyro de Oliveira Dias que, segundo Tavares (1968), atuou como conselheiro político na monarquia e esteve como diretor de instrução na gestão em que foi promulgada a Lei de Reforma de 1881⁶.

⁶ Manoel Vitorino Pereira (1853 - 1902) foi uma importante personalidade no cenário político baiano. De origem pobre, formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, passando a figurar como respeitado e moderno

Uma das ações iniciais de Manoel Vitorino foi a reforma do ensino público e entre os seus primeiros atos destacam-se: “[...] os de 30 e 31 de dezembro de 1889, e o de 10 de janeiro de 1890, com os quais pretendeu atualizar e concretizar medidas para a criação de um sistema educacional baiano”. (TAVARES, 1981, p.31).

Esta primeira reforma do período republicano foi a base para as reformas educacionais posteriores. A elaboração dos atos contou com uma comissão de diversos membros da sociedade baiana, nomeada pelo governador, que pensaram o ensino do estado e organizaram um projeto de reforma da instrução popular, guiado pelos pareceres de Ruy Barbosa.

Com o decreto do ato de 30 de dezembro de 1889, foi estabelecida a criação do fundo escolar do estado e do município a fim de desenvolver a educação baiana. Já o ato de 31 de dezembro de 1889, de reforma da instrução primária e secundária, regulamentou a obrigatoriedade do ensino primário para alunos; concurso para professores; divisão do ensino primário em escolas: infantis, elementares, mistas e superiores. O método de ensino posto nos decretos e regulamentos do governo de Pereira era pautado no ensino intuitivo.

Sendo a falta de prédios escolares um problema no estado, foi estabelecido que cada escola tivesse seu prédio próprio equipado com mobiliário adequado às necessidades de cada curso e estatura dos alunos. Esses prédios seriam construídos e equipados à custa do estado e município. Também foi instituído o recenseamento da população estudantil e outras determinações sobre diversos aspectos da educação.

Para administrar os assuntos gerais da instrução, foi criado um Conselho Superior de Ensino composto das comissões: de estatística e recenseamento escolar; pedagógica ou de organização escolar; de higiene; de fiscalização; econômica; de legislação e reformas e de ensino médio ou secundário. A fiscalização do ensino ficaria a cargo dos delegados escolares. Ainda por este ato foi criado o museu pedagógico e a biblioteca pedagógica na capital, além de outros indicativos.

Já com os atos publicados em 10 de janeiro de 1890, foi criado o serviço de saúde escolar, e estabelecida a obrigatoriedade escolar. No serviço de saúde, o art. 3º indicou que:

A comissão de higiene tem a seu cargo estudar as questões relativas à construção e localização dos prédios escolares, mobília e material de ensino e aos métodos e processos de instrução em suas relações com a higiene. (TAVARES, 1968, p. 85).

médico cirurgião. Defensor do desenvolvimento do Brasil, lutou pela abolição do trabalho escravo no país. Nos anos finais do Império envolveu-se na militância política baiana no Partido Liberal, foi nomeado governador provisório do Bahia, após a Proclamação da República, além de ter sido senador federal em 1892, vice-presidente da República e um dos membros fundador do Partido Republicano Federal. (TAVARES, 1968).

O art. 4º prescreveu ainda que esta mesma comissão se encarregasse da organização escolar e dos planos de estudos para construções de prédios amplos, com sistema de ventilação, esgoto, latrinas, bem iluminados e com salas largas, observando a localização que deveria ser central, em terreno grande com espaço para recreação e jardinagem. (Tavares, 1968, p. 86 - 87).

A higiene escolar, como parte da higiene e saúde pública, foi um dos principais preceitos de organização escolar, desde o século XIX. Ela figurou como elemento regulador do currículo escolar, da distribuição e racionalização do tempo e do espaço escolar, da arquitetura e mobiliário, bem como na disciplina e controle corporal, conforme Wiara Alcantara (2014), Raquel Castro (2009) e Oliveira e Linhares (2011).

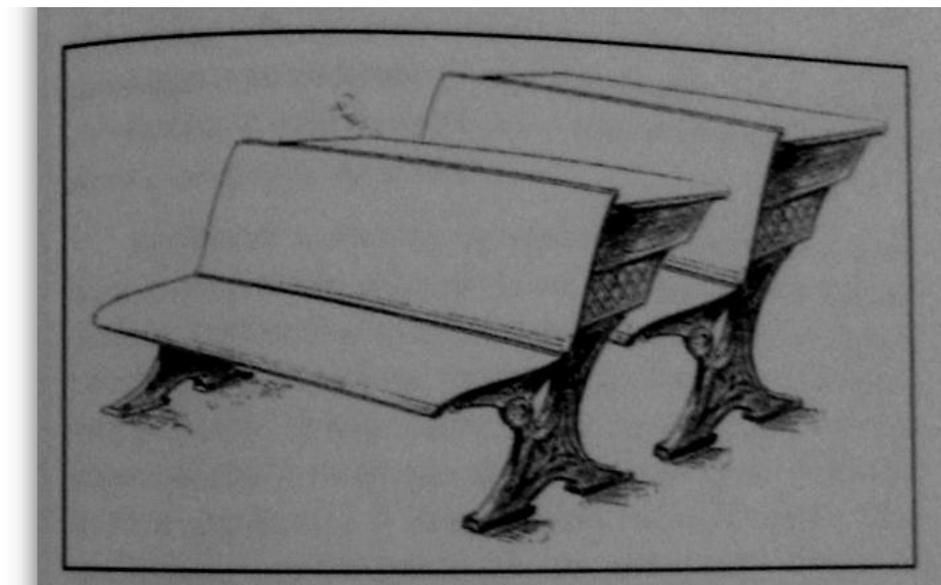
O ato de criação do serviço de saúde escolar baiano demonstra a preocupação em melhorar as condições físicas e higiênicas escolares, o que poderia contribuir para a diminuição de doenças como desvios na coluna, problemas na visão e outras decorrentes da falta de mobiliário escolar adequado.

Desse modo, dentre as indicações sobre o mobiliário para as escolas primárias, especialmente sobre as carteiras escolares postas no art. 18º, ficou determinado que as escolas primárias fossem equipadas com bancos - mesas compostos de uma peça única para até dois alunos. Este móvel deveria ter encosto e seria de cinco tamanhos diferentes, com largura e altura para atender as cinco classes, conforme a estatura dos alunos. Percebe - se a tentativa de mudar a situação vigente, uma vez que a maioria das escolas, como foi pontuado anteriormente, não possuía mobiliário.

Tratando da materialidade das escolas paulistas, com foco na carteira escolar do final do século XIX para o início do século XX, Wiara Alcantara (2014), ao analisar diversos modelos de mesas, bancos e carteiras escolares indicadas para o ensino primário, destaca o modelo americano de mesa - banco, de Illinois, apresentado na Exposição Universal de 1867, em Paris. Este tipo de carteira escolar, com banco sólido e carteira fixa sobre suporte de ferro e ajustável ao tamanho do aluno, se assemelha ao desenho de carteiras americanas apresentado no livro do professor baiano Francisco de Sá Teles, exposto na figura 1.

De acordo com Alcantara (2014), as carteiras americanas, na década de 90 do século XIX, compuseram o mobiliário da Escola Normal de São Paulo e foi o tipo de móvel solicitado para alguns grupos escolares deste estado. Segundo o próprio Sá Teles (1989 apud SANTANA et.al, (Org.), 2011a, p.171), este tipo de móvel compôs as salas de aulas das escolas primárias baianas nas décadas de 30 e 40 do século XX.

Figura 1 – Bahia. Carteiras americanas das escolas da Bahia no início do século XX.



Fonte: TELES, SÁ. **Ideário de Pedagogia e Educação**. 2006, p. 67.

Por fim, o ato de 28 de janeiro de 1890, último dispositivo legal para o ensino primário deste governo, além de ratificar indicações das leis anteriores para construção de prédios escolares decretou por meio do art. 1º que, “O Estado da Bahia garante o juro de 6% ao capital de dois mil contos, levantados por qualquer empresa que queira tomar a si a construção dos prédios escolares públicos” (TAVARES, 1968, p. 115).

Quanto aos edifícios escolares eles deveriam ser de três tipos, para cidades, vilas e povoados. As construções obedeceriam aos planos de arquitetura aprovados por engenheiros, baseados nos preceitos de higiene e seriam construídos em terrenos do estado ou município, ou adquiridos.

No contexto de transformação social e urbana do país, onde a instrução pública figurava como objeto de reformulação educacional, o primeiro governo republicano da Bahia, através da instituição legal de diversos atos, tentou reformar a instrução baiana e buscou dotar as escolas primárias de instrumentos e materiais pedagógicos considerados adequados ao ensino moderno. Para Nunes (2001), a reforma de Manuel Vitorino Pereira foi importante por apresentar uma proposta inovadora.

Em função da instabilidade política baiana, Manuel Vitorino se afastou do governo do estado da Bahia, que foi assumido pelo Marechal Hermes Ernesto da Fonseca e que anulou os atos de Pereira, no mês de abril de 1890, sendo então retomado o último regulamento da instrução pública do Período Imperial, o de 1881.

Em 18 de agosto de 1890, foi sancionado um novo ato para organização da instrução pública da Bahia, o qual deu origem ao regulamento da instrução secundária e ao ato de 07 de março de 1891 que aprovou o regimento interno para as escolas públicas primárias. Este regulamento instituído manteve as determinações sobre a obrigatoriedade e o recenseamento dos atos de 10 de janeiro.

Quanto ao tipo de escola foi prescrito que o ensino primário seria ministrado nas escolas infantis, primárias e primárias superiores. O art. 1º do regimento interno estabeleceu que: “O ensino primário basear-se-á nas lições de coisas generalizadas a todas as disciplinas com adaptação racional a cada categoria de escola”⁷.

O ensino infantil seria dado nas duas escolas anexas à Escola Normal da capital para alunos de quatro a sete anos. Para estas escolas, foi estabelecido o programa de ensino, com base na proposta froebeliana guiada pelas lições de coisas. Para a escola elementar primária o ensino seria misto e pautado no método intuitivo, dividido em três cursos: elementar, médio e superior.

As escolas primárias mistas deveriam seguir a organização da primária elementar, porém no turno matutino, funcionariam as aulas para o sexo feminino e no vespertino, para o masculino. Nas escolas primárias superiores, com o ensino elementar mais aprofundado, seriam criadas quatro escolas para o sexo masculino e quatro para o feminino, na capital do estado, destinadas a alunos de 13 a 16 anos.

Ainda foi criado, neste regulamento, o fundo escolar para construção de prédios escolares de “[...] tipos simples e pouco custosos, mas sólido, elegante e variável” (art. 66. In: SANTANA et.al. (Org.), 2011b, p. 38).

Em meio aos embates de ordem política e mudanças de governadores nesses primeiros anos do regime republicano na Bahia, em agosto de 1895, foi decretada e sancionada a lei número 117 de organização do ensino baiano. Esta lei deu origem ao ato de 4 de outubro de 1895, que regulamentou o ensino primário baiano e em ambos foram mantidas prescrições postas nos atos de 1889 e 1890 e na Constituição baiana de 1891. A partir desta lei, ficou de fato instituído que o ensino primário era da alçada dos municípios, tendo estes de criar, manter e fiscalizar as escolas primárias, como já estava posto na Constituição. Assim, os municípios tinham a obrigação de aplicar pelo menos a sexta parte dos seus rendimentos na instrução primária. (SANTANA et.al. (Org.), 2011).

⁷ SANTANA, Elizabete Conceição. et. al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia: Leis de Reforma e Regulamentos da Instrução 1890-1930**. 1ª. Edição. Salvador: EDUFBA, v.2, 2011, p. 75.

Com essa lei, as escolas primárias da Bahia ministrariam ensino em três níveis: infantil, elementar ou de 1º grau – obrigatório e o complementar ou de 2º grau, correspondendo aos cursos elementar, médio e superior, postos no regulamento. Essas escolas deveriam seguir a organização pedagógica das escolas modelo, as quais, conforme o artigo 63, da lei 117, seriam organizadas como dois grupos escolares completos, anexos ao Instituto Normal. Foi instituído pelo art. 10º que,

Segundo o plano desta lei, um grupo escolar completo, compreende a escola infantil, a elementar e a complementar as quais poderão funcionar separadamente, ou em um só prédio.

§ 1.º Cada uma destas escolas se dividirá em tantas classes, quantas corresponderem ao número de 30 alunos para a infantil, e de 50 para a elementar e a complementar.

§ 2.º Cada classe escolar terá um professor adjunto, e, quando mais de uma escola de categoria diferente funcionar em um só prédio, ficarão todas sob a direção geral do professor da mais graduada. (SANTANA et.al. (Org.), 2011b, p. 94).

A legislação do ano de 1895 foi a primeira do estado a fazer referência ao grupo escolar e a sua constituição. Este tipo de organização escolar era algo bastante moderno para o ensino primário da época, tendo sido considerada ideal para a escolarização em massa e constituição dos sistemas nacionais de ensino no ocidente. Rosa Fátima de Souza destaca que, “A moderna organização da escola primária tornou-se um modelo cultural em circulação adotado por vários países, resguardadas as peculiaridades locais”. (SOUZA, 2006, p.36).

Com a instalação da escola modelo de São Paulo, anexa à Escola Normal da Capital, em 1890, seguindo os parâmetros da escolarização primária graduada, temos a primeira instituição brasileira de ensino primário a dar os passos iniciais rumo à implantação da graduação escolar no país. Assim, ela se constitui como protótipo dos grupos escolares do Brasil.

Em 1893, se deu a criação dos grupos escolares no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro os grupos foram instituídos também por lei do ano de 1893 e, sucessivamente, este modelo foi sendo incorporado na legislação de outros estados.

Conforme Souza (2012, p. 36), a denominação grupo escolar, para um conjunto de escolas reunidas em um mesmo espaço físico, foi apresentada pela primeira vez no regimento das escolas públicas paulistas de 1894, no decreto 248, o qual determinou a criação dos “grupos escolares” para funcionamento de 4 a 10 escolas preliminares (escolas isoladas), com um professor em cada classe com 40 alunos, a serem distribuídos em quatro classes para o sexo

masculino e quatro para o feminino, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso elementar.

O modelo escolar era defendido considerando suas vantagens pedagógicas e econômicas, com o funcionamento de várias escolas no mesmo espaço (agrupamento de muitos alunos) sob a fiscalização do diretor (controle). Inicialmente a proposta de criação dos grupos escolares no estado de São Paulo era basicamente a de reunir as escolas isoladas (escolas unitárias), das localidades mais próximas, de modo que;

A criação das escolas centrais é colocada como uma questão simples e decorrente do processo de reforma, bastando reunir em um só prédio as escolas já existentes em uma localidade. Dessa forma, foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em só um prédio.

A denominação “grupo escolar” foi preferida a “escolas centrais” ratificando o sentido mesmo de reunião de escolas [...]. (SOUZA, 2006, p.64).

A renovação pedagógica, figurando dentro do projeto de modernização do Brasil, tornou-se tendência orientadora das práticas de ensino e divulgou largamente o método intuitivo baseado no ensino dos sentidos, do conhecido para o desconhecido, do abstrato para o concreto.

A reorganização educacional e as reformas na instrução pública, que aconteceram em São Paulo e no Rio de Janeiro, possivelmente influenciaram a lei e regulamento do ensino primário baiano de 1895, além de outros aspectos referentes à organização do ensino.

As prescrições para a construção e aparelhamento para as escolas primárias, postas no regulamento de 1895, indicam que os prédios escolares seriam compostos, além de salas para cada classe, de:

[...] Um atelier para o trabalho manual nas escolas de meninos; [...] Uma sala para os trabalhos de prendas domésticas nas escolas do sexo feminino; [...] Uma sala de desenho para cada escola; [...] Uma sala para biblioteca e museu pedagógicos, comuns ao grupo escolar; [...] Um pátio de recreio meio coberto e um jardim; [...] Latrinas e mictórios em número suficiente, separados do centro escolar, porém em lugar de fácil inspeção; [...] Um gabinete comum aos professores. (SANTANA et.al. (Org.), 2011b. p. 140).

A lei também indicava material didático - pedagógico e mobiliário escolar, pautados na modernidade pedagógica. Assim, o art. 135, do regulamento de 1895, determinou como material escolar:

Bancos-carteiras; Mesa e cadeira de braços para o professor; Estrado – plataforma de 0,20 de altura e 1,20 de largura; Quadros negros quadriculados, pautados e lisos; Relógio de parede; Termômetro e barômetro; Armários para os livros, objetos de classe e estantes, cadeiras e mesa para o museu e a biblioteca; Mapas murais das cinco partes do mundo; Mapa mural do Brasil; Mapa mural da Bahia; Aparelho métrico; Coleção completa de sólidos geométricos; Estojos e mais aparelhos para o ensino de desenho; Modelos em gesso para desenho; Nível; Instrumentos de física; Museu escolar brasileiro; Bandeira nacional; Lavatório; Numerador; Ardósias; Planetário; Medalhas de mérito; Quadro de honra; Livros clássicos aprovados pelo Conselho Superior do Ensino; Cadernos de trabalhos mensais; Material para ensino objetivo da história pátria. (SANTANA et.al.(Org.), 2011b, p. 141-142).

A reforma do ensino primário do estado da Bahia, de 1895, foi a última do século XIX. E segundo Schelbauer (2000, p. 2), este centenário é considerado “[...] o século da instrução popular [...]”, pela forte discussão e difusão da escolarização pública como uma questão de modernização mundial. Além de repensar os processos educativos e organizacionais da escola primária, foi se “[...] reafirmando como função do Estado a tarefa de difundir entre o povo as primeiras letras [...]”.

Enquanto novas propostas para a instrução primária eram introduzidas através da legislação, continuavam em andamento mudanças com vistas a modernização da capital da Bahia. Entre os exemplos apontados por Pinheiro (2011) estão: o plano inclinado Gonçalves, inaugurado em 1889; a construção do segundo elevador hidráulico, do Taboão, em 1897; a eletrificação dos transportes urbanos, em 1897, e a extensão elétrica dos trechos; a chegada do primeiro automóvel à Salvador, em 1902; a inauguração da iluminação elétrica em parte da cidade, em 1903; início das obras para o abastecimento de água, em 1904 e inauguradas em 1907 e outras obras que caracterizam a modernização urbana da cidade. Cumpria, portanto, aperfeiçoar os instrumentos legais que regulavam a administração técnica e pedagógica da educação.

Como forma de aprimorar a reforma realizada no governo de Joaquim Lima, foi alterada a Lei n° 117 de 1895 pela Lei n° 579, de 3 de outubro de 1904, no governo de José Marcelino de Souza (1904 - 1908). Sobre essa reforma Tavares pontuou:

A Lei número 200 deu início a um programa de enxertos e consertos na reforma de 1895. Não negavam, mesmo porque era considerada “adiantada, progressista e apreciável”, mas procuravam ajusta - la nos pontos em que revelara fraqueza.

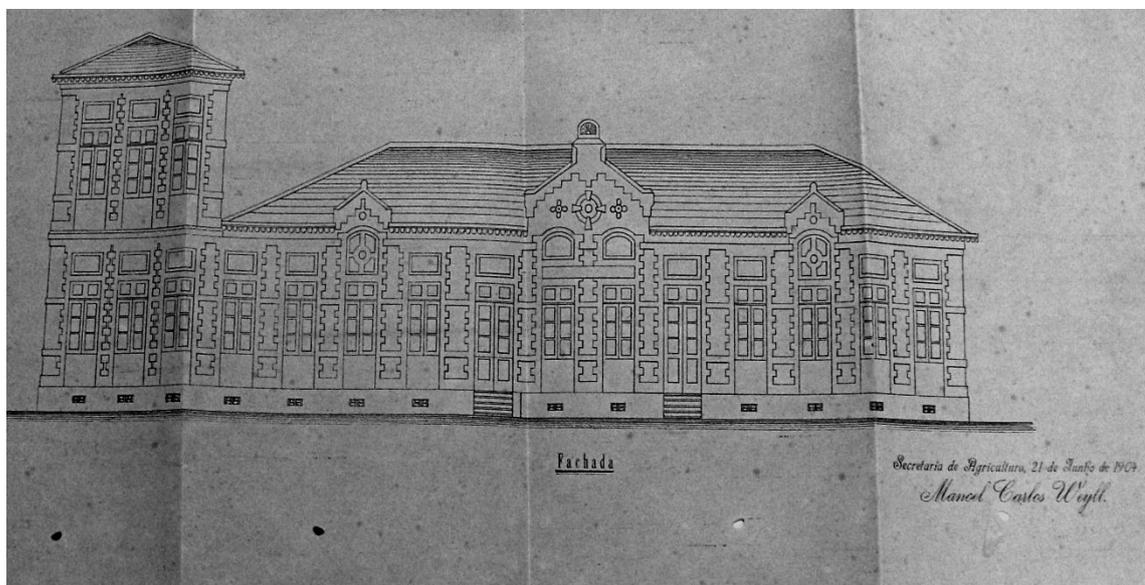
Em 1904, no dia 4 de agosto, uma reunião ampla, realizada em Palácio, deu acerto político que permitiu a rápida votação da Lei 579, uma reforma da reforma de 1895 e na Lei número 200. Em grande parte, consistia em

aumentar a responsabilidade financeira do Estado nas despesas com a educação. Mas atingia a composição do Conselho Superior do Ensino, que foi modificada; a Escola Agrícola que foi entregue á Secretaria da Agricultura; o Ginásio da Bahia e o Instituto Normal, que tiveram os seus programas reduzidos. (TAVARES, 1968, p. 48, grifo do autor).

Com esta nova reforma, foi decretado o Regulamento nº 281 de 5 de dezembro de 1904. Nesses dispositivos legais, foram poucas as mudanças indicadas para o ensino primário baiano. Foram mantidos os tipos de escolas primárias da lei e regulamento anterior e introduzidas algumas modificações em relação à organização pedagógica e programas de ensino primário.

Em relação ao tipo mobiliário indicado para as escolas foram preservadas as mesmas indicações postas na lei anterior. Sobre os prédios para as escolas primárias, o regulamento de 1904 determina que: “[...] são adotados os modelos de prédios escolares, anexos ao relatório do Inspetor Geral do Ensino apresentado no ano de 1904”. (SANTANA et.al. (Org.), 2011b, p. 196).

Figura 2 – Bahia. Modelo de planta da fachada de prédio para as escolas primárias do estado da Bahia, 1904.



Fonte: **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Santos, secretario do interior, justiça e instrução pública, pelo Dr. Otaviano Moniz Barreto. Bahia, 1904.**

Através da planta da parte frontal do modelo de um desses prédios, exibida na figura 2, é possível ver que, se trata de uma arquitetura neoclássica, com uma fachada ampla, bem ornamentada, em superfície plana e térrea, com duas portas de entrada e janelas grandes, o

que facilitaria a ventilação e iluminação. Tais observações se encaixam nas prescrições da higiene e modernização escolar, tendo em vista que os prédios escolares acanhados, mal ventilados e com pouca iluminação eram alvo de críticas por causarem e ou disseminarem moléstias e epidemias.

Apesar das prescrições modernas para a escolarização primária, postas nas reformas educacionais dos primeiros anos do século XX, as escolas do estado não haviam passado ainda por esse processo de reformulação física, pedagógica e administrativa, nem foram implantados os grupos escolares indicados na legislação. Na realidade as escolas isoladas funcionavam de forma precária, sem materiais didáticos, sem mobiliário e em prédios escolares não apropriados para o ensino.

Era uma situação diferente do estado de São Paulo, que era um dos estados brasileiros com melhor situação econômica devido à produção e à exportação do café e da industrialização. Em função disso, investiu na construção de prédios para grupos escolares bem equipados, os quais mostravam, através da grandiosidade arquitetônica, o progresso da instrução. O estado da Bahia, de economia agrícola subdesenvolvida, teve muitas dificuldades para aparelhar a educação pública primária.

Para além da questão econômica e dos embates políticos de poder, muitos deles, por questões partidárias, a preocupação com as demandas sociais, e mais especificamente, com a educação primária, era defendida muito mais através de discursos; na prática, poucos e insuficientes investimentos eram disponibilizados a fim de atender a demanda da população em idade escolar. Como mostrou Augusto Luz, os

[...] interesses políticos condicionaram uma série de ações governamentais nas quais os problemas sociais eram preteridos em função dos interesses oligárquicos que definiam onde os recursos do erário público seriam investidos, não pelo interesse público, mas pelos dissabores partidários. Isso talvez explique, em parte, porque numa sociedade na qual a maioria da população era analfabeta pouco tenha sido feito em relação à educação, à construção de prédios escolares, compra de mobiliário e ao pagamento de professores. Em razão disso, o estado da educação baiana era lastimável e a situação das poucas escolas existentes atestava tal fato. (LUZ, 2009, p.25)

Na década posterior tivemos outra reforma do ensino primário estabelecida no ano de 1913, através da Lei nº 1006 de 6 de setembro, que deu origem ao Decreto nº 1354 de 20 de janeiro de 1914, no governo de José Joaquim Seabra (1912 - 1916), também inserida no processo intensificado da modernização e reurbanização da capital do estado da Bahia,

inspirado na reforma , realizada no Rio de Janeiro (1902 - 1906), que tinha em vista romper com a estrutura urbana colonial e arcaica de Salvador.

Nessa reforma o ensino primário (infantil, elementar e complementar) seria difundido em dois tipos de escolas primárias: nas escolas isoladas (escola regida por um só professor a funcionar no mesmo prédio escolar) e nos grupos escolares (reunião de escolas primárias, funcionando de forma separada no mesmo prédio, sob direção de um professor). De forma que: pelos artigos 27 da lei e 116 do seu regulamento “Os grupos escolares se constituirão de escolas elementares desdobradas já para um, já para outro sexo de 30 a 40 alunos cada uma regida por um professor”. Ou seja, talvez para facilitar a instalação dos grupos propostos pelo governo, foi previsto constituí-los somente com escolas elementares desdobradas, embora no regulamento haja a ressalva de que, conforme o grau de cultura das cidades, poderiam ser constituídos de escola infantil, escolas elementares e escola complementar.

Com a reforma de 1913, começa a haver uma maior especificação do funcionamento do grupo escolar, certamente pela emergência da implantação de fato do novo modelo de escola. Nela se encontram, entre outras prescrições sobre a direção escolar, que deveria ser nomeada pelo governador e entregue a um professor (a) com maior preparo, que seria responsável por orientar pedagogicamente os demais professores.⁸

Tendo em vista que os grupos escolares foram pensados para os centros urbanos, como um tipo de organização escolar mais complexa, a reforma determina a criação de um grupo escolar em cada distrito de Salvador e nas cidades mais importantes do estado, isso dentro da lógica do projeto desenvolvimentista republicano brasileiro, como mostra Souza:

[...] Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito mais que a criação de uma escola isolada cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o regime queria romper. Em certo sentido o grupo escolar, por sua arquitetura, sua organização e suas finalidades, aliava-se as grandes forças místicas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. Não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com maior visibilidade política e social. (SOUZA, 1998, p. 91).

O primeiro governo de J. J. Seabra, apesar das instabilidades políticas e sócio econômicas, foi marcado pela tentativa de modernização da Bahia. Nesse sentido, alguns autores

⁸ Art. 5, 27, 28 e 31. In: SANTANA et al. (Org.), 2011b.

consideram que, o estado viveu seu auge do processo de modernização, sendo realizadas grandes reformas urbanas na capital, de modo que

Ao assumir o governo, J. J. Seabra tem como projeto prioritário introduzir a modernidade nas ruas da velha capital, em função das novas necessidades de circulação, atreladas a uma espacialização-modelo, um novo modo de vida, uma nova estética, um novo sentido público e uma civilização do espetáculo e da velocidade. (PINHEIRO, 2011. p. 218)

No setor da educação pública, além da reforma da legislação de ensino primário, secundário e normal e dos discursos de políticos e educadores em prol da modernização da instrução, poucos foram os resultados frente às demandas de escolarização do estado. Porém, nesse quadriênio, nota-se a edificação do Museu Escolar de Salvador; reforma no prédio do Instituto Normal; realização do 3º congresso de instrução primária e secundária, em julho de 1913, no Instituto Normal da Bahia, com a participação de diversos professores e professoras, além de representantes de 14 estados.

Diante da precariedade das escolas primárias e da necessidade de prédios para elas, o governo deu prosseguimento as obras de construção de dois prédios escolares, um em Cachoeira e outro em São Gonçalo dos Campos. Construiu, ainda, prédio em Feira de Santana, único destinado a grupo escolar nesse governo, inaugurado em dezembro de 1916 como Grupo Escolar J. J. Seabra. Este prédio foi considerado pelo então governador como o edifício escolar primário de destaque do seu governo⁹.

Ainda assim, as estatísticas relativas à instrução pública primária, apresentadas no final deste governo, em 1916, demonstram a grave situação educacional do estado, diante da escassez de escolas primárias públicas e do baixo acesso a escolarização. De forma que, em 1915,

[...] para uma população de 2.200.000 almas a 821[escolas], sendo 582 do Estado, 127 do Município da Capital e 112 dos Municípios do interior, com inscrições que, no total, não excederam de 41. 659 matriculados, e, no registro da frequência, o escasso algarismo de 21.906 alunos. (SEABRA, 1916, p. 24).

Dessa forma, a defesa da instrução pública como pilar do desenvolvimento, propagada nas mensagens do governo baiano, não se sustentava. Mesmo com a prescrição da obrigatoriedade

⁹ SEABRA, José Joaquim. **Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março, o governo da Bahia ao seu sucessor Exm.Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão empossado nesse dia ao cargo de Governador da Bahia.** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 23.

do ensino, a grande maioria da população do estado estava fora da escola. O fato de não existirem escolas suficientes e em condições adequadas era reforçado pelas condições políticas, sociais e econômicas, permeadas pelas disputas de poder. Assim,

Apesar dos recorrentes discursos que apontavam a educação e a instrução como possibilidades para se obter o progresso, a modernização do país e o desenvolvimento do Estado, a realidade mostrava que ainda se vivia numa velha Bahia atrasada e excludente, na qual os embates políticos e a crise econômica atingiam fortemente o sistema educacional, condicionando a sua expansão, marcada há muito tempo pela falta de recursos para o aparelhamento de escolas, para construção de prédios escolares e para o pagamento de professores. Não havia muitas esperanças de que os problemas políticos, econômicos e sociais fossem passageiros e os embates que se intensificavam, na Bahia, a partir de 1912, confirmavam o temor. (LUZ, 2009, p. 27).

De acordo com o governo do estado, “O ensino primário teve modificações de que estava carecendo: sob o plano de uma combinação administrativa mais simples, orientação pedagógica mais complexa e fiscalização, como era indispensável, mais independente”¹⁰. Na prática, a realidade da escolarização primária continuava complicada. Faltavam escolas e as poucas existentes permaneciam sem prédios escolares adequados, sem mobiliários e materiais pedagógicos para o ensino do recomendado método intuitivo.

Quatro anos depois da publicação do regulamento e da lei de 1913, foi decretada uma nova reforma através da Lei nº 1.293 de 9 de novembro de 1918, regulamentada pelo Decreto nº1.9994, de 26 de maio de 1919.

Por essa lei o ensino primário elementar (infantil, elementar e complementar) continuaria a ser ministrado nas escolas isoladas e grupos escolares, contudo o modo de caracterizar esses tipos de escola foi modificado. Escolas isoladas seriam aquelas regidas por um só professor, onde se ministra ensino de um só grau e que funciona, sem ligação com nenhuma outra. O grupo escolar é descrito como reunião de diversas escolas de categorias diferentes, cada qual tendo o seu professor e que funcionam no mesmo prédio sob direção comum¹¹.

Diferentemente da lei anterior, o novo texto legal não faz referências ao modelo de escola que cabe colocar em cada localidade, nem traz prescrições sobre prédios e construções escolares. Modifica a composição dos grupos, indicando, no art. 128, da seção II do decreto de 1919, que

¹⁰SEABRA, José Joaquim. **Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa no Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura**. Bahia, Seção de Obras da Revista do Brasil, 1915, p. 71.

¹¹ Artigos 23 e 24, Lei n. 1293 de 9 de novembro de 1918. In: SANTANA. et. al. (Org.), 2011b, p. 280.

[...] O grupo escolar será composto de uma escola infantil, duas elementares, uma para cada sexo, e duas complementares, sendo também uma para cada sexo, podendo haver maior número de escolas elementares e complementares. (SANTANA. et. al. (Org.), 2011b, p. 320).

O grupo escolar anexo ao Instituto Normal, mantido pelo governo do estado, seria a escola modelo para as escolas primárias baianas, de modo que “[...] lhes dará orientação quanto ao material técnico, ao mobiliário e aos métodos de ensino”¹².

Por diversos motivos, a conjuntura existente no estado em 1918/1919 resultou em dificuldades para efetivar as prescrições para escolarização primária postas na reforma. Ainda assim, para o governador “[...] a lei de reforma do ensino público estadual, nos seus diferentes graus, [...], veio corrigir vários defeitos, harmonizar diversas partes da legislação anterior, preencher lacunas e melhorar muitos pontos do ensino a cargo do Estado.”¹³.

2.2.2 As prescrições sobre modelo de escolas e prédios escolares na lei de reforma do ano de 1925

Já no início da década de 20 era evidente que o projeto republicano não se efetivara em sua plenitude, sobretudo no que diz respeito à educação. Ainda existia muito a fazer para erradicar o analfabetismo e reestruturar a escola pública nos padrões modernos. Como mostrou Boto,

[...] Ocorre, desde, então, um novo impulso para reavivar o antigo imaginário de estender escolas para construir um império. Com isso, as duas últimas décadas da Primeira República presenciaram tanto na esfera do discurso público quanto no efetivo implemento de políticas educativas setoriais um fortalecimento da crença na escolarização como pilar motor da construção da nacionalidade. [...]. Para tanto, dois instrumentos mostravam-se indispensáveis: o voto secreto, como componente indisponível da cidadania plena, e a ampliação das escolas, como dispositivos que, pelo seu próprio caráter, transformariam em cidadãos as crianças da escola pública [...]. (BOTO, 1999, p.276 - 277).

A necessidade de melhorar a situação educacional ganha fôlego com os movimentos de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, na década de 1920. Influenciados por concepções pedagógicas estrangeiras, estes movimentos estavam fundamentados no

¹² Art. 151. Lei de 1918. Mesma obra., p.295.

¹³ Exposição apresentada pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar a 29 de Março de 1920, o Governo da Bahia ao seu sucessor o Exmo. Snr. José Joaquim Seabra. Bahia, 1920, p. 7.

nacionalismo e expansão da escola, com vistas à formação dos cidadãos brasileiros. Jorge Nagle (2001) observa que, no entusiasmo pela educação, a preocupação era expandir o modelo de escola da época, já o otimismo pedagógico buscava substituir o modelo escolar.

Desde o início da primeira década do século XX, ocorreram iniciativas em prol da educação nacional no Brasil, dentre as quais destacam-se o Primeiro Congresso brasileiro de Instrução, em São Paulo no ano de 1911 e o Segundo Congresso em Belo Horizonte em 1912 em que foram discutidas questões sobre o ensino primário e o analfabetismo, com a participação de governantes, professores, jornalistas de diversos estados. Em 1921, aconteceu a Conferência Interestadual do Ensino Primário no Rio de Janeiro,

[...] sua repercussão foi importante para a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, para os debates sobre educação durante a discussão da reforma constitucional (1925 - 1926) e a promoção das Conferências Nacionais de 1927 [...]. (VEIGA, 2011, p.10 - 11).

Desse modo é importante elucidar que expansão do ensino primário na Bahia, no governo Góes Calmon, como mostrou Luz, esteve diretamente ligada ao movimento de renovação da educação que já acontecia em escala global, de forma que:

O final do Governo Moniz coincidiu com uma série de mudanças, vivenciadas no país e no mundo que apontavam para a democratização do ensino e para a implantação da escola pública, universal, gratuita e obrigatória. [...]. A escola sofreu transformações influenciadas pela Primeira Guerra Mundial e pela própria conjuntura política e econômica do país. Era preciso deixar para trás a velha lembrança de escolas insalubres, sem ventilação e iluminação adequadas, sem nenhuma infra - estrutura onde “caixões de gás, luz esteárica, caixões de velas” serviam de mobiliário escolar. (LUZ, 2009, p.68, grifo do autor).

É nesse contexto das propostas de transformação e inovação da educação dos anos 20, do século XX, que ocorre na Bahia importante reforma da instrução pública no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924 - 1928), tendo a frente da diretoria geral do ensino público Anísio Spínola Teixeira¹⁴.

¹⁴ O intelectual Anísio Teixeira (1900 - 1971) importante figura no cenário educacional baiano e brasileiro, quando assumiu a diretoria geral da instrução pública era recém bacharel em direito e não possuía grandes conhecimentos na área educacional. O cargo de diretor geral do ensino baiano veio em função do apoio político do seu pai Deocleciano Teixeira, chefe político da região de Caetité, à candidatura de Goés Calmon. Inicialmente Teixeira assumiu o cargo de inspetor geral do ensino em abril de 1924 e em março foi nomeado diretor geral interino do ensino, em substituição a Octaviano Moniz Barreto. A nomeação do jovem Anísio Teixeira na época foi muito criticada pela sociedade baiana, tendo em vista a falta de habilitação e experiência na área e por ser aquele importante cargo geralmente delegado a pessoas com muitos anos de serviço prestados a educação. Tavares (1968) e Luz (2009).

Devido à precária situação do ensino primário baiano e da necessidade de expandir a instrução pública elementar, até então de responsabilidade dos municípios, a Lei 1.846 determinou a unificação administrativa e pedagógica do ensino primário municipal e estadual, ficando sob direção geral do governo estadual. Além da descentralização, esta reforma introduziu novas determinações para a organização e o funcionamento das escolas primárias baianas. Em coerência com o ideário da escola nova, a reforma de 1925 propôs a criação de recursos auxiliares para o ensino primário como a organização de museus-escolas com coleções de produtos da região; bibliotecas para os grupos escolares e escolas reunidas e outros.

O ensino primário compreenderia o ensino infantil, primário elementar e primário superior, e o primário complementar. Haveria escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares. Além dessas, o ensino primário seria promovido ainda nas escolas de aplicação, anexas às escolas normais, nas escolas noturnas e nas escolas combinadas. O modelo de escolas reunidas foi inspirado na organização escolar de São Paulo, estado que a inseriu em sua legislação educacional no ano de 1920. Entretanto,

Em realidade, esse tipo de escola primária começou a funcionar em São Paulo desde o início da década de 90 do século XIX em algumas poucas localidades, em decorrência da iniciativa dos próprios professores interessados em reunir as escolas em um mesmo prédio barateando assim, os custos com o aluguel das escolas. Inicialmente, as escolas reunidas foram toleradas pela administração pública como sendo um tipo provisório de escola primária que deveria desaparecer. Algumas delas funcionavam como escolas graduadas mantendo, no entanto, uma organização administrativa mais simplificada. Outras se mantinham apenas como reunião de escolas em um mesmo prédio mantendo cada uma a sua independência. (SOUZA, 2012, p. 46).

Sobre o funcionamento das escolas reunidas paulistas, Souza (2012, p. 47) apontou também: “Ainda que concebidas para funcionarem como escolas graduadas, as escolas reunidas consolidaram-se como modelo simplificado, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo. [...]”. Dessa forma, as escolas reunidas por serem menos onerosas, o que se aproximava mais da realidade econômica de algumas localidades, e promoverem também o ensino graduado elementar, foram incorporadas à legislação educacional de outros estados, inclusive na Bahia a partir da reforma de 1925.

Na mensagem do Governador Francisco Góes Calmon (1925, p. 69) foi ressaltado que: “As escolas reunidas, o módico e pequeno grupo escolar, talhado para o nosso meio, trouxe -

o a reforma, reconhecendo que a reunião de escolas, além de vantagens econômicas, traz vantagens de caráter pedagógico e de recíproca fiscalização”.

A legislação educacional baiana de 1925 determinava que as escolas reunidas deveriam funcionar nas vilas e cidades, com duas até quatro escolas; estas funcionariam simultaneamente no mesmo prédio escolar, sob direção de um professor. Os grupos escolares seriam compostos, no mínimo, por quatro escolas elementares e uma primária superior, também sob a direção de um professor ¹⁵. Aqui desaparece a escola infantil como um componente do grupo, sempre preservado nas leis anteriores.

As prescrições para os grupos escolares foram ampliadas no que diz respeito a definição de procedimentos a serem adotados pelos professores e diretores, definição de rotinas, etc. Para Anísio Teixeira (1925) o grupo escolar era uma organização de alto custo e só seriam criados nas cidades que exigissem esse tipo de escola e que comportassem uma escola superior. As escolas reunidas, bem como os grupos escolares, seriam dirigidas por um dos professores das suas escolas, o qual acumularia a função de diretor e professor (como já estava prescrito nas leis, decretos e regulamentos anteriores nas definições de direção dos grupos). Nessas escolas, seria desenvolvido o ensino elementar, com ressalva para os grupos onde haveria também o curso primário superior. Nas escolas anexas, escolas de aplicação da prática das e dos normalistas, o ensino primário também seria disponibilizado em dois níveis com o ensino infantil e o elementar.

Nas escolas primárias elementares, divididas em escolas urbanas (com quatro anos de duração de curso) e escolas rurais (com três anos de duração), as atividades diárias deveriam ser distribuídas em cinco horas e nelas se “[...] aplicará no ensino os métodos ativos no intuito de favorecer, sobretudo, o desenvolvimento da observação, do raciocínio e da iniciativa” ¹⁶. Para as escolas primárias superiores, o curso teria a duração de 3 anos e era destinado aos alunos maiores de 11 anos e menores de 18 anos.

De modo que: “[...] As escolas primárias superiores, divididas em masculinas e femininas, têm por objetivo o desenvolvimento da educação ministrada na escola primária elementar e provimento de instrução especial, adequada às futuras ocupações dos escolares” ¹⁷.

E, por fim, o curso complementar, que na reforma anterior havia sido indicado para funcionar nos grupos escolares, a partir de 1925 seria anexo às escolas normais com a

¹⁵ SANTANA. et al. (Org.), 2011b.

¹⁶ Art. 306. In: SANTANA. et al. (Org.), 2011b, p. 493.

¹⁷ Art. 113. Mesma obra., p. 419.

finalidade de preparar os alunos, já graduados no curso primário elementar, para seguirem os estudos nas escolas normais.

A lei e o regulamento de 1925 prescreveram um ensino pautado na educação dos sentidos para a vida. Para as escolas reunidas o curso elementar, seria dado, a cada ano, nas classes escolares, distribuídos conforme os artigos abaixo,

Art. 158. O funcionamento das escolas reunidas ou combinadas será, tanto possível [...]: 1) havendo só duas escolas, em uma delas poderão ser incluídas os alunos do primeiro e segundo anos do curso, e na outra os do terceiro e quarto; 2) havendo três, uma delas poderá ser destinada à classe do primeiro ano, outra à do segundo e a terceira às do terceiro e do quarto. 3) Havendo mais de três, a distribuição dos alunos atenderá ao número deles em cada ano.

[...] A designação dos professores para os diferentes anos será feita pelo Diretor Geral da Instrução, que poderá determinar que cada professor acompanhe os seus alunos durante todo o curso, ou se fixem no ensino de um certo ano de curso (SANTANA et.al. (Org.), 2011b, p.473).

Como a escola elementar era um dos níveis do ensino primário dos grupos escolares, estas mesmas prescrições de distribuição das classes dos cursos primários também foram indicadas para grupos. Além disso, o outro nível de escolarização - a escola primária superior era dividida para ambos os sexos na qual seriam aprofundados os conhecimentos do ensino elementar. Este é o aspecto que diferencia as escolas reunidas, de um só nível de escolarização, do grupo escolar. (APÊNDICE A).

Desde o fim do século XIX, a estrutura da escola primária na Bahia foi sendo modificada nas leis de reforma em direção à implantação de níveis que permitissem atender a grupos de alunos diferenciados quanto ao conhecimento e idade. Entretanto, na escola pública a implantação desses níveis não se concretizava e a oferta, até a década de 20 do século XX, ainda era limitada, atendia a poucos e não era eficiente. O modelo das escolas reunidas ganhou espaço na lei de 1925, para efetivar oferta do curso elementar de quatro anos e garantir a expansão da escolarização primária, sendo preferido ao modelo de grupo escolar.

No que diz respeito à direção escolar, o professor que fosse nomeado para o cargo de diretor dos grupos e escolas reunidas, assumiria a responsabilidade por todo o andamento técnico, administrativo e pedagógico escolar. Dentre as obrigações elencadas no regulamento de 25 destacam-se:

- ✓ Registrar a cada ano a matrícula e provider à classificação dos alunos;
- ✓ Indicar para cada professor uma turma e classe para lecionar;
- ✓ Fiscalizar o ensino nas diversas classes, bem como orientar a prática docente;

- ✓ Dirigir os exames finais de todas as classes, nomeando professores e adjuntos para examinadores;
- ✓ Organizar a escrituração escolar e encaminhar à diretoria geral da instrução pública toda a documentação do funcionamento escolar todo mês e a cada fim de semestre;
- ✓ Zelar o patrimônio material escolar, etc.

Foi nas escolas reunidas que de fato se difundiu a seriação no curso elementar. Os critérios administrativos e pedagógicos estabelecidos para o funcionamento da escola exigiam uma reformulação na carreira dos professores e investimento na formação. Assim, foi inserido na reforma educacional de 25, para o aprimoramento da formação docente, o curso de férias a ser realizado anualmente na Escola Normal com vistas a orientar a prática no ensino primário com base em modernos métodos pedagógicos.

Na parte das prescrições para os prédios escolares, o regulamento da reforma indica que eles deveriam ser edificadas:

[...] de preferência com um só pavimento, inteiramente isolados, de modo que haja luz e ar em todas as salas e sempre que possível longe dos centros de grande movimento, de cemitérios, fábricas, estações de estrada de ferro, hospitais e prisões. [...]. A área não será inferior a 500 metros quadrados para as escolas isoladas, 1.000 para escolas reunidas e 2.000 para grupos escolares. [...]. Os grupos escolares e escolas reunidas deverão possuir salas destinadas às classes, que comportem no mínimo 40 alunos, gabinete para o diretor e para os professores, salas para trabalho manuais, biblioteca e museus, pátios cobertos para recreio dos alunos e instalações sanitárias suficientes. [...]. Os prédios das escolas isoladas terão pelo menos duas salas de aulas, uma para a classe efetiva e outra para uma classe adjunta eventual. [...]. As salas serão de 8 metros de comprimento e 7 de largura, não se alterando tais medidas senão a vista de dificuldades prementes de local ¹⁸. (SANTANA. et al. (Org.), 2011b, p. 503).

No quadriênio do governo Calmon, alguns edifícios escolares foram construídos e várias escolas isoladas foram reunidas no mesmo prédio o que, certamente, contribuiu para a diminuição dos gastos com manutenção de escolas funcionando separadas e ainda para a disseminação do ensino graduado nas escolas primárias baianas. Em consequência dos investimentos na escola primária, da instalação de mais escolas reunidas no mesmo prédio, as estatísticas revelam um aumento dos números da matrícula e frequência.

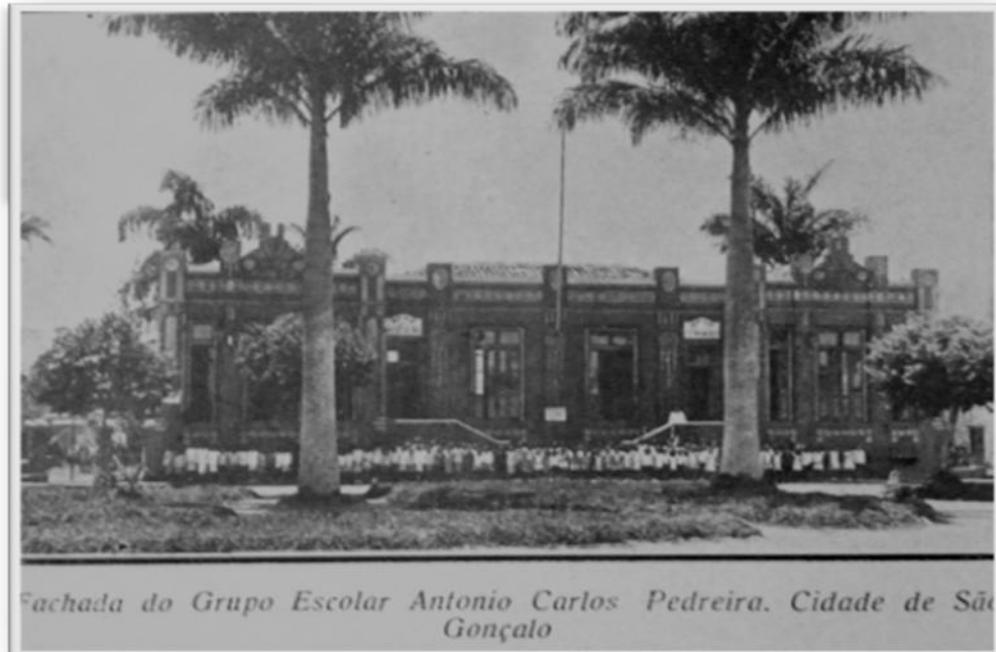
¹⁸Decreto n. 4218, de 30 de dezembro de 1925. (art. 392 a 396).

Apesar dos avanços no setor educacional, os investimentos ainda eram insuficientes frente à população infantil em idade escolar que estava fora das escolas. Nesse período, apenas 20% da população escolar estava matriculada, além do fato de que a tão disseminada e pretendida modernidade pedagógica não atingiu integralmente as escolas primárias baianas. No final da Primeira República, a maioria das escolas da Bahia eram isoladas e promoviam o ensino multisseriado em péssimas condições físicas e pedagógicas.

Ao final do mandato de Góes Calmon, o governo do estado foi assumido por Vital Henrique Batista Soares, membro do mesmo grupo político do governador anterior. A diretoria da instrução pública continuou sob a responsabilidade de Anísio Teixeira, até 1929 quando entendendo ser necessário aperfeiçoar a reforma de 1925 com vistas à reorganização e expansão do ensino primário, sugere a Vital Soares a realização de uma nova reforma educacional.

O novo governo foi contrário a essa proposta e Teixeira afastou-se da diretoria da instrução pública. Ainda assim, foi realizada uma reforma por meio da Lei n. 2.232, de 20 de setembro de 1929 e do Decreto n. 7.163, de 31 de dezembro de 1930 que não alteraram itens significativos da anterior e tiveram como pontos principais modificações no sistema de inspeção, de promoção e investidura dos professores primários do município da capital.

3 A DISSEMINAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA BAHIA



A modernidade pedagógica presente em alguns itens da legislação educacional, a partir de 1895, ano em que o grupo escolar foi apontado como um modelo de escola primária a ser desenvolvido na Bahia, encontrou inúmeras dificuldades para a sua efetivação. Concorreu para isto a realidade econômica do estado, que não dispunha de suficientes recursos para dotar as escolas primárias de prédios escolares com mobiliário e material didático e pedagógico adequados ao ensino intuitivo e a outros métodos recomendados pela moderna pedagogia.

Dessa forma, foram pouquíssimos os grupos escolares instalados no estado baiano no primeiro período de disseminação desse modelo escolar em vários estados do Brasil. Na Bahia, a implantação dos grupos escolares teve mais expressão a partir de 1930, contudo uma história dessa disseminação ainda está por ser contada, considerando que é notória a dificuldade que têm enfrentado os pesquisadores brasileiros na busca dos vestígios da história das instituições educativas.

Em relação aos arquivos escolares, observam-se, em todo o país, dificuldades para a localização e uso das informações necessárias, tendo em vista a falta de preservação dos documentos administrativos e pedagógicos e dos artefatos que remeteriam ao conhecimento de aspectos físicos e materiais das escolas.

Observando esses aspectos, também foi grande a dificuldade em localizar a documentação dos grupos escolares baianos. Ao que tudo indica, não foi conservada, nem pelas escolas em cujos prédios funcionaram, nem pelos setores responsáveis de administrar a educação municipal e estadual. Buscas e visitas aos prédios em que funcionaram alguns grupos escolares bem como aos órgãos responsáveis pela educação escolar, em alguns municípios, trouxeram o dissabor da falta de documentos pedagógicos e administrativos produzidos, o que, certamente, compromete o levantamento e a composição da história destas instituições educativas.

Nessa pesquisa, em alguns casos de visita in loco, o único registro dessas escolas são os prédios escolares, que resistiram ao tempo e mantiveram sua arquitetura original e inscrição na fachada com o nome que receberam na sua fundação. Assim, os vestígios sobre os grupos escolares baianos foram localizados em outras fontes de pesquisa como mensagens e relatórios de governo, trabalhos acadêmicos, livros memorialísticos, álbuns fotográficos, site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras fontes que possibilitaram reconstituir, de algum modo, parte da história dos grupos escolares baianos.

Diante do tempo limitado para produção de uma dissertação de mestrado, dos percalços da pesquisa, da extensão territorial deste estado, da falta de arquivos escolares, bem como da necessidade de tratar o material relativo ao Grupo Rio Branco, objeto de estudo deste

trabalho, o que se apresenta neste capítulo não reflete a realidade da disseminação desse modelo de escola no estado da Bahia. Devido à impossibilidade de obter registros de todos os grupos escolares criados na capital e nos municípios do interior, esse capítulo representa apenas o esboço de um ensaio construído com base na reduzida documentação localizada e nos referenciais bibliográficos que foi possível utilizar.

A análise das disposições legais realizada no capítulo anterior revelou que as escolas modelo anexas à Escola Normal, que estiveram presentes em todas as leis de reforma ao longo da Primeira República, foram precursoras da organização dos grupos escolares na Bahia. Souza (2006, p.56) afirma que: “A escola - modelo foi o protótipo dos grupos escolares, modelo de escola primária que se generalizou no Brasil nas primeiras décadas do século XX [...]”. Entretanto, no caso específico da Bahia, até agora não se pode afirmar que essas escolas tenham efetivamente exercido tal papel.

As escolas anexas baianas foram criadas pelo Regulamento de 18 de agosto de 1890. Vinculadas à Escola Normal, eram compostas por escola infantil, elementar e complementar, essas duas últimas com escolas para ambos os sexos. Não há, no regulamento, detalhes sobre o seu funcionamento, constando apenas a indicação de que serviriam como modelo para as demais escolas do estado.

No regulamento do ano de 1895, essas escolas são referidas como grupos escolares completos, sem que também houvesse especificação de funcionamento e organização. Tendo em vista que a legislação educacional baiana previa que os registros do funcionamento escolar fossem encaminhados à diretoria geral da instrução pelos diretores escolares, as atividades das escolas anexas estão documentadas nos relatórios da Escola Normal.

Nestes são apresentados dados de matrículas, exames e festas e exposições escolares, visitas, métodos e práticas de ensino, disciplinas escolares e outros aspectos do currículo em uso nessas escolas. No relatório do diretor da Escola Normal, foi destacada a ótima situação em que se encontravam as escolas anexas em 1899:

O grupo escolar anexo a este Instituto é digno de todo elogio pelo modo por que se desempenham os professores que proficientemente dirigem as diversas escolas em que ele se divide.

Havendo visitado as escolas congêneres na capital federal e no estado de São Paulo, posso declarar - vos que, excetuando o jardim infantil da capital deste último estado, as nossas escolas modelo não deixam nada a desejar relativamente aquelas.

Nesse ano foi substituída a antiga mobília das escolas complementares e elementares por outras que satisfazem plenamente todas as condições higiênicas e pedagógicas; e, auxiliado pelo ilustre professor Elias de Figueiredo Nazareth, reforcei os meios e métodos de ensino, dando - lhes

novos programas e horários [...]. (CARRASCOSA, 1899, p. 7. In: DEVOTO, 1900.).

Nas escolas anexas ensinavam renomados professores da sociedade baiana, a exemplo da professora dona Maria Luisa de Souza Alves, professora da escola elementar feminina, bem como Severo Américo Pessoa e Arão Carneiro Aires, respectivamente professor e adjunto da escola complementar masculina. Sendo assim, é de se esperar que o acesso a essas escolas tenha sido objeto de desejo da população estudantil e das famílias e que nelas fossem elevados os números de matrículas.

Em 1899, havia um total de 343 alunos matriculados nas escolas anexas, destes, 176 eram do sexo masculino e 167 do sexo feminino. Observa-se com estes dados um considerável número de matriculados, bem como o equilíbrio na matrícula em relação ao gênero ¹⁹.

Os programas de ensino dos grupos anexas eram guiados pelo método intuitivo. Conforme Magalhães (1904, p. 33) nos dois cursos das escolas infantis: “Foram empregados os dons frobelianos em todas as suas aplicações [...]”. Nas escolas primárias elementares do sexo feminino “[...] as alunas tiveram [...] lições práticas, feitas pelo professor de Pedagogia e Metodologia” (p.37). E nas complementares, “Houve lições práticas nesta escola e além disto as alunas do 4º ano revezaram-se por turmas, na assistência diária aos trabalhos.”. (p. 41) ²⁰.

Na década de 10, século XX, contudo, a organização pedagógica das escolas elementares anexas, elogiadas no final do século XIX, preocupava o diretor do Instituto Normal o qual apontou em relatório que,

Apesar de regidas todas por inteligentes professores, ainda não tem as escolas elementares a feição característica de escola modelo.

Faltam-lhe o método moderno

o livro moderno

e uma assídua fiscalização diretriz.

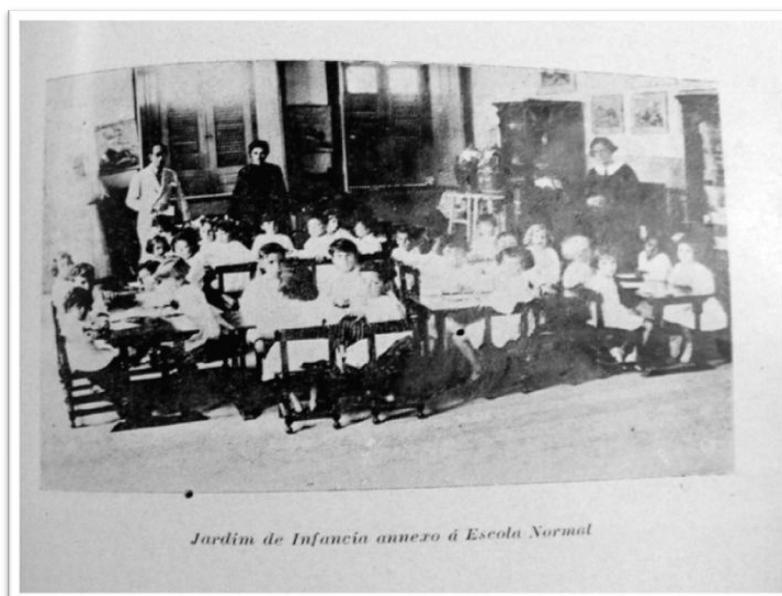
É minha preocupação remodela - las ao tipo das congêneres por mim visitadas em S. Paulo, no que empenho toda a minha capacidade criadora. (NAZARETH, 1913, p.11).

Observa-se ainda que as escolas anexas de Salvador, bem como as escolas primárias baianas de um modo geral, não apresentavam sofisticadas acomodações. As condições das instalações físicas e do mobiliário escolar, postas nos relatórios do diretor do Instituto Normal, eram alvo de constante solicitação de melhoramentos.

¹⁹ Mapa dos alunos matriculados no curso normal e nas escolas anexas, 1899.

²⁰ Relatório apresentado ao Ilmº s. Dr. Otaviano Moniz Barreto Inspetor Geral do Ensino pelo Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães Diretor do Instituto Normal . Bahia, 1904. Relatório manuscrito.

Fotografia 1 – Bahia. Escola infantil anexa ao Instituto Normal.



Fonte: FRANCA, Alípio. **Memória histórica**: 1836 - 1936. Escola Normal da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

As informações sobre o funcionamento das escolas elementares no grupo escolar anexo à escola normal, em 1916, evidenciam a introdução do uso da seriação, uma orientação pedagógica inerente ao modelo dos grupos escolares e à concepção de escola graduada. Como relata Nazareth (1916, p. 23)

As escolas elementares, base da educação nacional, obedecendo ao novo plano geral do ensino primário estadual, começam a por em prática a sua seriação do curso de 4 anos.

Funcionaram, sob o influxo dos métodos e processos de ensino que estatui desde o começo da minha direção consoante a didática americana, adotada em S. Paulo.

Da boa inteligência que lhes dão os respectivos professores, inteligentemente auxiliados por suas prestantes adjuntas, vão estas escolas aparelhadas de todo o mister à execução de seu fim, se impondo ao gozo de merecido nome de escolas - modelo que lhes imprimiu a Lei, em ordem a não temerem o confronto com as municipais desta Capital, sem a assistência de competentes na arte de ensinar.

Percebe - se com isso a crítica em relação aos procedimentos de ensino nas escolas primárias elementares municipais que, com base nas colocações do diretor do Instituto Normal, pareciam não seguir as práticas pedagógicas das escolas modelo.

Fotografia 2 – Bahia. Classe do 4º ano da escola anexa elementar feminina.



Fonte: FRANCA, Alípio. **Memória histórica**: 1836 - 1936. Escola Normal da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

Sobre os modernos materiais didáticos das escolas complementares o Diretor Elias Nazareth destaca que

As últimas instalações que fiz de gabinetes de física e química que se juntaram às anteriores, constantes de jogos de mapas de história natural, de museu industrial para as suas aplicações, coleção de cartas de geografia, de sólidos geométricos e mais pertences, completam o material, que de mais não se há mister, para integrar a educação e instrução nacionais nestas escolas, evolução moderna das antigas escolas de 2º grau.

Preenchem o fim que a Lei lhes destinou de escolas modelo do Estado sem igual no município desta capital e no interior. (NAZARETH, 1916, p. 25).

Desse modo, as escolas anexas ao Instituto Normal da Capital da Bahia, constituídas como grupo escolar enquanto escolas de aplicação da prática pedagógica das e dos normalistas, foram um exemplo para a modernização pedagógica das escolas primárias baianas na República Velha.

Esse grupo escolar, de cuja história ainda pouco se sabe, foi, possivelmente, a base para a criação do Grupo Rio Branco, no ano de 1905, em Salvador. Este surge da transformação da 1ª escola masculina do distrito da Penha, na cidade baixa, sendo constituído por uma escola elementar e outra complementar, funcionando no mesmo edifício, sob a direção do professor da escola complementar.

Inicialmente denominado de Grupo Escolar da Penha, ele foi criado no âmbito municipal por meio da Lei n. 749 de maio de 1905 e ministrava o ensino primário para alunos do sexo masculino. Por volta de 1913, passou a ser Grupo Escolar Rio Branco provavelmente em homenagem ao Barão Rio Branco, figura de destaque no cenário brasileiro.

Nota-se que, até então, o único curso complementar em funcionamento em um estabelecimento público era o anexo à escola normal.

Apesar de ter sido criado pelo município da capital do estado, de forma diferenciada como será exposto adiante, o Grupo Rio Branco foi estruturado de acordo com as prescrições postas pela legislação maior, a estadual. Referências mais amplas a este grupo encontram-se no capítulo seguinte que trata da trajetória desta instituição baiana.

No contexto da modernização do Brasil, com a instituição do governo republicano, foi atribuída uma maior autonomia aos estados, de modo que o coronelismo começa a despontar como força política municipal análoga ao governo estadual. Luz (2009) analisando os aspectos da conjuntura política partidária e das disputas pelo poder no estado da Bahia, no início do século XX, mostra os reflexos desses embates tanto na economia, quanto na educação:

[...] não havia na Bahia uma coesão partidária e os problemas, quer fossem econômicos ou políticos, permaneciam insolúveis em função das lutas pelo poder. Essa fragmentação política atestava a fragilidade dos governos diante dos legisladores, que não asseguravam a aprovação de leis, e ao mesmo tempo diante dos chefes políticos do interior, que constituíam um poder paralelo ao do governo do Estado. Na Assembleia Legislativa, os legisladores muitas vezes criavam resistência às ações do governo. Isso fazia com que uma série de reformas e políticas públicas fossem obstaculizadas, em sua execução ou consolidação, por conta de interesses oligárquicos. De igual modo, essa falta de coesão explicava o fracionamento da economia regional, pois cada centro econômico tinha um núcleo de produção, sustentado por estruturas oligárquicas que possuíam seus representantes políticos na Assembleia Legislativa. (LUZ, 2009, p. 24).

Nessa conjuntura, florescem economicamente municípios que se destacam entre os demais, a exemplo o município de Ilhéus, região sul da Bahia, onde havia uma elevada produção de cacau. A agroexportação deste produto foi uma das principais fontes de riqueza da Bahia, de modo que a renda proveniente da cultura do cacau daquela região, na primeira metade do século XIX, representava mais da metade da arrecadação do Estado²¹.

²¹ PICCOLO, Mariana Rodrigues; PINTO, Karina Pereira. **Grupo Escolar General Osório: Suntuosidade ou efetiva reinvenção da instrução pública ilheense (1912 – 1930)?**. 2013, n/p.

Em função do enriquecimento derivado da cacauicultura, Ilhéus passa por um intenso processo de desenvolvimento urbano, a chamada “civilização do cacau”, pautado nos ideais de modernização e civilização do projeto republicano. Dessa forma,

A ascensão da burguesia cacauicultora promoveu a tentativa de modernização do município com a abertura de grandes avenidas, a construção dos palacetes dos coronéis que estavam deixando suas casas nas fazendas e passando a residir na cidade, obras de suntuosos prédios públicos, redes de esgoto, construção do cemitério municipal, iluminação pública, melhoramentos na saúde, educação e, sobretudo, nos hábitos dos munícipes. Os hábitos das elites foram refinados. Nos jornais da época é muito comum perceber a presença de anúncios publicitários de adegas e armazéns que faziam questão de exaltar o comércio de produtos importados, além da oferta, cada vez maior de padarias, hotéis, bares e bazares [...]. Essa civilização dos “novos” cacauicultores buscava romper com o passado escravista e de estagnação econômica da região, conferindo ares de modernidade e prosperidade ao município. (PINTO E PICCOLO, 2013, n/p, grifo do autor).

Esta situação somou-se à autonomia que, desde 1895, por lei, foi concedida aos municípios para criar e manter escolas. Nesse processo, a instrução pública, no município de Ilhéus, também foi alvo de reformas com a finalidade de “[...] abarcar o maior número possível de alunos com vista a melhoria dos hábitos e costumes dos cidadãos. [...]”²²

Assim na gestão do liberal Coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva (1912 - 1916), foi construído, á custa do município, o prédio escolar inaugurado em 31 de dezembro de 1915, o qual abrigou o denominado Grupo Escolar General Osório. Conforme Heine (2013) esta foi a primeira escola pública da cidade.

O projeto de modernização urbana dos primeiros anos de República, no Brasil, incluía a adoção de um novo modelo de escola, de modo que,

O grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos tornando - se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos - a cultura escrita. Entende- se, dessa forma, por que esses estabelecimentos de ensino passam a fazer parte dos interesses de diferentes grupos sociais e tornam-se um elemento de disputa política.

Eles representam, também, sinal de prestígio para a cidade, nesse momento em que poucas localidades os possuíam. Por isso, a sua criação era vista como uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais, mediada pelo jogo político. Nessa perspectiva, seria um equívoco subestimar o componente social como um dos elementos nas relações de força que

²² Mesma obra., n/p.

conduzem as políticas do Estado em uma ou outra direção. (SOUZA, 1998, p. 92)

Fotografia 3 – Bahia. Grupo Escolar General Osório, Ilhéus.



Fonte: Ilhéus com amor. Disponível em: <<<http://ilheuscomamor.wordpress.com/2011/03/25/o-general-osrio>>>. Acesso em: 23 Set. 2013.

A Fotografia 3 evidencia que a arquitetura do prédio é impactante no sentido da grandiosidade do edifício de estilo neocolonial, construído de acordo com a imponência das construções escolares propostas pelo projeto de modernização do país, de modo geral, pouco vistas na Bahia²³. A construção deste edifício escolar obedeceu aos preceitos médicos e da higiene, voltados para a saúde dos escolares, de forma que o prédio foi edificado em terreno isolado para facilitar a circulação do ar e a entrada da iluminação solar. Dividido em dois pavilhões, um para o sexo masculino e outro para o feminino, o prédio foi composto por oito salas de aula amplas, as quais comportavam até 40 alunos, pátio central e sala para biblioteca ou sala dos professores.

Apesar da suntuosidade do General Osório, a graduação escolar, inovação característica do funcionamento dos grupos escolares, não foi posta em prática. Na instituição, em 1921, estavam reunidas escolas isoladas municipais e estaduais, funcionando de forma independentes umas das outras e não havia diretor/diretora, figura responsável por orientar a prática pedagógica no novo modelo escolar. Assim, de acordo com Pinto e Piccolo (2013, n/p,

²³ Atualmente o prédio, abriga a Biblioteca Pública Adonias Filho e o Arquivo João Mangabeira, do município de Ilhéus.

grifo do autor) “[...] A modernização pedagógica foi “falseada” através de um prédio suntuoso e higiênico”.

A implantação de grupos escolares na Bahia não ocorreu através de princípios uniformes. Se por um lado o grupo escolar anexo à escola normal, que funcionou por algumas décadas em prédio adaptado, apresentando, em algum momento, precárias condições higiênicas, mas seguindo os parâmetros da pedagogia moderna; por outro, existia um prédio com ótimas condições físicas, construído dentro dos preceitos da higiene escolar, mas que ainda não funcionava sob a forma de ensino graduado, uma recomendação da moderna pedagogia.

Um ano depois, no município de Feira de Santana, região agreste da Bahia, foi inaugurado pela administração estadual o Grupo Escolar J. J. Seabra. Dando conta das suas realizações o governador José Joaquim Seabra disse:

Localidades há, todavia, em que existem, mandados levantar pelo Governo, bons prédios escolares, como os de S. Amaro, S. Felix e Nazareth, onde fiz terminar os que se achavam em construção, o de Cachoeira que inteiramente construí e o de S. Gonçalo dos Campos que pouco falta para ser utilizado. Acima destes se destaca, como de maior vulto, o que mandei edificar na cidade de Feira de Santana, destinado a um Grupo Escolar, e a 12 deste mês, eu mesmo tive a grata fortuna de inaugurar, sentindo como o povo agradece os benefícios dessa ordem, desvanecido de possui - los sabendo que ali se educarão seus filhos para as necessidades da vida e os serviços da Pátria. (SEABRA, 1916, p. 23).

A origem da cidade de Feira de Santana, denominada “Princesa do sertão” pelo intelectual Ruy Barbosa, está diretamente ligada ao comércio de gado na região. Desmembrada de Cachoeira, rapidamente torna - se um dos maiores municípios da Bahia, constituindo - se como grande e importante centro comercial do interior do estado.

Com base em Sandra Oliveira (2014) apud Clóvis Oliveira (2000), é possível reconhecer que, no processo de modernização urbana de Feira, buscava-se romper com a tradição sertaneja daquela localidade, incorporando os ideais progressistas e civilizatórios que regiam os grandes centros comerciais. Também por meio da educação pública se propagavam valores, assim, através dos grandiosos edifícios escolares seria visualizado o progresso cidadão.

O prédio para o Grupo Escolar J. J. Seabra, considerado o edifício escolar primário mais luxuoso do estado da Bahia, na época, simbolizava o desenvolvimento urbano de Feira de Santana. Construído em, “[...] estilo eclético, misturando art-nouveau e neoclássico em consonância com outros prédios destinados à educação da época, representando essa vontade de modernidade, de poder, de altissonância [...]”. (SOUSA 2001, p. 64).

Fotografia 4 – Bahia. Grupo Escolar J. J. Seabra, Feira de Santana.



Fonte: Disponível em: <<<http://cafehitoria.ning.com/photo/escola-normal-rural-de-feira-de-santana>>>. Acesso em: 22 Ago. 2016.

Apesar da suntuosidade do prédio, Silva, tomando as observações do professor Alberto Assis sobre as acomodações físicas do Grupo J. J. Seabra, revela que

As salas eram pequenas e “saleta e salinhas quebram a harmonia interna do edifício, prejudicando - lhe em muito as necessidades pedagógicas, motivando o acréscimo de dois pavilhões anexos, que mesmo assim tem sala para visitas, embora as visitas não sejam tantas”. [...]. (ASSIS, 1926 apud SILVA, 2007, p. 67).

Sobre o J.J.Seabra também foi visto através da entrevista de Anísio Teixeira, concedida ao Diário de Notícias de Salvador, reproduzida pelo periódico Folha do Norte de Feira de Santana, em 04 de abril de 1925, e exposta no trabalho de Souza (2001, p. 58): “[...]. O grupo escolar é uma das minhas melhores esperanças. Entregue hoje à direção de uma professora moça e inteligente, espero torná-lo um dos grupos escolares modelos do estado”.

Nas palavras do então diretor da instrução pública da Bahia, percebe-se uma intenção da modernização e disseminação do ensino através, também, dos grupos escolares, assim como a possibilidade deste grupo de Feira de Santana ser referência para o ensino primário baiano.

Ainda sobre o Grupo J.J. Seabra, a Revista de Educação, de março de 1927, da Escola Normal de Caetité, ressaltou que, “Este grupo escolar é um dos mais bem organizados do

Estado. É seu diretor o prof. Leonidio Rocha, mestre de uma geração inteira e cuja capacidade todos lhe reconhecem”. (REVISTA DA EDUCAÇÃO, 1927, p. 57).

Contudo, este grupo escolar foi extinto e após ampliação do grandioso prédio, nele foi instalada a Escola Normal Rural de Feira de Santana, em 1927. Atualmente funciona o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Sobre as questões que envolveram esse processo Sousa (2001, p. 63) constatou que,

[...] sua localização tomando Ricoeur (1996), trazia um certo significado de temporalidades, de sucessão, pois foi instalada no prédio J. J. Seabra, que assim deveria desaparecer da memória como instituição, como derrotado foi o chefe político que deu o nome.

Conforme Oliveira, em Feira de Santana foram construídos mais dois prédios destinados a grupos escolares, em 1917, no âmbito municipal.

O prédio escolar mais importante da cidade era o da Escola Normal de Feira, datado de 1916, para abrigar o grupo escolar Dr. J. J. Seabra [...]. Além, desse prédio, dois outros compunham o quadro de escolas construídas estritamente para esse fim: a escola Maria Quitéria, localizada na Praça Fróes de Mota - Antiga Praça General Argolo - e a Escola João Florêncio [...] onde hoje está localizado o Arquivo Público Municipal, na Avenida Senhor dos Passos, anteriormente nomeada de Barão de Cotegipe (OLIVEIRA, 2014, p. 50).

Fotografias 5 e 6 – Bahia. Outros grupos escolares de Feira de Santana.



Os referidos prédios escolares são estes das fotografias 5 e 6, acima, retratados no Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia, de 1930. Atualmente no prédio que abrigou a escola João Florêncio Gomes funciona o Arquivo Municipal de Feira de Santana e no outro continua a Escola Municipal Maria Quitéria.

Tendo em vista que no processo de renovação educacional brasileira, nos anos 20 e 30, do século XX, a Bahia ainda enfrentava sérios problemas com falta de prédios escolares, foram doados ao município de Salvador três prédios, na região central de Salvador, mais precisamente na travessa do Rosário, nas imediações da Avenida Sete e Politeama, para ser instalado um grupo escolar. Em seu relato, Silva foi aponta que,

Nessa batalha de dotar o ensino de casas escolas, contou o governo com o apoio de algumas figuras da sociedade local, como o industrial português Bernardo Martins Catharino. Dono de vários imóveis na Capital fez entrega a Anísio Teixeira, diretor da instrução pública, dos prédios n. 11, 13 e 15 na Avenida 7 – Travessa do Rosário a fim de serem adaptados e transformados em um grupo escolar modelo. É atualmente a escola Úrsula Catharino. O gesto do comendador Martins Catharino teve maior valor, por ter sido o prédio de nº 13, o primeiro imóvel adquirido por ele quando chegou a Salvador, em 23 de junho de 1875. Era um prédio de grande porte, sendo o valor na época estimando em setenta contos (70:000 \$ 000). Os imóveis 11 e 15, por serem menores, seriam aproveitados de maneira a abrigar o curso de jardim de infância (pré - escola), conforme determinou o diretor da instrução [...]. (SILVA, 1997, p. 75 - 76).

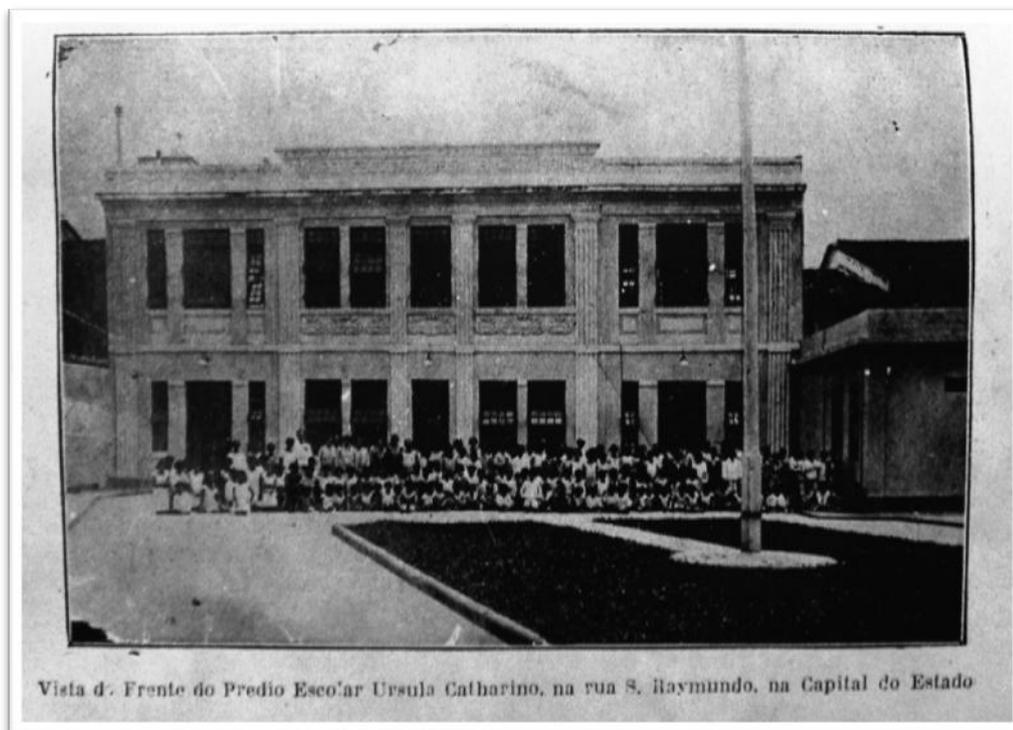
Por meio do relatório da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, são apresentadas informações sobre a situação dos prédios escolares baianos. Nele o diretor ressalta o ato louvável da construção do Úrsula Catharino, numa época em que ainda eram poucos os prédios escolares próprios do estado.

O prédio da Escola Úrsula Catharino foi construído, no vosso Governo, as expensas do Comendador Bernardo Martins Catharino para perpetuar a lembrança do seu lar doméstico que foi instalado, á primeira vez nesta Capital, em casa situada no local em que foi levantado o novo prédio. Foi uma grande doação a que fez, em proveito da educação popular, o distinto comerciante, por quanto, alem de doar o prédio em que morou com sua família e mais outros laterais, mandou construir o edificio excelente que lá se encontra e o aparelhou com o mobiliário e o material didático apropriado. (PARAIZO, 1930, p. 300)

Em visita realizada ao Colégio Estadual Úrsula Catharino, no ano de 2015, foi constatado que na fachada do prédio ainda existe a designação de grupo escolar, simbolizando sua

origem, bem como estão preservadas as instalações internas do prédio. Entretanto, não foi localizada a documentação da escola enquanto funcionou como grupo escolar.

Fotografia 7 – Bahia. Grupo Escolar Úrsula Catharino, Salvador.



Fonte: **Relatório do secretario Prisco Paraizo, 1930.**

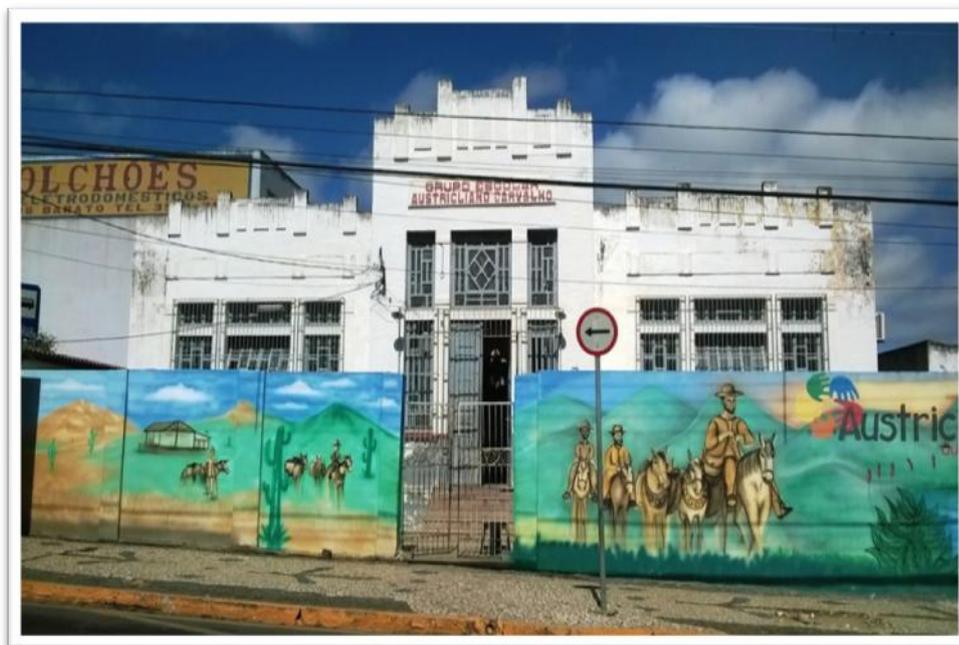
A mesma situação foi verificada no “Grupo Escolar Austrícano Carvalho” em Senhor do Bonfim, até o momento presente permanece a inscrição de grupo escolar na fachada do prédio da Escola Municipal Austrícano Carvalho. Esta encontra-se localizada no centro da cidade, em uma quadra onde, em uma extremidade, tem-se a prefeitura municipal, antiga casa da Câmara e cadeia, datada de 1891, e na outra uma igreja católica.

A edificação de grupos escolares junto a outras instituições nos espaços urbanos atesta sua representatividade educacional dentro da conjuntura social republicana. Como observou Souza (2008, p.124):

Em muitas cidades, ao lado da igreja, da Câmara Municipal, da cadeia e dos palacetes dos senhores e coronéis, os portentosos do lugar, o grupo escolar reluzia como um dos mais bonitos prédios públicos. Quando especialmente construídos, os edifícios escolares aparentavam ser construções sóbrias, sólidas, projetadas para durar.

Em visita realizada a essa escola, no corrente ano de 2016, foi obtida a informação de que a Secretaria Municipal de Educação e a prefeitura não guardaram a documentação do grupo escolar, inclusive não há informações sobre a data de criação deste grupo e sobre o período de construção do prédio²⁴.

Fotografia 8 – Bahia. Grupo escolar Austriliano Carvalho, Senhor do Bonfim.



Fonte: MONTEIRO, 2016.

Apesar da falta da documentação escolar e de outros registros e fontes documentais que tragam indícios da criação, fundação e funcionamento desta escola enquanto grupo escolar é interessante notar como a arquitetura escolar e a sua localização geográfica refletem de certa forma aspectos da conjuntura local e como isso reflete a memória local. Na perspectiva dos teóricos que consideram documentos todo registro de produção humana, o prédio escolar do antigo Grupo Escolar Austriliano Carvalho é um registro documental material.

A localização geográfica desse patrimônio arquitetônico educacional de Bonfim, nas proximidades de instituições representativas do poder local, demonstra a relevância atribuída à instrução pública primária no município, no período em que foi construído o prédio escolar.

²⁴ Caso semelhante ao do “Grupo Escolar Monsenhor Bastos”, de Caetitê. Em visita realizada a Escola Municipal Monsenhor Bastos, em abril de 2016, foi constatado que não foram mantidos os registros documentais do grupo escolar e ainda não se sabe a data de criação e ou inauguração da instituição. Fomos informadas que, um grupo de pessoas em parceria com o Campus VI da UNEB estavam iniciando uma pesquisa sobre a história do Monsenhor Bastos.

Considerando que a implantação das escolas reunidas na Bahia ainda era novidade no estado, e que foram relevantes para a instrução os prédios construídos para as escolas primárias no governo de Góes Calmon, apesar da instalação das escolas reunidas em novos prédios, possivelmente por conta da representação de progresso educacional conferida ao grupo escolar, criou-se, no imaginário baiano, a ilusão de que aqueles prédios fossem grupos escolares. Como bem colocou Silva (1997, p. 87), “[...] por força de novas instalações escolares, isto é, pela introdução das escolas reunidas em prédios que se convencionou chamar de grupo escolar, em oposição á escola isolada [...]”.

Essa confusão em relação aos tipos das escolas primárias baianas foi vista em algumas fontes localizadas, que registraram as legendas e descrições das fotografias com a designação de grupos escolares, até mesmo as dos prédios em cuja fachada está escrito escolas reunidas. Destas fontes, destaca-se o álbum Artístico, comercial e industrial do estado da Bahia, de 1930, e catálogo online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Apêndice B, tomando por base fotografias encontradas nestas e em outras fontes, foram relacionados prédios escolares indicados como grupos escolares da Bahia. Apesar da busca por informações sobre a origem das escolas relacionadas, nem para todas foram encontradas informações ou pistas do seu funcionamento inicial. Desse modo, existe a possibilidade de escolas indicadas como grupo escolar não terem funcionado como tal.

Mesmo com a inserção dos novos modelos de escolas primárias seriadas e da sua relevância para a renovação educacional brasileira e baiana, as escolas isoladas permanecem nas reformas do ensino da Bahia e de outros estados do país. Para se ter uma ideia dessa disparidade entre os tipos de escolas primárias no país, os dados estatísticos do ensino primário, de 1926, resultantes dos estudos realizados pela Diretoria Geral de Estatísticas, mostraram que majoritariamente a instrução pública primária se desenvolvia em escolas isoladas.

Faz-se importante ressaltar que os dados apresentados no Quadro 1 não correspondem exatamente ao total absoluto de escolas públicas brasileiras, pois, além de só constarem dados das estaduais, as estatísticas nem sempre mostram a realidade de cada local.

Até meados da década de 1920, os dados das escolas reunidas, com exceção do estado de São Paulo, ainda não eram expressivos, isso porque nesse período elas estavam em processo de expansão no país. Quanto aos grupos, apesar da política de disseminação desde a última década do século XIX, estes não foram a mola propulsora do ensino público primário, como almejaram os progressistas republicanos. Em alguns estados, estas instituições atendiam a

população estudantil das classes sociais mais abastadas, ou seja, foi também uma escola seletiva, para poucos.

Quadro 1 – Brasil. Dados quantitativos das escolas primárias estaduais do país, 1926.

ESTADOS	ESCOLAS PRIMÁRIAS ESTADUAIS			
	Isoladas	Reunidas	Grupos	Outras
Alagoas	334	-	6	1
Amazonas	143	-	12	4
Bahia	1.408	13	2	4
Distrito Federal	-	-	-	349
Ceará	416	32	21	2
Espírito Santo	456	-	3	3
Goiás	160	-	11	-
Maranhão	231	-	14	2
Mato Grosso	147	-	9	2
Minas Gerais	2.650	-	248	4
Pará	205	11	20	-
Paraíba	277	4	8	4
Paraná	775	-	41	-
Pernambuco	400	-	16	4
Piauí	-	7	2	8
Rio de Janeiro	608	-	59	39
Rio Grande do Norte	110	22	15	14
Rio Grande do Sul	1.875	-	35	45
Santa Catarina	604	10	11	10
São Paulo	1.460	226	283	26
Sergipe	222	1	13	-

Fonte: **Revista Educação**, São Paulo; v.1, 1927.

Sobre os dados referentes às escolas primárias estaduais da Bahia, a ressalva é para a questão de que, as escolas baianas após a reforma educacional de 1925, estavam sob a responsabilidade do governo do estado, tanto que não são apresentados dados de escolas municipais nas estatísticas baianas.

Dito isso, notou-se o crescimento de escolas baianas estaduais em relação aos anos anteriores e uma leve diferença dos dados apresentados para o ano de 1926 no Relatório da Instrução da Bahia, do quadriênio o qual indica 1.450 escolas isoladas e 14 escolas reunidas²⁵.

Já os dois grupos da Bahia, apontados na Revista Educação, não se sabe exatamente quais são, ao que tudo indica são o Grupo Escolar Rio Branco e o Grupo Escolar J.J.Seabra.

Os dados apresentados, através do serviço de inspeção escolar da Bahia, registraram que no ano de 1927, existiam, no total, 1.291 escolas isoladas e 33 escolas reunidas. Desse modo, comprova - se que o ensino primário baiano, na Primeira República foi mesmo difundido nas escolas isoladas.

Veiga (2011) tomando as informações apresentadas por Lourenço Filho (2002), mostra que no ano de 1937, existiam no Brasil 29.406 escolas primárias, desse total 26. 638 eram escolas isoladas e apenas 1.689 grupos escolares.

As escolas isoladas, desdobramento das escolas de primeiras letras era a escola do professor fulano de tal, geralmente funcionavam em cômodos de casas, adaptados para sala de aula, e possuíam numerosos alunos. Nelas se ministrava o ensino primário multisseriado, ou seja, um só professor ensinava na mesma sala de aula para alunos de diversas idades e níveis de conhecimento.

O projeto republicano embora tenha idealizado a disseminação do ensino primário graduado por meio dos grupos escolares, não levou em conta que os altos investimentos necessários para esse tipo de escola não condiziam com a realidade econômica do Brasil de base agrícola, um país majoritariamente rural.

Provavelmente, os estabelecimentos de ensino como os grupos escolares, criados para atender às necessidades educacionais dos grandes centros urbanos na Europa e EUA, tenham sido considerados, inicialmente, como uma inovação imprópria para as condições sociais e econômicas do país. (SOUZA, 2008, p. 39).

Dessa forma, vários estados brasileiros tiveram dificuldades de implantar e disseminar as escolas graduadas. Na Bahia, apesar da legislação educacional determinar a organização do ensino através de grupos escolares e escolas reunidas, foi limitado o alcance dessas escolas, mesmo porque o texto legal não excluía as escolas isoladas. Com isso, de modo geral, as escolas isoladas, tidas como obstáculo para o desenvolvimento da instrução primária pública, foram as propagadoras da escolarização.

²⁵ O que pode ser explicado é, considerando que as informações foram encaminhadas para a diretoria de estatísticas de São Paulo, elas podem ter sido enviadas em momento posterior a catalogação dos dados para a publicação nos relatórios baianos, mas na realidade não se sabe exatamente o motivo dessa diferença dos dados.

Considerando que os grupos escolares baianos foram disseminados a partir da década de 1930, os dados sobre o ensino primário da década de 1950 evidenciam o seu aumento no estado. De modo que no Relatório de Educação e Saúde (1950), a gestão educacional de Anísio Teixeira (1947 - 1951) buscando resolver o velho problema da falta de prédios escolares para o ensino público, organiza um plano de construção simples de dezenas de prédios para as escolas. Assim,

Para os núcleos urbanos, fizemos projetar um prédio de construção extensível, que se inicia pela “escola mínima” e chega até o “grupo escolar completo”. O projeto é do arquiteto Diogenes Rebouças.

[...]

O de seis salas é o “grupo escolar médio” e compreende além das salas de aulas, salas de administração, uma boa biblioteca, disposições para clubes escolares, auditório, salas especiais de desenhos, artes industriais e ciências e largas áreas cobertas para recreio.

O de quatorze salas, “grupo escolar completo”, compreende tudo isto e mais seis salas de aula primária, duas de jardim de infância, ginásio, cantina, teatro, centro de informações para adultos, etc. (TEIXEIRA, 1950, p.15, grifo do autor).

Nota-se aqui um projeto padronizado de edificações para os grupos escolares baianos, ainda não visto, envolvendo uma melhor organização espacial, administrativa e pedagógica. Um sistema educacional pautado não só no aspecto quantitativo, mas também na qualidade do ensino primário ofertado e na complexa formação primária com vistas ao desenvolvimento socioeducativo e preparação para a dinâmica extraescolar.

Vale ressaltar que nesse contexto foram organizadas as: escolas classe e parque em Salvador, capital do estado. Este relevante projeto de escolarização, compreendendo uma organização de educação integral, oferecia o ensino regular nas quatro escolas - classe e ensino prático na escola - classe.

E porque não pensar que o embrião desse importante e inovador projeto educacional foi o “grupo escolar completo”. Para este, foram indicados aspectos vistos na composição do complexo centro educacional, a exemplo das salas de desenho e artes industriais, teatro, biblioteca, apesar de, nos grupos, todas as atividades funcionarem no mesmo espaço físico e em um só turno.

Claro que não cabem comparações entre ambas as estruturas e não é esta a pretensão da hipótese levantada; porém é possível que, com a necessidade de ampliar o ensino primário público em Salvador, o ponto inicial desta expansão tenha sido o aperfeiçoamento desta proposta de grupo escolar.

Essa observação surge a partir do seguinte relato de Teixeira,

A falta de áreas suficientemente amplas para grupos escolares completos e o hábito do professor só trabalhar um turno, isto é, quatro horas, levou - nos a imaginar um sistema especial de escolas, em que fossem localizadas as funções do ensino propriamente dito em um prédio e em outro ou grupo de outros os de educação física, artística, social e pré - vocacional. Nasceu daí o prédio escolar que designamos de escola - classe, composto tão somente de salas de aulas e dependências para o professor, e o prédio - escolar, que designamos de “escola-parque”, compreendendo salas de música, dança, teatro, clubes (educação artística e social), salas de desenho e artes industriais (educação pré - vocacional), ginásio de educação física e mais dormitórios, biblioteca, restaurante e serviços gerais. (TEIXEIRA, 1950, p.16 - 17, grifo do autor).

Nos anos seguintes, foram construídos diversos grupos escolares no estado. Como visto no anexo 5 do Relatório do Secretário da Educação Baiana, Aloysio da Costa Short, de 1957, até dezembro de 1956, na Bahia, foram concluídos pelo departamento de construções escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 175 grupos. Mesmo assim, diante da extensão territorial e da população em idade escolar dos municípios baianos, os prédios existentes ainda eram insuficientes e a quantidade de analfabetos continuava expressiva no estado.

Figura 3- Bahia. Demonstrativo de grupos escolares concluídos no estado, 1956.

SETOR DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DO I.N.E.P. NA BAHIA			
RELAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES CONCLUÍDOS PELO SETOR			
DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DO I.N.E.P. NA BAHIA,			
ATE A PRESENTE DATA			
MUNICÍPIO	Nº	LOCALIDADE	Nº SALAS
ALAGOINHAS	1	Aramari	3
AMARGOSA	2	Séde	6
BARRA DA ESTIVA	3	Séde	3
CAMAMU	4	Séde	3
CICERO DANTAS	5	Séde	3
CONCEIÇÃO DO COITÉ ..	6	Séde	3
IBITIARA	7	Séde	3
ITABUNA	8	Bueraroma	3
ITIOPA	9	Séde	3
ITUASSU	10	Contendas	2
ITAQUARA	11	Séde	3
IBICARAI	12	Iitororó	3
JACARACAY	13	Séde	4
JAGUARARI	14	Séde	3
LAJE	15	Séde	4
OLIVEIRA DOS BREJI-			
NHOS	16	Séde	3
PARAMIRIM	17	Séde	4
IBICUI	18	Séde	3
SANTALUZ	19	Séde	3
S. MIGUEL DAS MATAS .	20	Séde	3
SEABRA	21	Séde	3
SENTO SE	22	Séde	3
		TOTAL	71

Fonte: Anexo n. 5. In: **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado pelo Dr. Aloysio da Costa Short.** 1957

4 TRAJETÓRIA DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO (1905 / 1929): O primeiro grupo escolar do estado da Bahia

“Reforcemos a escola, afim de que os resultados colhidos possam corresponder aos esforços empregados [...]” (FRANCA, 1914)



Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre a criação, organização e funcionamento do Grupo Escolar Rio Branco no primeiro período republicano, no município de Salvador, capital da Bahia. Para isso, foram considerados o contexto histórico, sócio - político, econômico e educacional do estado e a importância da figura de Cincinnato Ricardo Pereira da Franca (1860 – 1934), primeiro professor e diretor do grupo escolar, no processo de consolidação desta instituição no cenário educacional local. Desse modo, a história reconstituída foi escrita considerando as especificidades dos diversos aspectos que permearam a cultura deste grupo escolar.

4.1 A SEDE DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO: O Distrito da Penha na Península de Itapagipe

O extinto distrito da Penha fazia parte da Península de Itapagipe, localizada ao norte do centro de Salvador, na cidade baixa, a beira mar. Conforme Ceila Rosana Cardoso (2002, n/p),

Da ponta do Padrão, na Barra, à Ponta de Humaitá, em Mont Serrat, desenha-se o frontispício da cidade de Salvador [...] a Península de Itapagipe completa o panorama marítimo que se descortina à entrada da Baía de Todos os Santos.

Região dos arrabaldes da cidade de Salvador no século XIX, e de paisagem bucólica, a península itapagipana era uma área de veraneio da população abastada, que procurava novos ares para habitar e para fugir da insalubridade do centro da cidade.

Fotografia 9 – Bahia. Ribeira, Itapagipe, s/d



Fonte: Disponível em: <http://www.amohistoriadesalvador.com/passado-simples-do-tempo-da-brisa-do-mar-a-linda-ribeira-em-itapagipe/>. Acesso em 17 de mar. 2017

O centro urbano de Salvador, sede do governo geral do Brasil, por volta de 1549, foi edificado na parte alta da cidade. Planejado pelos portugueses, em meio ao processo de

edificação da cidade, a Península de Itapagipe, parte baixa, foi cogitada para ser o centro administrativo da Colônia, além de outros motivos, por ser uma área plana.

Desde o início, Itapagipe já era uma área de atividades produtivas, com fazendas de criação de gado, de Garcia D'Ávila, com lavouras de cana de açúcar, pesca entre outras.

A ligação entre a cidade alta e a cidade baixa para a realização do transporte de mercadorias, o trânsito das pessoas, se dava principalmente pelas ladeiras, planos inclinados e já no século XIX também pelo elevador Lacerda. Na cidade alta, estava o centro administrativo de Salvador e era uma área bastante populosa, já a cidade baixa era movimentada pelas relações comerciais provenientes do porto.

Na Península de Itapagipe, além das casas de campo, foram edificadas residências religiosas de veraneio, balneários, igrejas, monumentos militares, instituições religiosas e de saúde, casarões de famílias abastadas etc. que constituem a arquitetura local. Destaca-se ainda a importância da Península itapagipana na cultura de Salvador, através das históricas festas religiosas como a lavagem da escadaria da Igreja do Bonfim e a procissão do Bom Jesus dos Navegantes que parte da Igreja da Boa Viagem.

Compondo as freguesias de Itapagipe, estava a Freguesia da Penha, inicialmente área de retiro, de repouso, era constituída por residências religiosas, sítios e casa de pescadores. De acordo com Ana Amelia Nascimento (1986), a Freguesia Nossa Senhora da Penha foi criada em 1759, sendo uma das dez freguesias urbanas de Salvador, até 1871.

A Penha era um distrito distante do centro da capital baiana e o último distrito de Itapagipe, ainda enquanto freguesia apresentava características rurais, o que gerava discussão sobre se era mesmo uma freguesia urbana. Na década de 70, do século XIX, segundo Nascimento (1986), a população da Penha constituía-se em sua maioria de pobres e negros, o que foi confirmado também por Sousa quando registrou que

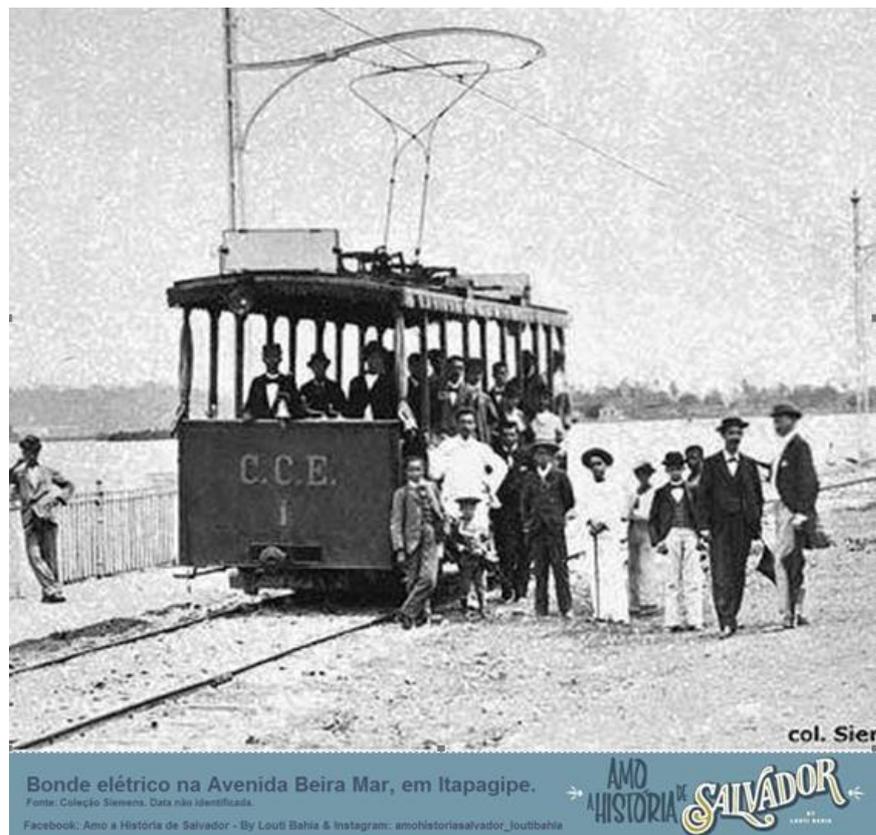
[...] as freguesias de Santo Antônio além do Carmo e Penha, caracterizadas por uma população livre e pobre, especialmente a última, que concentrava marítimos e artesãos ligados á pesca, manufaturas derivadas desta e as nascentes manufaturas de transformação. (SOUSA, 2006, p.190)

Do final do século XIX para o início do século XX, Salvador atinge seu auge de modernização, sobretudo na primeira gestão do governador J. J. Seabra (1912-1916), na qual foi desenvolvido o projeto de modernização urbana e civilização de Salvador, tendo sido realizadas diversas reformas e intervenções na estrutura da cidade.

As principais reformas foram: alargamento de ruas, aberturas de avenidas, construção, remodelação e higienização de prédios públicos e instituições públicas, modernização dos transportes públicos, entre outras melhorias. A cidade baixa e a Península de Itapagipe também estavam inseridas nesse processo de modernização urbana. Com base em Cardoso, pode-se considerar que o processo de modernização da região de Itapagipe começa em meados do século XIX.

A partir de 1869, os transportes modernos passaram a fazer a ligação da cidade alta com a cidade baixa. Nesse contexto, foi implantada a estação ferroviária da Calçada, linhas de bonde ligando Itapagipe ao centro de Salvador com a passagem de transportes de tração animal para vapor, em 1871, e depois de vapor para o elétrico em 1897.

Fotografia 10 – Bahia. Bonde elétrico, Avenida Beira Mar, Itapagipe, s/d



Fonte: Disponível em: <http://www.amoahistoriadesalvador.com/bonde-eletrico-na-avenida-beira-mar-em-itapagipe/>. Acesso em 17 de mar. 2017

Com a instalação de indústrias na região, houve a constituição de um centro industrial na Península de Itapagipe, o que contribuiu para a expansão da modernidade na região,

principalmente com a fundação da Companhia Empório Industrial do Norte, do abolicionista Luiz Tarquínio, a mais importante indústria têxtil da Bahia.

A CEIN despertou atenção por seu tamanho, pelas inovações no maquinário adotado e pelo propósito de produzir tecidos até então não fabricados no Brasil. Todavia, os aspectos que despertaram maior interesse foram à construção de uma vila para abrigar os funcionários e o tratamento dispensado ao conjunto dos empregados. A vila, anexa à fábrica foi inaugurada em maio de 1892. A forma específica de organização do trabalho, a higiene, o incentivo a educação formal, as casas alugadas para moradia dos empregados com água canalizada, esgoto, luz elétrica e gás numa vila que contava com açougue, gabinete médico e creche explicam a surpresa naquele momento. (SANTOS, 2005, p.1)

Ainda foram realizadas na Península itapagipana obras de: abertura da Avenida Bonfim, calçamentos, trilhos, melhorias no saneamento, construção do cais e de grandes edifícios para o funcionamento de indústrias e fábricas, incluindo a estimada Vila dos Operários. Segundo Cardoso (2002) e Stelling (2012), aos operários da Vila da Boa Viagem foram ofertadas casas, escolas para os filhos e escolas noturnas, centros médicos e farmacêuticos e outros serviços, o que certamente influenciou na construção do retrato de uma Salvador “moderna”.

Tomando como base as colocações de Leite (1996), sobre o projeto republicano de modernização baiano, além de reestruturação urbana, os idealizadores pretendiam com essas reformas civilizar a população inculta e deseducada da cidade. A educação apesar de não ter recebido os recursos necessários, nem ter tido destaque nesse projeto, foi pensada para promover um ensino moderno, fundamentado nos novos métodos pedagógicos propostos pelos progressistas. De modo que, foram instituídas diversas leis, decretos e regulamentos para o ensino baiano, os quais indicavam a escola pública como a instituição promotora da instrução e civilização.

Em relação à educação escolar primária, no distrito da Penha, no final do século XIX ou dos oitocentos, os estudos de Santana et al. (Org.) (2013) e Ian Cavalcante (2015) apontaram que o distrito possuía um número elevado de escolas primárias e que, geralmente, apresentava ótimos resultados nas estatísticas educacionais. O distrito da Penha se destacava no cenário educacional de Salvador, com o maior número de alunos prontos, tendo a primeira escola do sexo masculino do professor Cincinnato Franca, instalada nesse distrito, se sobressaído pelo relevante número de alunos aprovados nos exames realizados ao fim do curso primário. (Cavalcante, 2015, p.102 - 103)²⁶.

²⁶ O autor não localizou a data do documento.

De acordo com uma relação das escolas municipais da capital, que apresenta informações dos lugares em que estavam localizadas as quatro escolas da Penha, pertencentes à 2ª circunscrição escolar, no ano de 1896, eram duas femininas e duas masculinas e estavam alocadas no Porto do Bonfim, Travessa do Bonfim, Madragôa e Rua do Bispo²⁷. Embora Cavalcante (2015), baseado em Senra (2006), mostre que o censo de 1890 recebeu muitas críticas por se apresentar incompleto, esses dados foram usados por serem os únicos disponíveis para mostrar que a população escolarizável no distrito da Penha era de 1.388 crianças, destas 667 eram meninas e 661 meninos (SANTANA. et al (Org.), 2013, p. 157).

Do processo de municipalização das escolas primárias baianas, o mapa dos professores municipais em exercício que passaram do estado para o município, datado de 31 de dezembro de 1896, registra um total de 210 alunos matriculados nas quatro escolas da Penha²⁸, deixando evidente que apenas uma pequena quantidade das 1.388 crianças do distrito em idade escolar, estava na escola.

Enfim, este breve apanhado aponta que o processo de reestruturação de Salvador, incluindo a Península de Itapagipe - na qual estava o distrito da Penha, contemplava o ideário republicano e estava articulado ao projeto de modernização do Brasil, que tinha os grupos escolares como modelo de escola primária, adequado para propagar os novos métodos pedagógicos. Esses podem ter sido os fatores que contribuíram para a “transformação” da escola do sexo masculino da Penha em grupo escolar, o primeiro da Bahia.

4.2 PRIMEIRA ESCOLA DO SEXO MASCULINO DA PENHA (1891 A 1904): A Origem do Grupo Escolar

Quando rememoramos a escola pública primária do estado da Bahia, mesmo pós - proclamação da República, é inerente ao seu funcionamento a figura do (a) professor (a) como liderança responsável pelo andamento escolar. Aos mestres e mestras atribuía-se o “sucesso” ou não da escola e essa profissão de alguma forma lhes conferia certo respeito na sociedade.

Desse modo, ao pensar a composição da 1ª escola masculina da Penha é inevitável fazer um paralelo com o trabalho desenvolvido pelo regente desta cadeira, o professor Cincinnato Ricardo Pereira da Franca. A trajetória desse ilustre intelectual, abolicionista e educador

²⁷ A relação referente ao ano de 1896, bem como informações do recenseamento de 1890, constam em SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.). A construção da escola primária na Bahia: O ensino primário no município de Salvador (1896 – 1929). Salvador: EDUFBA, v. 3, 2013.

²⁸ Mapa anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente do Município da Capital da Bahia, em 7 de Janeiro de 1897.

baiano, é marcada pela defesa da educação pública, manifestada ao longo da sua carreira docente e militância política ²⁹.

Fotografia 11 – Bahia. Cincinnato Ricardo Pereira da Franca, s/d



Fonte: Acervo GPEC (Cópia localizada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa)

Filho de Umbelina Franca das Neves, Cincinnato nasceu em 17 de janeiro de 1860 em São Thiago de Iguape, Freguesia de Cachoeira, localizada na região do Recôncavo Baiano. Em

²⁹ Certamente devido à relevância de Cincinnato Franca no cenário político e educacional da Bahia, diversos autores incluíram em seus estudos a atuação deste professor. Pesquisando sobre o ensino primário baiano na Primeira República, Maria da Conceição Costa e Silva (1997) falou do professor Franca, referindo - se a ele como “um abolicionista republicano histórico” (p.108). Walter Fraga Filho (2004), investigando a história de escravos e libertos na Bahia no período de 1870 - 1910, observou a atuação de Cincinnato da Franca, na promoção da educação destes sujeitos. Já Ione Celeste Sousa (2006) ao desenvolver estudo sobre escolas noturnas baianas destinadas a instrução das classes populares, entre 1870 a 1890, ressaltou aspectos da prática e do funcionamento da escola noturna do professor, em Cachoeira. Miguel Conceição (2007) pesquisou a educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista e fez referência a Cincinnato como figura conhecida e respeitada no cenário educacional. Em - *Vozes da abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*, Jacó Souza (2010) estuda a sua participação em defesa da instrução pública e combate ao escravismo. Verônica Brandão (2012), ao estudar as teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador, entre 1913 a 1915, localizou escritos do professor, em jornais de Salvador. Outro recente trabalho que também fala dele é o de Ian Cavalcante (2015), “*Pela instrução dos filhos do povo*”: *escolarização e cultura escolar na Salvador do pós abolição, 1888-1906*, destacando a trajetória de Cincinnato Franca como agente educador e defensor da instrução pública para os pretos, pardos, libertos, ex-escravos.

1882, aos 22 anos de idade, foi diplomado como aluno - mestre pelo Externato Normal de Homens da Bahia. Aos 26 anos de idade ele foi nomeado professor primário na cidade de Cachoeira, em 1886, para reger a primeira cadeira masculina da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, primeira freguesia de Cachoeira³⁰.

Abolicionista de destaque no cenário baiano, Franca, durante seu exercício no magistério, também ministrava aulas no curso noturno para pobres e adultos que não puderam estudar nas escolas primárias em sua fase de idade escolar. De acordo com Ione Sousa (2006) em abril de 1887 foi criada por Cincinnato uma escola noturna em Cachoeira para instrução de libertos, ingênuos, ex - escravos, escravos, ou seja, para a classe pobre. Como mostra Costa (2007, p. 127-128), “Era comum haver dentro do raciocínio dos que defendiam a abolição uma correlação de ideias entre liberdade e instrução reconhecendo esta como instrumento de integração à sociedade”.

Cincinnato Franca, homem negro, foi um participante ativo do processo abolicionista de Cachoeira, local de relevante importância econômica e política da região do Recôncavo, uma das mais populosas cidades do estado da Bahia. Silva (1997) indica que na década de 1880 a população cachoeirana foi maior até mesmo que a da capital.

O movimento abolicionista baiano defendia a educação, trabalho e instrução do povo como bandeira para a formação de cidadãos autônomos. O professor Franca, que militou ao lado de reconhecidos abolicionistas baianos como Eduardo Carigé, Diogo Vallasques e outros, defendia a educação como a alavanca do desenvolvimento da nação, considerando a escravidão o impasse para o crescimento do país.

Após cinco anos lecionando no município de Cachoeira, o professor passou a exercer essa função em Salvador. A trajetória educacional de Cincinnato na capital da Bahia teve início no ano de 1891 quando foi nomeado para a Escola de Prisão e Trabalho de Salvador, em 24 de janeiro de 1891. Lá não permaneceu, foi direcionado, a pedido, para reger a escola masculina da Penha, como visto em Sousa (2006, p.221).

Os primeiros dados sobre a escola masculina da Penha, sob a regência do professor foram localizados no Mapa de 1893, elaborado pelo inspetor Dr. João da Cruz Cordeiro³¹. Neste

³⁰ No livro: Memória histórica da Escola Normal da Bahia (1836 - 1936), Alípio Franca, que era parente de Cincinnato, aponta que no dia 20 de dezembro de 1882 realizou-se a formatura dos diplomandos daquele ano do Externato Normal de Homens. A cerimônia foi realizada com missa celebrada pelo padre Demétrio Franca, irmão de Cincinnato que foi um dos formandos ao lado de futuros educadores a exemplo de Prescilianno Leal, que exerceu a função de delegado escolar da 2ª Circunscrição escolar de Salvador. (FRANCA, 1936, p. 55 - 56).

³¹ *Mapa das escolas do 1º distrito sua matrícula e frequência média no ano de 1893, número de alunos que prestaram exames finais e grau de aprovação.* In: Relatório sobre a Instrução Pública no Estado da Bahia apresentado a S. Ex. Sr. Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima pelo Dr. Satyro de Oliveira Dias, Diretor Geral da Instrução, em 1894.

documento, a escola apresentou um total de 90 matriculados, ficando atrás apenas da 1ª escola masculina de Santana que teve 133 alunos matriculados e da Casa de Prisão com Trabalho que matriculou 98 alunos. Dos 90 alunos matriculados, 79 frequentaram a escola. Destes, um aluno foi aprovado plenamente e dois alunos foram aprovados com distinção.

No ano de 1896, conforme o *Mapa dos professores municipais de Salvador*, a escola apresentou 80 alunos matriculados com frequência de 60, prestaram exames três alunos que foram aprovados plenamente. Ainda sobre o ano de 1896, o *mapa das escolas que funcionavam nos nove distritos da 2ª Circunscrição*, anexo ao *Relatório apresentado ao Conselho Municipal*, expõe o que existia de material escolar e as condições das salas de aula.

Trata-se de uma espécie de demonstrativo da situação física das escolas que a Intendência Municipal de Salvador recebeu do estado, tendo em vista que naquele ano foi transferida a responsabilidade das escolas primárias do governo estadual, para os governos dos municípios, em um primeiro processo de municipalização das escolas primárias baianas.

A 1ª escola masculina da Penha, no final de 1896, estava situada na Travessa do Rosário e sua sala de aula foi considerada pelo delegado escolar João Theodoro Araponga, uma sala acanhada. Em relação ao mobiliário e materiais pedagógicos, a escola possuía: uma cadeira ou mesa para o professor, vinte bancos de dois assentos para os alunos, um mapa geométrico, uma tabuada preta grande. Os demais mobiliários e materiais pedagógicos que constavam no mapa e que a escola não possuía eram: imagem do Cristo crucificado, cadeira para o professor, carteiras de quatro assentos para os alunos, sistema métrico, tabuada pequena, livro de escrituração, cadeiras simples e relógios.

Essas informações mostram que assim como diversas escolas da capital, a escola do professor Cincinnato Franca era desprovida de casa escolar adequada e suficientes materiais e mobiliários necessários a disseminação da instrução primária moderna tão indicados e solicitados para o ensino baiano.

Em 1897, com a escola situada à Rua do Bispo, houve um pequeno crescimento no número de matrícula e de aprovação, em relação ao ano anterior. Foram 90 matriculados, 60 alunos frequentes e 6 alunos aprovados.

O exercício de professor primário na Bahia não era função nada fácil, porém se praticava com muito empenho. Além dos problemas enfrentados, em decorrência da complicada situação física e pedagógica das escolas públicas, os atrasos no pagamento dos salários era outra questão que afligia o professorado público baiano, e o professor Franca não esteve isento desse problema. De acordo com Silva (1997), atendendo ao pedido do prestigiado professor Cincinnato Franca, o *Jornal de Notícias* de 17 de dezembro de 1897 publicou sua

carta, protestando pelo atraso do pequeno salário de professor. Na carta, ele fala do exercício docente para mais de 60 alunos. Essa notícia é mais uma de tantas outras dessa ordem ao longo do exercício do magistrado.

Os dados do *Mapa Geral dos exames de Classificação de 1899* demonstram que, no dia 29 de novembro a 1ª Escola de meninos da Penha, com 88 matriculados, teve 47 alunos frequentes, classificados da seguinte forma: 7 alunos na classe inicial preparatória, 3 na primeira classe, 14 na segunda classe e 23 na terceira classe. Quatro alunos realizaram exame final e foram aprovados no mesmo dia.

Esses dados são indícios de que a escola de Cincinnato Franca, nesse aspecto, funcionava de acordo com as prescrições do regulamento municipal de 1896. Os cursos ministrados na escola masculina da Penha correspondiam ao ensino primário elementar que se dividia em: 1º curso - período de iniciação, ensino formal; 2º curso - aquisição de conhecimentos usuais e ensino real; e 3º curso - instrução primária, repetição, ensino cívico.

Conforme a *Relação dos alunos e alunas das escolas da Segunda Circunscrição, aprovados nos exames finais*, de 1901, o professor Cincinnato aprovou com conceito simplesmente, 6 alunos. Por ter ficado em quarto lugar em relação aos professores que mais aprovaram em 1901, foi contemplado com um museu pedagógico, contendo coleção de ciências naturais.

Os museus escolares, difundidos para o desenvolvimento do ensino intuitivo, desde os pareceres de Ruy Barbosa, foram aplicados em escolas primárias de diversos estados brasileiros, de modo que, citando Felgueiras (2011) ALMEIDA; ALENCAR; SANTIAGO (2014), n/p, indicam que “[...] os museus escolares continham coleções de materiais sobre ciências da natureza, adequados às lições de coisas e podendo incluir dados etnográficos e de geografia humana”.

No Quadro 2, foram sistematizados os dados da matrícula, frequência e aprovação da escola de meninos do professor Cincinnato Franca, desde os seus primeiros anos de funcionamento até o ano de 1904, demonstrando que a escola, gradativamente, foi aumentando o número de matriculados e de alunos frequentes. De 1901 à 1904 houve um crescente aumento do número de alunos aprovados nos exames finais, tendo em 1904, atingido o maior número de aprovações.

Os documentos analisados deixam evidente que, ao longo destes 13 anos (entre 1891 e 1904), o professor Cincinnato Franca foi consolidando sua prática docente a frente da 1ª cadeira do sexo masculino da Penha o que contribuiu para a transformação da escola em grupo escolar.

Quadro 2 – Bahia. Matrícula, frequência e aprovação dos alunos da 1ª Escola do sexo masculino da Penha, 1893 - 1904

Ano	Mat.	Freq.	Aprov.	Fonte
1893	90	79	3	“Mapa das escolas do 1º distrito escolar de 1893”, anexo ao Relatório sobre a Instrução Pública no Estado da Bahia apresentado á S. Ex. O Sr. Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima pelo Dr. Satyro de Oliveira Dias, Diretor Geral. Bahia, 1894.
1896	80	60	3	“Mapa dos professores municipais da 2ª Circunscrição de 1896”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 7 de Janeiro de 1897 pelo Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães pelo Intendente di município da capital da Bahia. Bahia, 1897.
1897	90	60	6	“Mapa do professorado do município em exercício da 2ª Circunscrição de 1897”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 8 de Janeiro de 1897 pelo Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães Intendente do município da capital da Bahia. Bahia, 1897.
1899	88	47	4	“Mapa Geral dos exames de aproveitamento de 1889”, anexo ao Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Intendente Municipal Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães em 30 de dezembro de 1899 pelos Delegados Escolares.
1901	-	-	6	“Relação dos alunos aprovados nos exames finais da 2ª circunscrição” anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene de 7 de janeiro de 1902. Bahia. 1902.
1902	182	135	8	“Mapa geral das escolas e do professorado da 2ª circunscrição”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene de 7 de janeiro de 1903. Bahia. 1903.
1903	158	128	-	“Listagem de matrícula e classificação das escolas da 2ª circunscrição”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal da capital do Estado da Bahia pelo Intendente exmo. Sr. Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene da posse de seu sucessor, o exmo. Sr. Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão, em 1 de janeiro de 1904. Bahia. 1906
1904	-	107	13	“Relatório do delegado escolar da 2ª circunscrição”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal da capital na sessão de 3 de fevereiro de 1905 pelo Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão Intendente do município da capital da Bahia. Bahia. 1905

Relatórios de delegados escolares, como os de Presciliano Leal (1902, 1904), apontam para as más condições físicas do prédio onde funcionava a escola, que no ano de 1904 estava instalada em “casa má” com “móbilias sofríveis”, possuindo apenas 13 cadeiras ditas de quatro assentos do sistema alemão.

Mesmo a escola do professor Cincinnato estando provida de carteiras escolares, no início da década de 1900, quando muitas escolas públicas baianas não as possuíam, com bancos do “sistema alemão”, o seu mobiliário além de insuficiente não atendia as exigências higiênicas do período, ou seja, não atendia ao que recomendavam os estudos da época, sobre o mobiliário escolar, referido por autores como Alcântara (2014, p.127).

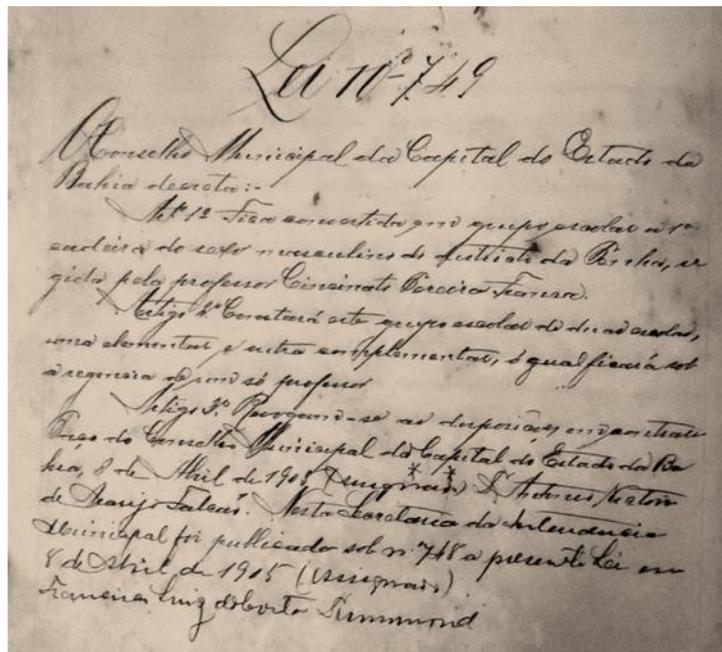
Apesar dos problemas enfrentados pelas inadequadas condições físicas e pedagógicas da sua escola, problema dos quais muitas escolas do estado padeciam, desde os tempos do Império, sua escola teve destaque no cenário educacional de Salvador, provavelmente pelo

ensino ministrado. Um exemplo foram as premiações recebidas pelo professor como um dos que mais deu “alunos prontos”. Assim, entende-se que a expansão das matrículas e frequência pode ter influenciado no processo da criação do Grupo Escolar da Penha, em 1905, ainda que outros motivos possam ter fomentado o interesse e a participação do Conselho municipal na criação do Grupo Escolar da Penha.

4.3 O GRUPO ESCOLAR DA PENHA DE 1905 A 1911

O Grupo Escolar da Penha, como a princípio foi denominado, surge da conversão da Primeira cadeira do sexo masculino do distrito da Penha. A lei municipal de nº 749 de 08 de abril de 1905, apresentada na figura 4, comprova os parâmetros adotados na criação da instituição e o nível de ensino das suas classes.

Figura 4 - Bahia. Lei nº 749, 1905



Fonte: Livro de Leis e Resoluções do Conselho Municipal. 1902 – 1905

Mais um indicativo de organização do Grupo da Penha aparece na notícia do dia 27 de abril de 1905, divulgada no Jornal Correio do Brasil, sobre o projeto de resolução do Conselho Municipal que determinou os vencimentos do professor Cincinnato Franca.

Discute - se no Conselho Municipal o seguinte projeto: Projeto de resolução nº - O Conselho Municipal resolve:

Art. 1º Ficam fixados em 3:6000\$ anuais os vencimentos do professor do grupo escolar da Penha.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Em sessão de 25 de abril de 1905 – Sergio Cunha – Drº Aurelio Vianna – Drº Octaviano Pimenta – João Clião Pereira Arouca – Drº Francisco João Fernandes – Pedro Rodrigues dos Santos. (CORREIO DO BRASIL, 1905)

³²

Comparado aos salários prescritos para os professores na legislação do ensino da Bahia, nota-se as diferenças. Na lei 219 vigente para o ensino municipal no ano de 1905, os salários dos professores, nos diversos graus, variavam entre 2:400 \$ 000 e 2:800 \$ 000. Já para o ensino primário estadual, a lei vigente a partir de 1904 estabelecia para os professores salários entre 2: 400 \$000 e 3:00 \$ 000. Ou seja, o salário proposto no ato do Conselho, e aprovado pelos conselheiros, para o professor do grupo seria maior do que o estabelecido para os professores da escola complementar anexa ao Instituto Normal, administrada pelo governo estadual.

Logo após a discussão do projeto para fixação de salário, Cincinnato Franca foi nomeado professor do Grupo Escolar da Penha. No Relatório do então presidente do Conselho Municipal, Leopoldino Tantú, apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 3 de fevereiro de 1906, referente às atividades de 1905, consta que: “ Por ato de 27 de maio de acordo com a Lei n. 749 de 8 de abril último, foi nomeado professor do Grupo Escolar da Penha, Cincinnato Ricardo Pereira da Franca” (1906, p.54). O mesmo relatório informa que, “Para adjunta ao Grupo Escolar da Penha foi designada Dona Emilia Imbassahy Gomes, por ato de 10 de julho” (1906, p.55).

Cincinnato Franca assume sua função, como professor da escola complementar do Grupo Escolar da Penha, em 1º de junho do mesmo ano. Nesse momento, informa que mudou provisoriamente os cursos para o prédio a mesma rua, neste caso á Rua do Bispo junto à casa onde funcionava a antiga escola.

Para o desenvolvimento do ensino moderno no grupo escolar, além de prédio amplo com salas para as classes dos cursos primários, era necessário aparelhá - lo com mobiliário e materiais didático pedagógicos. Assim, através do referido ofício, o professor Franca solicita: Livros de matrícula e frequência, quadros negros, um relógio, escarradeiras, cadeiras para

³² Sobre a relevância deste ato e em consideração a memória de um dos conselheiros, foi visto em notícia de jornal referente a ida de uma comissão de 3 alunos do Grupo Escolar Rio Branco, no ano de 1915, que em nome da instituição foram prestar sentimentos pela morte de Sergio Cunha e lembraram do feito do saudoso cidadão, um membro do Conselho Municipal, que assinou o ato de criação do Grupo da Penha.

visitas, cadeiras e púlpitos, lavatórios para as mãos, 30 bancos para 4 assentos ou 75 para dois, mapas geográficos e zoológicos, contador mecânico, termômetro, barômetro, itens para desenho, para estudos práticos do sistema métrico e museu pedagógico.

Solicita, portanto, materiais os quais também estavam indicados na lei e no decreto do ensino estadual do ano de 1904. Com isso, percebe-se que, baseado nas prescrições legais e higiênicas, buscou-se prover o grupo de determinados instrumentos pedagógicos, que permitissem a aplicação de processos do ensino intuitivo.

Ao estudar os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escolarização primária brasileira, Luciano Faria Filho e Diana Vidal observaram que,

[...] as discussões pedagógicas, sobretudo aquelas referentes às propostas metodológicas, foram demonstrando a necessidade de que se construíssem espaços próprios para a escola, como condição mesma de realização de sua função social específica. Assim, os defensores do método intuitivo, [...], argumentavam a necessidade de o espaço da sala de aula permitir que as diversas classes pudessem realizar as lições de coisas. [...]. Também o desenvolvimento dos saberes científicos, notadamente da medicina e, dentro dessa, da higiene, e a aproximação desses do fazer pedagógico influíram decisivamente na elaboração da necessidade de um espaço específico para a escola [...] (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.24).

A Lei 219, de 1896, que regia o ensino municipal de Salvador não inclui a modalidade grupo escolar em seu texto. De acordo com o 1º artigo desta lei, o ensino primário do município deveria ser ofertado na escola modelo, nas escolas graduadas de 1º e 2º grau e nos curso noturnos.

Sendo assim, nota-se como o grupo da Penha, para o sexo masculino, foi criado de maneira peculiar. Corroborando ainda mais com essa observação o escrito de Cincinnato Franca registrado no relatório de 1911. Segundo o professor, fazendo referência à fundação da instituição, “o grupo escolar foi por uma lei especial, fundado sob o número 749, a qual o desligou inteiramente de todas as exigências dos regulamentos vigentes da instrução pública [...]” (Franca, 1911, n/p).

No *Regulamento das escolas primárias do município da capital da Bahia n. 245*, de 1889, os direcionamentos para o funcionamento de mais de uma escola no mesmo prédio, postos através do artigo 63, estabelece que. “Quando no mesmo prédio se reunirem duas ou mais escolas da mesma categoria, um dos professores será nomeado diretor, sob cuja inspiração pedagógica ficarão os outros e todos adjuntos existentes”³³.

³³ (SANTANA. et. al. (Org.), 2013, p.210)

A instalação do Grupo Escolar da Penha em 1905 gerou discussão entre as autoridades educacionais de Salvador, principalmente por sua organização e funcionamento. De modo que o delegado escolar, Presciliano Leal, em 3 de julho de 1905, enviou comunicado ao intendente, relatando sobre o professor Cincinnato Franca se considerar professor complementar do grupo, embora a Lei 749 determinasse que o grupo deveria ser regido por um só professor. Para Leal, aquilo estava em desacordo com o Ato de 27 de maio de 1905, o qual indicava Cincinnato para reger as duas classes do grupo.

Leal adverte ainda que a adjunta, Emilia Imbassahy Gomes, estava regendo separadamente a classe elementar, mas não havia sido designada para tal função. Segundo o delegado, a professora era adjunta da primeira escola isolada do sexo masculino da Penha, que desapareceu amparada pela lei 749³⁴.

Apesar das colocações do delegado escolar, a existência de uma classe elementar e de uma complementar evidencia que a estrutura pedagógica do grupo vai se aproximando da estrutura estabelecida na lei estadual que rege a questão.

Ao analisar a constituição dos grupos escolares no Brasil, foi visto que, embora muitos estados tenham tomado como referência os grupos escolares de São Paulo, na prática nem sempre funcionaram seguindo a mesma organização. De modo que se encontrou, na reunião de escolas, uma forma de expandir o ensino primário, incorporando alguns elementos da pedagogia moderna.

A lamentável situação das escolas primárias de Salvador, a falta de casas, de mobiliário e materiais pedagógicos apropriados, exposta no relatório do inspetor escolar, anexo ao *Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 3 de fevereiro de 1906*, inclui os questionamentos sobre a constituição do Grupo Escolar da Penha, em seu primeiro ano enquanto grupo. Nele, o inspetor do ensino municipal observou que

[...] embora regido por um bom professor, não satisfaz as necessidades de ensino de toda a população escolar do município desta capital, porque, além de tudo, se acha colocado no extremo da cidade e até mesmo do distrito, que não é pequeno (In: TANTÚ, 1906, p.116).

Ressaltando ainda que o grupo da Penha não atendia aos preceitos pedagógicos e higiênicos recomendados para os grupos escolares, diferindo de outros estados que investiram

³⁴ Sobre a professora Emilia Gomes, foi visto que ela foi nomeada adjunta ao grupo no dia 10 de junho de 1905, o que explica a preocupação de Presciliano Leal, que fez notificação 7 dias antes da nomeação da professora. Portanto, feita a denúncia, percebe-se que foi procedida à regularização da situação da professora, o que indica interesse das autoridades em garantir alguns aspectos do funcionamento do grupo.

os recursos necessários ao funcionamento dos seus grupos. Em fala dirigida ao intendente, o inspetor do ensino municipal declara:

Não sei Exm^o Sr. como se instala um grupo escolar em uma casa em condições anti – higiênicas, como a que se acha o chamado grupo escolar da Penha, regido pelo professor Cincinnato Franca.

Sempre que penetro naquelas escolas, sinto uma profunda tristeza, vendo o referido com uma frequência de mais de cem alunos, mortificando - se em uma sala que não mede mais de 5 centímetros de extensão, sobre 4 de largura, um quarto escuro por não ter janelas e onde ficam os alunos da classe complementar e uma outra sala, ainda menor, no fundo da casa.

O solo de cimento, portanto impróprio para uma escola e as paredes imundas pela falta de caiadura ou pintura [...]. (In: TANTÚ, 1906, p.117)

Com um funcionamento contrário aos preceitos de organização pedagógica e de higiene, o Grupo Escolar da Penha, para o sexo masculino, naquele momento, se apresentava bem distante dos modelares grupos escolares. Enquanto nas grandes e mais desenvolvidas cidades do país, os majestosos grupos escolares estavam instalados com os mais modernos equipamentos didáticos - pedagógicos nos centros urbanos, em importantes ruas, praças ou avenidas, representando o progresso da instrução pública, o grupo da Penha estava instalado em prédio adaptado e em um bairro distante do centro urbano ³⁵.

Ainda assim, já no ano de 1905, a instituição aparecia na documentação oficial do município, como foi visto, anteriormente, com a denominação de grupo escolar. Essa questão abre precedente para uma discussão a cerca da data de criação do grupo da Penha.

Em princípio, a ressalva incide no fato de que pesquisas são passíveis de atualização. À medida que surgem novos indícios, o que foi constatado pode ser revisado e dar lugar a outras formulações.

Partindo dos registros históricos abordados, foi observado um equívoco referente ao ano de criação do grupo da Penha, apontado, em alguns estudos sobre a educação baiana, no primeiro período republicano, os quais indicaram que o Grupo da Penha, provavelmente, foi criado em 1908; em função de ter sido conhecido na prática somente a partir de 1908, ano para o qual as autoras encontraram referências sobre o seu funcionamento ³⁶.

³⁵ Ao observar essa situação, é importante pensar o contexto da cultura escolar primária baiana do período para tentar entender a realidade do grupo da Penha naquele momento.

³⁶ Visto em ROCHA, Lucia Maria da Franca; BARROS, Maria Leda. A Educação Primária Baiana: Grupos Escolares na Penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercados das Letras, 2006. NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Fundamentos e Políticas Educacionais: História, memória e trajetória da Educação na Bahia**. Ponta Grossa, UFGP, v.16, n.2, 2008. Disponível em: < <http://www.uepg.br/prosp/publicatio/hum/2008-2/Art.2.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2012., e outros.

Esse fato reacende a questão da constituição e ou reconstituição da história das instituições, das fontes e o trabalho do pesquisador. Apesar de transmitirem importantes informações, as fontes documentais deixam lacunas e, também por isso, é importante fazer o uso de diversas fontes para triangular as informações, substanciar a pesquisa e rever com propriedade o que já foi produzido sobre o tema.

Considerando o fato de não existir um arquivo escolar do grupo e, o trabalho de garimpagem no qual localizou os documentos sobre a instituição e permitiu o estudo detalhado dos aspectos de criação, organização e funcionamento do Grupo da Penha, esta dissertação atualiza as pesquisas voltadas para a historiografia da educação baiana, no que se refere ao tema em questão.

Nesse sentido, a reconstituição histórica do grupo escolar também está pautada na micro-história, apresentada por Giovanni Levi, de forma que,

A abordagem da micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992, p. 154).

Por meio do *Mapa demonstrativo de classificação das escolas da 2ª circunscrição*, anexo ao *Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 3 de fevereiro de 1906* foram verificados os primeiros dados de matrícula da instituição enquanto grupo. Naquele ano o Grupo da Penha matriculou um total de 118 alunos, o maior número de matrículas entre as escolas daquela circunscrição. Na classe inicial, havia 21 alunos; no 1º curso 30; no 2º curso 21 e no 3º curso 46 alunos matriculados. Os frequentes foram 81 alunos, assim distribuídos 16 na classe inicial, 19 no 1º curso, 12 no 2º e 34 no 3º. Dos 20 alunos promovidos, dois foram da classe inicial, três do 1º curso, sete do 2º curso e oito do 3º curso.

Ao tratar das escolas da 2ª circunscrição, Prescilano Leal, no relatório das atividades de 1906, volta a falar da higiene escolar como um elemento importante para um funcionamento sem prejuízos à escola e a saúde das crianças. Informando sobre o estado da escola do professor Cincinnato Franca, o delegado afirma que:

[...] Vimos nesta circunscrição escolas como a do sexo masculino da Penha, regida pelo digno professor Cincinnato Franca, e a 2ª de igual sexo do distrito de Santo Antonio, regida pelo ilustre professor Arão Carneiro, regurgitadas de alunos que se acotovelavam nas classes, dispondo de espaço

acanhado, que não pode deixar de constituir um perigo formidável contra a saúde, a vida e até mesmo a disciplina que a frequentam. (LEAL, 1906, p. 266- 267)

Enquanto médicos higienistas, educadores, governantes, arquitetos etc. defendiam prédios escolares projetados para tal fim, espaçosos, com salas construídas sob medidas, considerando os espaços para o mobiliário, para a livre circulação dos escolares, com boa iluminação, ventilação, com instalações sanitárias e mobiliário adequados a estatura dos alunos com vistas a erradicar doenças infectocontagiosas provenientes também da insalubridade, das más condições dos espaços aglomerados, pouco ventilados e mal iluminados; além das prescrições legais para o ensino, as escolas primárias baianas funcionavam nas mais precárias condições de higiene.

Ainda neste relatório, o delegado escolar expôs outra questão, essa referente aos exames na classe complementar da Penha. Prescilano Leal comunica que não fez os exames finais na escola do professor Cincinnato porque este professor declarando ser membro do Conselho Superior de Ensino iria realizar os exames de sua escola de acordo com o último regulamento do estado o qual revogava a lei municipal de ensino.

Os diversos documentos localizados evidenciaram a existência de um conflito sobre a norma legal que deveria regular o funcionamento do grupo no que diz respeito ao ensino complementar. A lei municipal vigente no momento da criação do grupo escolar não previa o curso complementar, já o decreto estadual nº 281 de 1904, o mantinha instituído em lei anterior.

Ao final do relatório, no *Mapa demonstrativo do movimento escolar da 2ª circunscrição*, está registrado que naquele ano a escola do professor Cincinnato Franca matriculou 106 alunos no curso complementar, com frequência média de 70 alunos.

Mesmo com a precariedade de funcionamento do Grupo Escolar da Penha, era intenção da Intendência inserir grupos escolares na estrutura da educação do município, como visto no ato 115 de 14 de dezembro de 1907, através do qual o intendente de Salvador decide pôr em execução a Lei nº 862, de 28 de novembro de 1907, organizando a escola modelo e grupos escolares no município a partir das escolas existentes. De acordo com o ato, os grupos escolares seriam localizados na Sé, Santana, São Pedro, Vitória, Brotas, Nazaré, Rua do Paço, Santo Antônio, Conceição da Praia, Pilar, Mares e Penha; distritos da 1ª e 2ª circunscrição do município de Salvador. Talvez a intenção fosse a de reunir escolas em um mesmo prédio escolar, pois essa ação, além de facilitar a fiscalização e o controle escolar, também conteria

gastos com o aluguel de diversas casas, o que pode ter sido o motivo para a elaboração do Ato 115, de modo que

[...] a falta de espaços próprios para as escolas era vista, também, como um problema administrativo na medida em que as instituições escolares, isoladas e distantes umas das outras, acabavam não sendo fiscalizadas, não oferecendo indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino e, além do mais, consumindo parte significativa das verbas com pagamento do aluguel da casa de escola e do professor. [...] (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24)

Não foram localizadas referências de instalação dos grupos mencionados. Em relação ao já existente, grupo da Penha, percebe-se que o ato de 1907 reformula o quadro de professores, acrescentando uma professora para a classe infantil, nomeando a já adjunta Emilia Gomes como professora da classe elementar e nomeando outra adjunta. A professora para a classe infantil e a adjunta, designadas pelo referido ato, não exerceram atividades imediatamente no grupo da Penha. Também não foram encontradas informações do funcionamento da escola infantil nos primeiros anos de funcionamento deste grupo, esta escola só aparecerá nos registros dos documentos referentes ao ano de 1916.

Na intenção de aparelhar a instituição, o diretor Cincinnato Franca, em 1908, enviou ao intendente uma lista de materiais escolares para o grupo. Os itens solicitados foram: mapas das 5 partes do mundo; 3 mapas murais das cinco partes do mundo e 3 mapas murais da Bahia; mapas murais do Brasil de O. Freire; mapa do Distrito Federal; mapa geral do Brasil; quadro para sistema métrico; coleção completa dos sólidos geométricos; museu escolar brasileiro; uma bandeira nacional; um a. em contador mecânico; um sistema planetário; uma esfera geográfica e 3 tinteiros³⁷.

Na referida solicitação consta despacho do arquivista Eduardo Freire, datado de 24 de outubro, informando que a Casa Catilina dispunha de 10 dos 15 itens da lista, com valor de quinhentos e setenta mil reis. Anexo ao documento, consta ainda a nota de despacho do material pela Casa Catilina, do dia 26 de outubro, demonstrando com isso que o grupo foi dotado do material escolar necessário, naquele ano. Boa parte dos materiais, solicitados na lista, está prescrita no Capítulo II – Material escolar, do Decreto estadual n. 281 de 5 de dezembro de 1904.³⁸

³⁷ O ofício encaminhando a lista dos materiais foi o primeiro documento, entre os analisados, no qual Cincinnato Franca assina com diretor do Grupo Escola da Penha.

³⁸ Esta listagem foi vista na cópia do documento localizado no APEB e faz parte do acervo do GPEC. Já a lei de 1904, In: SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.) A construção da escola primária na Bahia – Leis de reforma e regulamentos da instrução 1890 - 1930. Salvador: EDUFBA, v.2, 2011.

Dentre as práticas pedagógicas modernas, propagadas para a escola primária do Brasil, nos anos iniciais da República, o ensino intuitivo, por meio das lições de coisas, da experimentação, englobando novos materiais pedagógicos, mobiliário e prédios escolares adequados ao desenvolvimento do método, foi muito indicado pelos educadores progressistas nos manuais escolares, nos compêndios, nos livros, nas leis, regulamentos, decretos etc. O professor Cincinnato Franca era um educador preocupado com a instrução do povo e com a oferta do ensino pautado nas recomendações pedagógicas modernas.

O pedido e atestado de despacho do material adequado ao grupo escolar não são os únicos indícios do esforço em promover um ensino moderno naquela instituição escolar. Conforme a Fotografia 12 abaixo, no ano de 1908, o Grupo Escolar da Penha realizou uma “excursão pedagógica ao campo”.

Fotografia 12 – Bahia. Grupo Escolar da Penha em excursão pedagógica, 1908.



Fonte: VIANNA, Marisa. “... vou pra Bahia”. Salvador: Bigraf, 2004

Com base em Valdemarim (2006), o método intuitivo, também denominado lições de coisas, de ensino pelo aspecto e ou ensino intuitivo, almejava adotar o ensino concreto, racional e ativo, incorporando novos materiais didáticos, diversificadas atividades, excursões pedagógicas, museus pedagógicos etc. Pautado na educação de sentidos, na observação e trabalho, o método experimental, incorporado no ensino da leitura e escrita, geometria, ciências, estudo da natureza entre outros, configuravam os conteúdos curriculares escolares e

seu uso nas salas de aula, agregando os trabalhos produzidos pelos alunos ao espaço escolar. O ensino seria pautado na exposição de objetos, manuseio, comparação, separação.

Embora o método intuitivo representasse um dos elementos da modernidade pedagógica e tenha sido considerado ideal para a propagação do ensino primário no Brasil, sobretudo na Primeira República, também foi alvo de críticas. Como visto em Luz (2009), Afrânio Peixoto fazia ressalvas quanto ao destaque dado ao método intuitivo, por entender que este método nem sempre se adequava às demandas individuais dos alunos.

Ao analisar a fotografia da excursão pedagógica do Grupo da Penha, Luz aponta que ela

[...] Retrata uma excursão ao campo de turmas de meninos do grupo escolar da Penha, em Salvador, orientados pelo professor Cincinnato Franca e por sua adjunta Emilia Imbassahy. O fato de ter sido tirada em 1908 atesta que o ensino baseado na experiência e no uso dos sentidos, pelos alunos, já fazia parte das preocupações pedagógicas de alguns professores baianos, bem antes da chegada da Escola Nova e das idéias de John Dewey à Bahia e ao Brasil. Era a expressão da modernização do ensino baiano que ainda não vivenciava uma modernidade educacional. (LUZ, 2009, p. 140 - 141)

Essa modernidade educacional, apesar de bastante disseminada desde o fim do século XIX, não alcançara as escolas públicas primárias baianas. Alguns elementos da modernidade pedagógica foram aplicados em determinadas escolas, em função também dos esforços dos seus mestres a exemplo de Cincinnato Franca.

Através do Relatório apresentado ao Conselho Municipal, da sessão de 27 de fevereiro de 1909, o conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, tratou das dificuldades financeiras que afetavam a educação primária, como a falta de prédios escolares, materiais e mobiliário, vencimentos dos professores. Aspectos estes que contribuíam para a precariedade do ensino em Salvador e conseqüentemente a dificuldade e demora na efetivação da modernização do ensino público. Porém informa que:

Em virtude do estado financeiro do município apenas pude dotar o Grupo Escolar da Penha de um prédio espaçoso e bastante arejado, dispondo de cômodos suficientes para o seu regular funcionamento, e dotei – o da necessária mobília, que me foi cedida pelo governo do estado, das muitas que recebeu dos Estados Unidos. (ROCHA, 1910, p.20)

Apesar de o conselheiro declarar que o grupo estava instalado em prédio espaçoso, no relatório de 18 de março de 1909, encaminhado ao intendente municipal, Cincinnato Franca relata que o “novo” prédio ainda que vasto, não comportava todos os cursos do grupo.

Segundo o diretor, o prédio onde funcionava o grupo anteriormente, era pequeno e acanhado e com a autorização do intendente instalou o grupo em outro melhor, porém este prédio não possuía salões para acomodar os 3 cursos.

Para ele, seria de grande prejuízo a junção dos cursos em uma sala, pois cada curso tinha seu grau de desenvolvimento; os conhecimentos para as crianças se diferenciavam daqueles a serem ministrados na classe de ensino superior (classe complementar). Com isso, procurou separar salas para cada curso.

A organização gradual escolar como parte das postulações da modernização dos processos de escolarização primária, propagados no século XIX, passaram a compor a cultura escolar brasileira.

Em relação ao funcionamento no início do ano letivo de 1909, Franca, mostra no relatório de 18 de março de 1909 que 100 alunos estavam frequentando o curso primário (elementar) e 20 o curso complementar. Pela alta frequência diária do curso primário, este foi dividido em duas salas para o não prejuízo dos conhecimentos dos alunos de cada classe.

O inciso 1º, do artigo 114 do decreto de 1904, estabeleceu que: as escolas seriam divididas em classes correspondentes ao número de 30 alunos, na escola infantil, e 50 alunos nas escolas elementar e complementar, (SANTANA et. al. (Org.), 2011, p.183), o que justifica a separação das salas da escola elementar.

Logo no início de 1910, o prédio do Grupo Escolar da Penha foi invadido. O delegado escolar, Presciliano Leal, comunica do arrombamento da porta principal do grupo, em 3 de janeiro, e informa que levaram o relógio da escola e a campainha.

Esse episódio é relevante para mostrar a simbologia desses artefatos na cultura escolar. Assim como as normas postas pelas leis, decretos e regulamentos educacionais ressaltavam os elementos de disciplina e controle das práticas, das atividades e do tempo escolar, o relógio figurava como um importante instrumento de controle do tempo nesse caso, “o tempo escolarizado”.

Nos estudos de Ione Sousa (2008) a cerca da cultura escolar baiana nos oitocentos, a autora observou como o relógio era muito requisitado para as escolas da Província da Bahia, como um instrumento orientador do cotidiano escolar. Nesse sentido, observar-se, também, que:

Para fazer cumprir um horário assim determinado, no qual se contavam os minutos e se distribuíam as disciplinas pelos respectivos horários em todos os dias da semana, em todos os anos do curso, pretendeu-se dotar os grupos escolares de normas e instrumentos de controle do tempo e dos horários escolares. Instrumentos como os relógios, as campainhas, as sinetas

passaram a fazer parte do material básico dos grupos escolares e, muitas vezes, das escolas isoladas. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25 - 26)

De acordo com o Quadro 3, durante o período de 1905 a 1910, o Grupo Escolar da Penha teve uma atuação marcante no cenário educacional daquela região escolar. A matrícula total, considerando o curso complementar e o curso elementar, foi expressiva e no ano de 1910 correspondeu a 204 alunos, o que motivava o pedido de adjuntos como o formulado por ofício do diretor, no ano de 1910. Naquele ano a escola elementar do sexo masculino registrou uma matrícula total de 173 alunos com a idade de 6 a 14 anos, já a classe complementar teve uma matrícula total de 31 alunos com a idade de 11 a 17 anos, como visto no relatório de Presciliano Leal. Não houve registro de matrícula na escola infantil que ainda não havia sido implantada.

Quadro 3 – Bahia. Matrícula e frequência do Grupo Escolar da Penha ,1905 - 1910

Ano	Matrícula			Frequência			Fonte
	Elem.	Compl.	Total	Elem.	Compl.	Total	
1905			118			82	Mapa demonstrativo de classificação. das escolas da 2ª circunscrição”, anexo ao Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 3 de fevereiro de 1906 pelo Farmacêutico Leopoldino Antonio de Freitas Tantú, Presidente do Conselho substituído o Intendente do Município da Capital. Bahia, 1906.
1906			106			70	Mapa demonstrativo do movimento escolar da 2ª circunscrição”, anexo Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 14 de fevereiro de 1907 pelo Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão Intendente do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Bahia, 1907
1908	82	15	97	78	15	93	Mapa demonstrativo da matrícula e da frequência das escolas da 2ª Circunscrição referente ao 1º trimestre de 1908, do delegado escolar Presciliano Leal.
1909				100	20	120	Ofício de Cincinnato Franca encaminhado ao Intendente Municipal (18 de Março).
1910	173	31	204				Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cons. Intendente pelo delegado escolar da 2ª Circunscrição do município da capital da Bahia sobre o movimento do ensino das escolas da mesma circunscrição durante o ano de 1910.

Em 1911, Cincinnato Franca deixou, temporariamente, suas funções de professor do grupo escolar para exercer o cargo de deputado estadual. Em ofício encaminhado ao intendente, comunicando do seu afastamento, indica a adjunta Emilia Imbassahy Gomes para substituí -lo, pois a considerava preparada para assumir o cargo de diretora e esclarece que o

exercício da adjunta como diretora estaria amparado pela lei, a qual determina que “o adjunto da escola substituirá o professor nas suas faltas” (FRANCA, 1911). Ainda neste documento, foi comunicada a continuidade de Augusta Franca Neves como adjunta estagiária do grupo.

Como deputado o professor continuou defendendo os interesses da educação pública. Segundo Conceição (2007), em maio de 1912, Cincinnato apresentou um projeto de criação de escolas primárias masculinas noturnas em cada distrito da capital. Sobre esse assunto, o Jornal de Notícias da Bahia, de 06 de junho de 1912, publicou artigo assinado por Cincinato Franca, no qual foi ressaltada a importância da aprovação do projeto pelo senado e da necessidade de escolas noturnas para a expansão do ensino para o povo.

Tomando a pesquisa da autora Ana Luiza Costa (2007) sobre as escolas noturnas do município da Corte, verificou-se que estes projetos tinham como objetivos, entre outros, regenerar e instruir os incultos, preparando-os para vida civilizada e o trabalho. O desenvolvimento dos projetos da instrução pública popular, além de realizados pelo Estado, foi marcado por iniciativas de particulares da sociedade civil, seja por parte de instituições filantrópicas seja por iniciativas individuais de professores públicos.

No caso da Bahia, destacamos as iniciativas do professor Cincinato Franca, em ministrar aulas para o curso noturno, tanto em Cachoeira quanto em Salvador.

A documentação levantada e analisada, relativa ao período de 1905 a 1911, apontou características particulares sobre a criação e funcionamento do Grupo Escolar da Penha. A “desobrigação” de funcionar exatamente dentro das prescrições das leis do ensino primário municipal, devido ao seu “desligamento”, como informou Franca (1911), permitiu ao grupo um funcionamento peculiar, com uma escola elementar, dividida em três classes e uma escola complementar, regidas por diversos professores, sob direção geral.

4.4 O GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO DE 1913 A 1925

Ainda não se sabe quando, exatamente, O Grupo Escolar da Penha passou a se chamar Grupo Escolar Rio Branco, certamente entre 1912 e 1913. A nova denominação, possivelmente está relacionada a prática estabelecida na República de dar as escolas o nome de figuras ilustres no cenário político.

Não foram localizados documentos sobre o grupo relativos ao ano de 1912. O primeiro documento que faz referência à nova denominação foi o Ato número 34, de 1º de março de 1913, que designa dona Alzira Lourdes Assis para exercício no Grupo Escolar Rio Branco³⁹.

A mudança de nome acontece no contexto do primeiro governo de J. J. Seabra o qual instituiu a Lei nº 1006, de 06 de setembro de 1913, de reforma do ensino primário da Bahia e o Decreto nº 1354 de 20 de janeiro de 1914 regulamentando a execução da lei. Nesta reforma, os grupos escolares foram prescritos como um dos modelos de estabelecimento do ensino primário baiano, de forma que o artigo 21 da lei estabeleceu que o ensino primário fosse difundido pelas escolas isoladas e grupos escolares⁴⁰.

Também foi definido por meio do artigo 23 que, “o grupo escolar é a reunião de diversas escolas funcionando separadamente, no mesmo prédio, sob uma direção” (SANTANA. et. al. (Org.), 2011, p. 237). Essa regulamentação para o ensino primário de 1913/14, comparada as anteriores, que trataram sobre grupos escolares, especifica melhor alguns aspectos de funcionamento desse tipo de escola, a exemplo do salário de diretor e professor de grupo, que até então não estava definido na legislação do ensino estadual.

Ainda no ano de 1913, surgem indicações de que o Grupo escolar Rio Branco continuava buscando modernizar suas práticas pedagógicas; estas pistas foram identificadas nos noticiários dos jornais locais que publicavam diversas notícias sobre a instrução pública e as escolas do município. Em 27 de agosto de 1913, os alunos em iniciativa louvável vão até o intendente municipal solicitar uma máquina de escrever para o grupo escolar.

A notícia foi publicada em 28 de agosto, com o título “*Uma comissão de meninos, alunos do professor Franca, da Penha, esteve ontem no gabinete do Sr. Julio Brandão, o intendente promete a máquina que foram pedir*”. Como visto na notícia, os alunos Heitor Odwyer, Godofredo Carneiro e Augusto Lopes, foram à intendência municipal de Salvador, e saíram de lá com a promessa de que o Grupo Rio Branco receberia a requerida máquina de escrever, considerada por eles como um “[...] aparelho que justificava o progresso do espírito humano no século moderno [...]”

Após o encontro, os alunos seguiram até a redação do jornal na intenção de divulgar o acontecimento; lá também ouviram a promessa de que, se por ventura o intendente esquecesse

³⁹ O Barão Rio Branco, professor, jornalista e jurista, foi um importante diplomata brasileiro. Várias instituições públicas brasileiras foram denominadas Rio Branco. Em Salvador, a título de exemplo temos o Palácio Rio Branco (antiga sede do governo baiano) e o Pavilhão Rio Branco do Colégio Central, antigo Colégio da Bahia.

⁴⁰ Ainda no governo de J. J. Seabra, no ano de 1913, foi edificado o Museu escola de Salvador, reformas do Ginásio da Bahia e do Instituto Normal, realização do 3º congresso de instrução primária e secundária com representantes de 14 estados. Neste governo em 1916 foi construído e inaugurado o grupo escolar de Feira de Santana.

de enviar a máquina, o jornal iria publicar notícia relembrando o intendente do seu compromisso. O discurso realizado pelo aluno Heitor Odweyr, foi ainda publicado no jornal.

Figura 5 – Bahia. Notícia sobre a máquina de datilografia para o Grupo Escola Rio Branco, 1913

**A MENINADA FALÁ
AO INTENDENTE**

Uma comissão de meninos, alumnos do professor Franca, da Penha, esteve hontem no gabinete do sr. Julio Brandão

O INTENDENTE PROMETTE A MACHINA QUE FORAM PEDIR

Os alumnos do curso complementar do Grupo Escolar Rio Branco, regido na Penha (Itapagipe) pelo esforçado sr. Cincinato Franca, entenderam (e muito bem o entenderam) que lhes era necessario aprender a escrever em machina.

A idea é boa e muito propria de alumnos dirigidos por um professor que comprehende o ensino primario como uma preparação para a vida independente e pratica.

E foi neste mesmo sentido que tres petizes desembarcadas e bem postas vieram hontem, á tarde, de Itapagipe á Intendencia Municipal, em comissão, para falarem ao sr. intendente.

Eram elles Heitor Odwyer, de 14 annos, Godofredo Carneiro de 13 e Augusto Lopes, mais ou menos da mesma idade.

Introduzidos á presença do intendente, que se levantou á aproximação dos pequenos, Heitor Odwyer deitou seu pequenino discurso pedindo a machina.

O dr. Julio Brandão respondeu-lhe que achava justo o pedido e prometteu que o Grupo Escolar Rio Branco receberia em breve a sua machina de escrever.

E' bom de ver que os meninos sahiram exultantes. E logo vieram a nossa redacção, onde foram acolhidos do mesmo modo, isto é, com a sympathia que despertam os pequeninos, que mal apparecem na sua innocente fraqueza, logo nos lembram as doces palavras de Jesus: *Sinite parvulos venire.*

Promettemos por nossa vez ás crianças que, si o intendente esquecesse a promessa, no meio de seus trabalhos e cuidados, nós o relembraríamos, pedindo-lhe a machina, até que a machina vá.

Promettemos tambem dar o discurso de Heitor Odwyer. Elle o fez.

MEU BOM INTENDENTE - Peco-vos licença para em nome de meus queridos collegas do Grupo Escolar Rio Branco, usar da palavra e verdade que sou pequeno e portanto fraco na eloquencia, porém forte no espirito, porque tenho modelado minha risonha infancia á grandeza da escola illuminada pela magistral e propositiva applicação dos nossos idolatrados e amáveis mestres.

Meu digno e amavel dr. intendente fostes educado na escola do progresso, vosso amor pela infancia se revela no cuidado de vosso patriótico governo benigno da instrucção do povo.

Bem conheceis o que representa a infancia, e bem reconheceis a necessidade imperiosa que tem a sociedade de preparar o homem do futuro.

Pois bem, a escola para nós meninos não deve ser uma obra de suggestão, a escola deve nos desenvolver o poder da attenção da vontade, nos augmentar a força de resistencia pessoal.

Precisamos despertar a nossa curiosidade intellectual, porque a curiosidade constitui a base da nossa educação e todo o ensino e toda a educação devem acompanhar a evolução normal da vida physica e moral da criança, respeitar a sua instinctiva despertar o seu interesse.

Precisamos pois da educação physica, mas faltam na escola os jogos pedagogicos e os exercicios physicos.

Educar o nosso physico é, agir digno intendente, sobre o desenvolvimento moral de nossa fraca existencia.

A actividade prepara a vontade que é um caso particular da actividade que forma a independencia humana.

E convencido de que temos um governador municipal, consciente de sua posição democratica cujo fim, é acompanhar as aspirações liberaes de seus municipes, lo que venho em nome do progresso da instrucção popular, e em nome de meus pequenos collegas irmãos do Grupo Rio Branco, pedir-vos uma machina de escrever, onde nós alumnos do curso complementar, passamos aprender, desenvolver nossa actividade por meio desse tão importante aparelho que justifica o progresso do espirito humano no seculo moderno.

E' convencido de que não esmolamos porque estamos deante do espirito puro e justo que preside os destinos da nossa cidade do Salvador, sabemos certos de que o filho do povo será atendido no seu pedido.

Desculpai a nossa franqueza, nosso bom dr. intendente e satisfazei o nosso pedido que presta um grande serviço a causa da Instrucção do Povo.

Dr. José Pondé
ESPECIALISTA
Olhos; ouvidos; nariz; garganta
CONSULTORIO:--Terreiro n. 3.
Nos dias uteis: de 8 as 10 e de 2 as 4.
RESIDENCIA:
Rua Comendador Bastos n. 7
(CALCADA)

Fonte: Acervo do GPEC (Cópia de documento localizado na Biblioteca Pública do Estado da Bahia)

Interessante foi a notícia indicar que os meninos eram alunos da classe complementar do professor Cincinato Franca, apesar de seu nome não ter sido registrado no boletim dos exames finais do grupo dos últimos meses de 1913. Será que a publicação ressaltou essa

questão por ser conhecida a escola complementar do grupo como a escola do professor Cincinnato ou, de fato, ele já teria retornado suas atividades no grupo?

Neste ano de 1913, ele ainda estava em exercício como deputado estadual e, conforme Brandão (2012, p. 35) Cincinnato Franca foi nomeado, pelo intendente municipal de Salvador, presidente da mesa dos trabalhos da Conferência Pedagógica ao lado dos ilustres professores Severo Americo Pessoa da Silva, Possidonio Dias Coelho entre outros, também participantes da comissão que dirigiria os trabalhos da Conferência de 1913.

Possivelmente, em razão do aumento do número de alunos nas classes das escolas do grupo escolar, como visto nos ofícios do professor Franca, de anos anteriores, solicitando adjuntos, o quadro de docentes do grupo sofreu alteração com chegada da adjunta dona Leolinda Azevedo, designada por Ato de 16 de outubro de 1913, para exercício no Grupo Rio Branco.

Das normas e práticas que constituem a cultura escolar primária, os exames foram um dos mais significativos rituais da escolarização pública. Realizados ao final das atividades do ano letivo, estes, regulamentados pela legislação do ensino e presididos por autoridades políticas e educacionais, tinham o objetivo de aprovar ou reter os alunos, a depender do desempenho dos avaliados, por meio de provas orais e escritas decorrentes dos conhecimentos disseminados nos cursos primários.

Sobre os exames finais do Grupo Rio Branco, do ano de 1913, as informações localizadas no jornal O Diário de Notícias, através de nota da seção *Instrução Pública*, referente aos meses de novembro e dezembro, informa que os exames escolares do grupo foram realizados pela comissão de professores composta por: Alberto Assis (presidente), Laura Luciola Baraúna, Emilia Imbassahy Gomes e Antonio Peixoto Guedes.

O exame escolar era um ato solene, atestava que a escola pública como instituição socioeducativa, promovia a progressão do educando, preparando - o, por meio da instrução, para vida civilizada. Em Salvador, muitas vezes, essas cerimônias aconteciam no Paço Municipal com programação composta por missa solene, exames, entrega de prêmios e diplomas, desfiles, ou seja, um evento educacional que envolvia a sociedade.

No ano seguinte, Cincinnato Franca retomou suas atividades no grupo, assim como passou a reger também a escola noturna da Penha; foi nomeado para tal exercício por ato de 10 de março e designado após abaixo - assinado dos moradores daquele distrito, conforme nota do Diário de Notícias da Bahia, de 13 de fevereiro de 1914. Esta escola passou a funcionar no

mesmo prédio das aulas do Grupo Escolar Rio Branco, que aconteciam entre o turno da manhã e da tarde, já as aulas noturnas eram ministradas à noite⁴¹.

Pensando na situação da instrução pública primária do estado da Bahia, é compreensível o funcionamento desta escola noturna no prédio onde funcionavam as atividades escolares do Rio Branco em horário oposto. Da mesma forma que em período anterior, século XIX, no Rio de Janeiro e em outras províncias do Brasil, cursos noturnos funcionaram em escolas primárias, tendo as aulas ministradas pelos mesmos professores que ensinavam nestas escolas diurnas, como aponta Ana Luiza Costa (2007). Uma maneira encontrada para alfabetizar adultos, trabalhadores etc. que não podiam frequentar a escola diurna.

A exposição feita pela referida autora a cerca desta questão demonstra a propagação dessa prática para o ensino noturno em alguns locais:

Como exemplo das vantagens profissionais [...], podemos pensar na descrição de Uchôa Cavalcanti sobre a província de Pernambuco, no tópico em que expõe os procedimentos do governo em relação aos cursos noturnos. O princípio norteador desse procedimento era a liberdade de ensino pelo qual foram mantidas as aulas existentes, facilitada a criação de novas e foi facultado aos professores públicos lecionarem em cursos noturnos na casa e com a mobília das escolas diurnas. Aos que prestassem esse serviço, o tempo desse ensino seria computado até dois terços na jubilação. Outro intelectual, Antonio de Almeida Oliveira, ao tratar das escolas noturnas para adultos, defende também a liberdade de ensino como forma de ampliá-las e reduzir os gastos do Estado, ainda que afirme que nenhuma despesa com instrução poderia ser tida como excessiva. (COSTA, 2007, p. 145)

O professor Cincinnato Franca, um idealista e difusor de educação moderna, escrevia artigos nos jornais discorrendo sobre educação na Bahia, denunciando as sofríveis condições dos prédios onde funcionavam as escolas públicas e em defesa da educação para a cidadania, do ensino moderno e da instrução do operário.

Brandão (2012), em seu estudo sobre as teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas realizadas em Salvador de 1913 a 1915, ressaltou o incidente protagonizado pelo professor, que embora inscrito para apresentar sua tese na Conferência de 1914, não o fez. No dia 12 de fevereiro daquele ano, ele escreveu carta publicada no Jornal Moderno, destinada à mesa que dirigia a Conferência, expondo os motivos que o levaram a retirar da Conferência Pedagógica

⁴¹ Por meio do ofício de 16 de março de 1914, Cincinnato Franca pede providências em relação a instalação de luz elétrica nas salas para as aulas noturnas que, mesmo sem energia elétrica, já estavam funcionando. Em 1º de abril o professor Franca comunica ao delegado escolar a suspensão dos trabalhos no grupo nos próximos 3 dias daquele mês em função de reparos que estavam sendo feitos nas salas.

sua tese, denominada: “Os resultados colhidos atualmente no ensino correspondem ao esforço e meios empregados?”.

A tese foi publicada no *Jornal Moderno*, naquela mesma data. Nela o professor discorre sobre a falta de investimentos do governo baiano na escola pública, denunciando a carência de prédios escolares adequados e higiênicos, de mobiliários e materiais didáticos para o ensino primário intuitivo; bem como das falhas na formação de professores primários baianos e da falta de uma escola normal prática que ofertasse educação moderna. Na conferência, o professor cita o exemplo de alguns países desenvolvidos que investiram na educação primária, formando cidadãos para o trabalho e desenvolvimento da nação.

Para ele, a falta da pedagogia moderna acarretava numa escolarização que ensinava a ler e escrever, por meio da decoreba, da memorização dos conteúdos, havendo assim, o atraso da educação popular, implicando no atraso da Bahia. Fala ainda do estado de São Paulo como exemplo de instrução popular e do professorado como classe valorizada. Finaliza sua tese clamando por uma reforma da escola pública baiana. (FRANCA, C. *Jornal Moderno*, Bahia, p.2, 12 de fev. 1914)

A partir da sua tese, fica claro o pensamento do professor em relação à educação baiana. Para ele, era imprescindível uma reforma pautada na reestruturação e reorganização da educação primária e formação docente, com uso de métodos pedagógicos atualizados, expansão do ensino primário, a tão sonhada democratização do ensino, pressupostos pedagógicos amplamente disseminados por reconhecidos estudiosos da educação em escala internacional e nacional.

Para o ano de 1914, foram solicitados pelo diretor Franca, através da lista de materiais necessários ao Grupo Rio Branco, os itens expostos no Quadro 4.

Os itens da lista evidenciam, de certa forma, o tipo de programa escolar que guiava ou pretendia guiar o ensino no Grupo Rio Branco. Percebe-se que alguns dos itens solicitados, como, por exemplo, a bandeira nacional, consta na relação dos materiais escolares do Decreto nº 1314 de 20 de janeiro de 1914, que regulamenta a lei do ensino primário do estado da Bahia.

Entre os símbolos da República, a bandeira nacional representa um dos maiores itens de reverência à pátria brasileira e dos ideais deste regime de governo. As instituições educativas disseminadoras desses valores, em seus rituais, usavam-na para celebrar e para reforçar o patriotismo e civilidade, marcando a cultura da escolarização primária, sobretudo nos grupos escolares, símbolos do progresso da instrução pública.

Ainda neste mesmo decreto, no inciso 2º do artigo 126, do capítulo V, seção V, sobre o plano geral do programa de ensino das escolas elementares e complementares, observa-se a indicação para as classes dessas escolas do ensino de caligrafia, noções de geografia, desenho, entre outros. As geografias de Carlos Novaes, solicitadas para o curso complementar, bem como os vários cadernos de caligrafia solicitados, atestam de certa forma, também, que a escola seguia o programa prescrito pelo decreto estadual.

Quadro 4 – Bahia. Materiais solicitados para o grupo escolar, 1914

Bandeira nacional para frente do prédio	Geografias elementares (compêndios da Escola Americana em São Paulo)
Caixas de penas	Geografias de Carlos Novaes para o curso complementar
Canetas	Bívaros para mata - borrão
Esponjas	Canivetes raspadeira para aparar lápis
Caixas de giz	Livros de João de Deus – Cartilhas maternais 1ª parte; Cartilhas mat. de João de Deus 2ª parte
Frascos de boa tinta preta	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna, preliminar
Resmas de papel pautado	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.1
Caixas de tinta aquarela	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.2
Caixas de tinta para pintura a óleo	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.3
Folhas de papel para desenho	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.4
Pinceis sortidos	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.5
Gramáticas francesas – Halbont	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.6
Gomas elásticas (da marca leão)	Cadernos de caligrafia vertical de Vianna n.7.
Lápis crayon	

Além da pedagogia moderna e do método intuitivo, os currículos escolares eram permeados por elementos que de certa forma marcaram o seu cotidiano, dentre eles as festas e eventos cívicos com destaque para as datas e comemorações representativas. Os ideais de civilização deveriam ser propagados através da instrução pública. O culto à pátria, um preceito a ser seguido pela escola pública, estava registrado também na legislação do ensino, bem como nos discursos dos educadores.

Dessa forma, as festas escolares também fizeram parte da cultura do grupo escolar da capital da Bahia. Em 6 de setembro de 1914, o Diário da Bahia publicou notícias sobre a festa escolar do Rio Branco, realizada no dia 7 de setembro, no jardim da Madragôa, em Itapagipe, às 16h00min, com a participação dos alunos das escolas. Esse tipo de atividade escolar demonstra que,

A presença das escolas na cidade faz-se não apenas pelo murmúrio e caminhar de estudantes em direção da escola e depois de volta para casa, mas, também, no momento em que a escola se abre para a cidade, ocupando seus espaços ou sendo ocupada pela população. Isso ocorre, especialmente quando a escola, suspendendo a rotina, abre-se para a festa. As festas são de diferentes tipos e motivações, nelas ocorrendo a recolocação da escola na cidade, alterando a dinâmica da escola e da cidade, recriando sociabilidades. As festas escolares traziam, ainda, as marcas das novidades curriculares e das transformações pedagógicas da escola. (LOPES, 2006b, p. 4365)

O espírito do militante Cincinnato Franca, que reivindicava e defendia causas educacionais e populares, é algo notório e marcante em sua trajetória profissional. Um dos episódios que demonstram essa característica do professor, refere-se à reclamação registrada em ofício escolar, destinado ao inspetor geral do ensino, em relação à atitude do condutor de bonde da linha de Itapagipe, o qual, naquela manhã do dia 23 de setembro de 1914, passou com o veículo, rapidamente, em frente ao grupo escolar. No incidente um menino saltou também rapidamente, após o condutor do veículo ter exigido dele o pagamento de outra passagem da Penha até o ponto do grupo⁴².

Tendo em vista os consideráveis serviços prestados por esse professor e seu prestígio no meio educacional baiano, infere-se que por isso Cincinnato Franca tenha sido nomeado pelo Conselho Superior da Liga da Educação Cívica em assembleia geral e sido empossado como membro da comissão de instrução para o exercício de 1915 a 1916.

Em 1915, o Grupo Escolar Rio Branco, funcionava no Bogari, tendo em seu quadro de professores Cincinnato Franca e os adjuntos Antonio Salustio Ferreira de Azevedo e João Ribeiro Pereira, na escola complementar. Na escola elementar, a professora Augusta da Franca Neves e as adjuntas: Tertuliana Diogo Gonçalves, Alzira de Lourdes Assis, Zaira da Cunha Gonçalves e Leolinda Pereira de A. e Azevedo⁴³.

O ano de 1916 foi de reformulações no funcionamento escolar do grupo. Com base na documentação trabalhada, foi a partir deste ano que a escola infantil foi instalada. As primeiras sinalizações sobre as orientações pedagógicas para esse período foram vistas no ato 31 do Conselho Municipal, publicadas no jornal *Gazeta do povo*, em 08 de fevereiro. De forma que, neste ato, o Intendente Antonio P. Mendes determina:

⁴² Franca, insatisfeito com o acontecido, foi tratar do assunto com o intendente, que o encaminhou para reclamar diretamente com o gerente da companhia de transportes, este se mostrou indiferente à reclamação do diretor. Frente à situação, o diretor do grupo escolar pede providências à inspetoria do ensino municipal

⁴³ Mapa anexo ao *Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia*, de 1916.

[...] Considerando que o Grupo Escolar Rio Branco, no distrito da Penha, criado pela Lei n. 749 de 8 de Abril de 1905 tem falta de escolas para satisfazer às exigências do art. 28 da Lei n. 1006, embora tenha seguido até hoje, na prática do ensino, a orientação pedagógica da legislação do Estado; [...]Resolve baixar o ato seguinte que submete imediatamente ao alto critério do Conselho, a quem compete resolver definitivo:

1. Continua com a orientação pedagógica, exigida pela Legislação do Estado, o Grupo Escolar Rio Branco, no distrito da Penha. (GAZETA DO POVO, 1916)

A Lei do ensino primário estadual 1006 de 1913 vigorava no ano de 1916. No que diz respeito às exigências do artigo 28, citada pelo intendente, esta lei determina que “[...] o grupo escolar se comporá de uma escola infantil, uma ou mais escolas elementares e uma complementar para cada sexo”. (SANTANA. et. al. (Org.), 2011b, p. 238).

Conforme o *Mapa de matrícula e frequência do mês de outubro* de 1916, o Rio Branco possuía as três escolas: infantil, elementar e complementar, porém o único quesito que não corresponde ao indicado pela lei é que o grupo escolar era somente para o sexo masculino.

O Ato nº 30, publicado pelo jornal Gazeta do povo, em 8 de fev. de 1916, conserva Cincinato Franca como professor da escola complementar e diretor da instituição. De acordo com a publicação do jornal Gazeta do povo, de 12 de fevereiro de 1916, houve uma representação de famílias e residentes da Penha, através de abaixo assinado, dirigido ao Conselho Municipal pedindo a aprovação dos Atos número 29 e 30, de 7 de fevereiro de 1916, do Intendente Pacheco Mendes, que reorganizava o Grupo Escolar Rio Branco. No dia seguinte, a Gazeta do Povo traz a notícia da aprovação do projeto número 12 de referência ao Grupo Rio Branco, cuja cópia não foi localizada.

A ação da população da Penha em defesa do grupo escolar reflete os processos sociais em que está imbricada a escola, naquele bairro proletário. Para além das práticas educacionais, desenvolvidas no ambiente da sala de aula, as relações sociais são constituídas dentro e fora da escola, ou seja, mostra a importância de relacionar o contexto e o entorno na dinâmica social e institucional.

Para aparelhamento das escolas elementares do grupo, as professoras Amélia Laura da Costa e Augusta da Franca Neves enviaram, em 8 de março de 1916, com o visto do diretor, relação de materiais necessários à 1ª escola elementar do Rio Branco. Foram solicitados os seguintes materiais: Um relógio de parede; um planisfério; 25 livros Minha Pátria; 25 Minha Pátria ensino da História do Brasil; 25 Leitura para as crianças; 25 Leitura moral de Arnaldo O. Barreto; 25 o Brasil na escola; 50 Cartilhas maternal de João de Deus, 25 da 1ª parte e 25 da 2ª parte; 25 pedras; 6 frascos de tinta; 25 livro de Educação Moral e Cívica; 25 gramáticas

de João Ribeiro; 25 geografia elementar – A. B. C; canetas; penas; papel pautado; giz; lápis; cadernos de caligrafia vertical; mapa de geografia da Europa, da América, do Brasil e da Bahia. Material didático pedagógico para o desenvolvimento do ensino aos meninos da escola elementar.

Novamente foi verificado que dos itens solicitados alguns estão na indicação de material escolar constante da lei estadual de reforma do ensino de 1913 e do decreto de 1914, a exemplo do relógio de parede e dos mapas geográficos do Brasil e da Bahia. Já os livros: Minha Pátria, Minha Pátria ensino da História do Brasil, Livros de Educação Moral e Cívica, os cadernos de caligrafia, indicam que as professoras da escola elementar também buscavam seguir o plano geral dos programas de ensino da lei de 1913 e decreto de 1914, que prescrevem o ensino de instrução moral e cívica, bem como caligrafia e outros⁴⁴.

Através dos dados expostos no quadro 5, no que se refere ao ano de 1916 é possível reconsiderar o que foi posto por Rocha (2012) sobre o grupo escolar ser constituído apenas por escolas elementares e completares naquele ano⁴⁵. Assim, fica evidente que em 1916, o Grupo Escolar Rio Branco estava sim completo com as três escolas primárias (infantil elementar e complementar).

Quadro 5 – Bahia. Matrícula e frequência das escolas do Grupo Escolar Rio Branco, 1914 - 1917

Ano	Matrícula				Frequência			
	Infantil	Elementar	Complem.	Total	Infantil,	Elementar	Complem.	Total
1914			241				105	
1915		147	56	203		105	42	147
1916	31	161	48	240	20	120	36	176
1917				252				190

Fonte: Boletim de matrícula e frequência, do Grupo Escolar Rio Branco, de julho de 1914.

Demonstrativo dos exames de classif. das escolas da 5ª circunscrição escolar de 1915. Mapa demonstrativo da matrícula e frequência média das escolas da 7ª circunscrição, de out. de 1916. Mapa da 6ª circunscrição do ano de 1917

O Quadro 5 apresenta a sistematização dos dados da matrícula e frequência das escolas do Grupo Escolar Rio Branco, dos anos de 1914 a 1917, já apontados. Nem todos os documentos

⁴⁴ No documento de solicitação dos materiais, a professora Amélia Costa atesta, em 1º de abril de 1916, que recebeu apenas 40 livros de leitura para os alunos das escolas elementares do Grupo Rio Branco.

⁴⁵ Ver, ROCHA, Lucia Maria da Franca. A educação primária no Estado da Bahia 1889 - 1930. In: ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia - Mar. (Orgs.). **Escola Primária na República (1889 – 1930): Subsídios para uma história comparada**. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin, 2012, p.277.

com informações de matrícula e frequência registraram os dados completos, por isso alguns espaços não foram preenchidos. Apesar da falta de informações é possível observar que a matrícula continuou expressiva.

Como exposto anteriormente, além das difíceis condições de trabalho por conta da precariedade das escolas e desprovisionamento de materiais, os professores primários padeciam com salários atrasados. No ano de 1916, Cincinnato Franca reivindica o pagamento dos seus salários, exibindo a situação por meio do Jornal A Tarde o qual noticiou “o calote” ao diretor do Grupo Escolar Rio Branco, que estava há dez meses com salários atrasados (SILVA, 1997, p. 92)

Na conjuntura sociopolítica, econômica e educacional dos anos finais da década de 10, século XX, diante do cenário de recessão em que viviam os trabalhadores baianos, no contexto da Grande Guerra Mundial e das greves, que já estavam acontecendo em algumas localidades do Brasil desde 1917, os trabalhadores passaram também a reivindicar, através de greves, pagamentos atrasados, melhores condições de trabalho e salários.

Já no final do ano de 1917, os professores resolveram não voltar para as escolas, tendo iniciado a primeira greve dos professores municipais do estado em 1918, com a paralisação das atividades escolares de janeiro a setembro desse ano. De acordo com Luz (2009, p.53) “[...] em 29 de janeiro de 1918 os professores primários lançaram um “Manifesto do Professorado Público Municipal do Estado da Bahia ao povo Brasileiro”, relatando os motivos da paralisação e a situação do professorado baiano [...]”.

Este movimento contou com a articulação de professores que desempenhavam relevantes trabalhos no cenário educacional da época, a exemplo de Possidônio Dias Coelho, Hugo Baltazar, Alberto Assis, Vicente Café, Cincinnato Franca e outros, que fizeram frente ao governo, denunciando a situação da educação primária baiana na imprensa e também com o apoio da população soteropolitana através de doações e outras formas de ajuda financeira para os professores ⁴⁶.

O desfecho da greve dos professores acontece no segundo semestre de 1918. O movimento do professorado baiano, subsidiado pelo Centro de Defesa do Professorado Baiano, contribuiu para a determinação do intendente municipal de que fosse aplicada a sexta parte da renda do município para o pagamento dos salários dos professores, em 27 de agosto de 1918.

⁴⁶ Estes professores estiveram na reunião do Grêmio Literário em 13 de fevereiro de 1918 para tratar sobre os interesses do professorado. Conforme Silva (1997, p. 101) o professor Cincinnato Franca esteve como membro da comissão do professorado em greve, em março de 1918, participando da reunião junto ao governador e outras personalidades relatando ao então governador Antonio Moniz que os professores consideravam que a educação primária não era prioridade do governo.

Apesar de ter perdido o vigor no final de setembro, é considerável o sucesso dessa paralisação das atividades escolares. Ainda assim “[...], a situação dos salários e do pagamento dos professores era tão crítica que a solução do governo de Antonio Moniz foi transferir o pagamento dos professores municipais para o Estado [...]”. (LUZ, 2009, p.61).

Entretanto, essas propostas do governo, na realidade, não se efetivaram. Nos anos seguintes, a reivindicação pelo pagamento dos salários atrasados de muitos professores continuava sendo uma questão aparente nos relatórios da instrução baiana. O professor Cincinnato, por exemplo, foi um desses professores que, na década de 20, ainda sofriam com a falta de pagamento.

No que diz respeito à saúde de estudantes de escolas primárias de Salvador, em 1919, o médico oftalmologista, Dr. José de Souza Pondé, preocupado com as doenças oculares das crianças e com a higiene escolar, realizou exame de visão dos alunos de 20 escolas da capital da Bahia, entre elas o Grupo Escolar Rio Branco, e publicou, em 1919, o resultado da sua pesquisa na tese intitulada: *A inspeção oculística das escolas*.

Dos 200 alunos examinados no grupo escolar, 32 apresentaram doenças contagiosas e vícios de refração na visão. Além dos exames nas crianças, o médico descreve aspectos físicos das escolas observadas em sua tese. Da observação no Grupo Escolar Rio Branco, o Dr^o Pondé detalha elementos da estrutura física do prédio, do mobiliário escolar e materiais pedagógicos, dando uma ideia de como era fisicamente o grupo e o seu funcionamento naquele período⁴⁷.

Segundo Pondé o:

Grupo Escolar Rio Branco [...] tem frequência de 200 alunos.
Sua situação é magnífica: instalado em prédio regularmente confortável, isolado, descansando a beira - mar, com grande área de frente, fartamente banhada pelas auras marinhas, e ao fundo um largo pátio, perfeitamente enxuto e caprichosamente asseado, onde se encontram, em compartimentos especiais, seis excelentes instalações sanitárias, cinco das quais destinadas aos alunos e uma reservada aos professores.
O eixo do edifício está dirigido de leste a oeste; de modo que, rodeado este de portas e janelas, recebe ar e luz de todos os lados.
Todo o prédio escolar se acha pintado de novo, com discrição e gosto, e se ostenta irrepreensivelmente limpo em todas as suas dependências e moveis.
(PONDÉ, 1919, p. 179)

⁴⁷ A tese, *A inspeção oculística das escolas*, publicada em 1919, pelo do Dr. José de Souza Pondé foi elaborada para concorrer ao concurso da cadeira de Clínica Oftalmológica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Pela descrição do médico, imagina - se que, em relação à estrutura física, o prédio estava adaptado de forma adequada ao funcionamento escolar, aproximando-se das prescrições de higiene para as instalações físicas das escolas. Portanto, apresentava condições físicas melhores do que as observadas no prédio onde o grupo funcionava entre 1905 e 1906. Contudo a situação relatada pelo médico também estava distante dos problemas indicados pelo diretor do Grupo Escolar Rio Branco, nos documentos de 1917 e 1919 e nos documentos dos anos posteriores como será visto logo mais. Do exposto, cabe a pergunta: que imagem desta escola teve o médico e qual imagem pretendeu passar em sua tese?

Sobre a escola complementar, seus materiais pedagógicos, mobiliário, disposição da sala de aula, Pondé registrou que:

[...] Na primeira, destinada ao ensino do curso complementar e que tem o nome de “Sergio Cunha”, notam – se as seguintes dimensões: seis metros em cada face sob quatro e meio de altura.

Tem brancos o teto e as paredes, bem pintadas a cal e adornadas por ótimos mapas geográficos, retratos de varões ilustres que formam uma galeria superior em torno da sala; quadros científicos, literários e artísticos: e por fim pequenos quadros , com inscrições e legendas históricas feitas em caracteres graúdos, colocados ao alcance das crianças.[...]

A iluminação é une lateral esquerda, e se faz por três janelas, de bom tamanho, que a levam fartamente por todos os ângulos da sala.

O mobiliário é constituído por três tipos de carteiras, de tamanhos diferentes, com assentos moveis que proporcionam ao aluno poder se levantar e ficar de pé em seu próprio lugar. Naquela diferença de tipo, vai também algumas coisas de proveitoso, como facilitar a criança cômoda postura, de acordo com a sua estatura ou desenvolvimento físico. Ainda não é o que recomenda Cardot ou quando pode oferecer o sistema que tive ocasião de notar numa das escolas precedentes; mas já se aproxima muito do que é pra desejar. (PONDÉ, 1919, p.180 - 181)

Dos aspectos apontados, percebe - se que os elementos de boa higiene observados, em outras partes do prédio, também são estendidos à sala de aula do curso complementar⁴⁸. Os materiais pedagógicos citados são conforme os indicados para o ensino nestas escolas. A sala era ventilada e iluminada, o que influenciava nas questões da visão dos alunos; o mobiliário, apesar de não ser o modelo mais adequado, avançara bastante em relação aos anos anteriores, como, por exemplo, o ano de 1986 quando quase não existia mobiliário escolar na escola complementar do professor Cincinnato Franca.

⁴⁸ A classe complementar denominada Sergio Cunha, possivelmente recebeu este nome como forma de homenagem a um dos autores da proposta da criação deste grupo escolar.

As considerações sobre as outras salas - materiais pedagógicos, mobiliário etc. – foram apresentadas da seguinte maneira⁴⁹:

A segunda que tem o nome de “Lelis Piedade”, se destina ao curso inicial. Sua capacidade é de seis metros de cada face, para quatro e meio de largura. Tem a mesma pintura. Ostenta a mesma ornamentação, e mobiliário do mesmo estilo.

Iluminação lateral esquerda, também servida por duas janelas.

A terceira, com o nome de “Virgilio Gonçalves”, se destina ao primeiro curso.

Oferece a mesma capacidade da precedente, como tem a mesma pintura e ornamentação, mobiliário de um só tamanho; bem iluminada também.

A quarta e última, com o nome de “Leal Ferreira”, serve ao segundo curso.

Tem a capacidade de seis metros de comprimento sobre oito de largura, com quatro e meio de largura.

Sua iluminação é, como nas outras, unilateral esquerda, provindo do leste, por janelas postas a esta direção. Pintura, ornamentação e mobiliário, também idênticos.

Em todas elas, guarda o mobiliário disposição e arranjo inteligentemente feitos, distribuindo-se pelos alunos, mais de acordo com o seu desenvolvimento físico, que com a idade e grau de cultura.

Convém não esquecer um curioso museu e bem sortida biblioteca que ali se notam, adaptados às necessidades do ensino e da instrução dos alunos.

Os métodos e os programas são os que geralmente adotam todas as outras escolas por mim visitadas: merecendo especial menção, porém, quanto à escrita, o ensino de datilografia que também é ministrado aos alunos. (PONDÉ, 1919, p. 180 - 181)

As observações sobre as salas das três classes mostram que se aproximavam das observações sobre a do curso complementar, com algumas diferenças do mobiliário da terceira e quarta classe em relação aos da primeira e segunda. De todo o relato descritivo do prédio escolar, infere-se que ele era térreo, não possuindo andares.

Em relação às outras 19 escolas observadas pelo Drº Pondé, o grupo escolar foi o único a possuir museu e biblioteca e a oferecer o ensino de datilografia. O que denota a possibilidade de uma prática pedagógica pautada nos princípios de uma escola moderna, voltada, inclusive, para dotar os alunos de habilidades relacionadas com o manuseio da máquina de datilografia, uma tecnologia, naquele momento, considerada moderna e necessária às atividades profissionais típicas do comércio e do setor público.

Esses indicativos da materialidade no Grupo Rio Branco são observados na perspectiva da cultura de escolarização primária propagado, porém moldado às particularidades educacionais baianas:

Pois, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21)

Este relatório elaborado pelo Drº José Pondé, sobre o Grupo Escolar Rio Branco, apresenta uma riqueza nos detalhes destacados por ele, pela menção de aspectos que, até então, eram pouco conhecidos, como por exemplo, a denominação das classes e as instalações físicas e artefatos existentes nas salas de aula. Por meio deste registro, percebe - se que o prédio onde estava instalado o grupo escolar era bom, porém necessitava de manutenção, constantemente solicitada pelo diretor Franca ao longo da sua atuação.

Apesar da grave situação da educação pública baiana e da necessidade de uma variedade de elementos para a modernização da instrução e efetivação do ensino moderno, existia um movimento de renovação em defesa da reestruturação educacional do estado. Diante de tantas reivindicações, algumas iniciativas e realizações em prol da educação primária, ainda que esporádicas e insuficientes, estavam em andamento na capital e eram divulgadas também em jornais locais.

Em matéria publicada no *A manhã*, número 227, a qual discorre que o intendente coronel Manoel Duarte, preocupado com o desenvolvimento da cidade de Salvador, dentre as muitas melhorias realizadas em seu governo, comprou mobiliários para escolas; vimos que no dia 11 de janeiro de 1921 “[...] num dos gestos nobres que tanto o caracterizam, efetuava a compra do grupo escolar Rio Branco, para dotar o Município de mais um notável estabelecimento de ensino, como aquele”. (*A manhã*, 1921, 12 de janeiro, p.1).

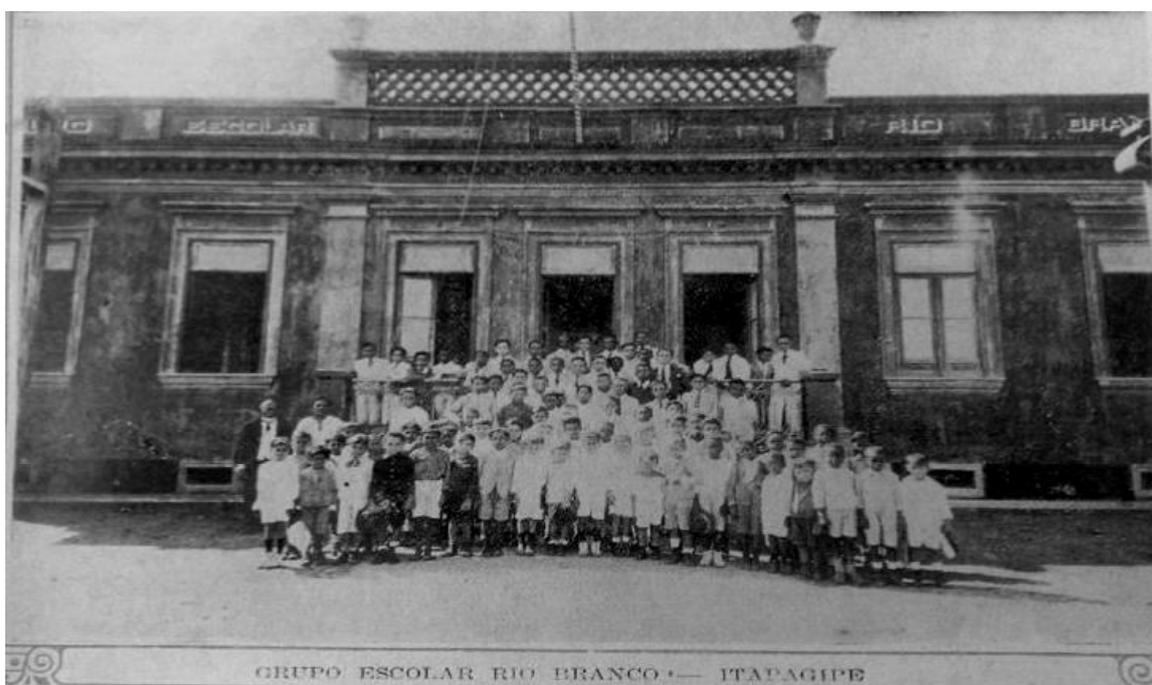
Dessa forma, foi somente no ano de 1921 que o Grupo Rio Branco passou a ter prédio próprio. Ainda que esse apresentasse problemas na estrutura física, a instituição teve seu edifício, na época em que eram pouquíssimos os prédios escolares próprios do município e também do estado. E isso acontece antes do governo de Góes Calmon dar um salto na expansão da educação baiana, dotando o estado de prédios escolares.

A fotografia apresentada no Álbum da cidade do Salvador (1923); mostra por meio da imagem retratada dos alunos do Grupo Escolar Rio Branco, diante do que possivelmente era o

mesmo prédio observado pelo Drº José Pondé, aspectos da materialidade, apontados pelo médico, bem como algumas características do seu alunado e professorado.⁵⁰

A começar pela estrutura física, percebe - se que a fachada do prédio, não possuía uma arquitetura grandiosa, característica de grupos escolares de outros estados do país, como São Paulo, que abrigava seus grupos em “palácios” da instrução pública, de acordo com Souza (1998).

Fotografia 13 – Bahia. Grupo Escolar Rio Branco, 1923.



Fonte: MELLO, Pimenta. **Álbum da cidade do Salvador**. Rio de Janeiro, 1923.

Aparentemente ele era amplo, corroborando com o que foi descrito no relatório de Pondé. Apesar da qualidade comprometida da foto, sua ampliação torna possível visualizar a inscrição do nome do grupo na parte superior da fachada, o que o distinguiu das outras escolas que, geralmente, apresentavam em suas fachadas, quando apresentavam, o nome de escola pública ou prédio escolar.

Em relação aos alunos, observa-se a uniformização deles, tanto em relação às vestimentas, quando em relação à disposição dos seus corpos. A maioria vestidos de branco ou roupas claras, organizados na parte central da fachada do grupo, na ordem dos menores, que

⁵⁰ O álbum foi localizado no acervo do Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC), da Fundação Clemente Mariani (em 2011), o qual foi doado, em 2012, a Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), fazendo parte agora do Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani (AMEDOC).

deveriam ser os meninos das escolas infantil e elementar, para os maiores, possivelmente os rapazes da escola complementar.

Entendendo o uniforme como um dos elementos materiais que compõem a cultura escolar observa-se que

O vestuário, quando entendido como símbolo cultural incorpora-se de signos e funções. Através deles os sujeitos escolares, consciente ou inconscientemente, internalizam elementos importantes da cultura escolar, como a padronização, uniformização e o disciplinamento dos corpos. (SOUSA, 2016, p.02 (No prelo))

A fotografia, mesmo comprometida, nos mostra a cor da pele do corpo discente do Rio Branco que, aparentemente, era composto por negros, pardos e brancos. A presença de parte do professorado, ao lado esquerdo da imagem, junto aos alunos mostra traços culturais daquela sociedade, por meio das vestimentas do e da docente. O professor trajado com paletó e a professora com roupa longa, braços e as pernas cobertos, sem decote, seguindo o padrão das senhoras de respeito e idôneas da época.

Ao observar os dados escolares sobre o Rio Branco, nota-se certa dificuldade em relação ao funcionamento da escola infantil no grupo ao longo dos anos. Em 1924, por meio de relatório da delegacia escolar escrito pelo delegado da 5ª circunscrição, Francellino de Andrade, foi destacado que: “O Grupo Escolar “Rio Branco”, situado na Penha, em prédio confortável, contínua ainda, [...], sem a escola inicial, desse gênero de agrupamento, que é a infantil, [...]” (ANDRADE, 1924, p.2).⁵¹ Situação confirmada no *Demonstrativo do professorado Municipal* do mesmo ano, onde foi feita observação que a escola infantil nunca teve alunos.

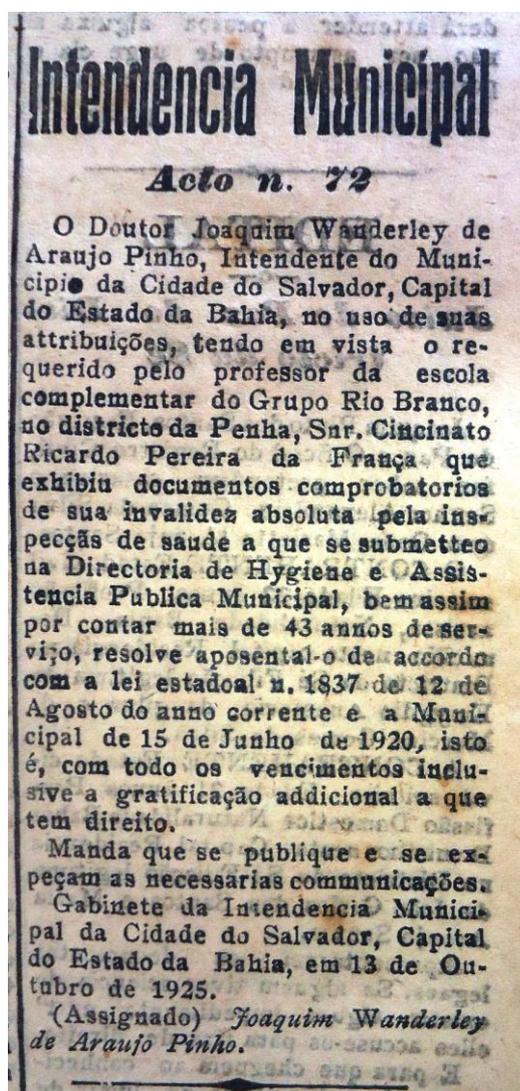
Ainda neste ano de 1924, o grupo apresentou um total de 159 matriculados e uma frequência média de 107 alunos. As escolas elementares, regidas por Emygdio J. Gomes e Augusta F. Neves aprovaram, nos exames finais, 14 discentes e a Escola complementar do professor Cincinnato Franca aprovou os 20 inscritos nos exames.

Seguindo a cronologia das atividades escolares, envolta no contexto histórico do período em questão, 1925 foi um ano marcante tanto no cenário sócio - político e educacional do estado, com a reforma da instrução pública, quanto para os rumos administrativos do grupo escolar. Este foi o último ano de Cincinnato a frente do Rio Branco. O educador se afastou de

⁵¹ Grifo do autor.

suas funções no magistério, no final de 25, por questões de saúde, conforme as indicações do ato nº 72, publicado na primeira página do Jornal o Democrata, Ano VII, n. 2506.

Figura 6 – Bahia. Ato de aposentadoria do professor Cincinnato Franca, 1925



Fonte: O Democrata, 16 de outubro de 1925.

Assim, sem maiores detalhes sobre os reais problemas de saúde de Cincinnato Franca, o fato é que após quatro décadas de valorosos serviços prestados à educação pública no estado da Bahia, sobretudo no Grupo Rio Branco, sendo ele a peça fundamental da criação ao seu funcionamento, o bem querido professor deixa suas funções no magistério.

Tendo em vista a relevante atuação e a estima que a população da Penha tinha pelo professor, possivelmente como forma de homenagem uma escola em Itapagipe, também no distrito da Penha, no Porto do Bonfim, nº 165, encontrava-se denominada de Escola

Cincinnato Franca, diga - se de passagem, classificada com “sofrível”, conforme o Relatório dos trabalhos da diretoria de higiene infantil e escolar, de 1925. O relatório não informa quem lecionava e ou dirigia a escola. Importante ressaltar que não se trata de uma nova denominação atribuída ao Grupo Escolar Rio Branco, este permanecia funcionando no distrito da Penha no endereço onde estava nos anos anteriores.

Para os anos posteriores, a documentação consultada sobre a instrução pública, de um modo geral, não faz menção ao professor. Passados nove anos da sua aposentadoria, no dia 25 de dezembro de 1934 faleceu em Salvador, aos 74 anos, o grande educador e defensor de causas sociais, Cincinnato Ricardo Pereira da Franca. As notícias do seu falecimento, sepultamento e missas solenes foram com muito pesar publicada em vários veículos de comunicação da capital, como visto no jornal *A Tarde*, *O Estado da Bahia* e *O Imparcial*, com destaque para a sua trajetória sociopolítica e educacional.

Figura 7 – Bahia. Notícia sobre o falecimento do professor Cincinnato Franca, 1934

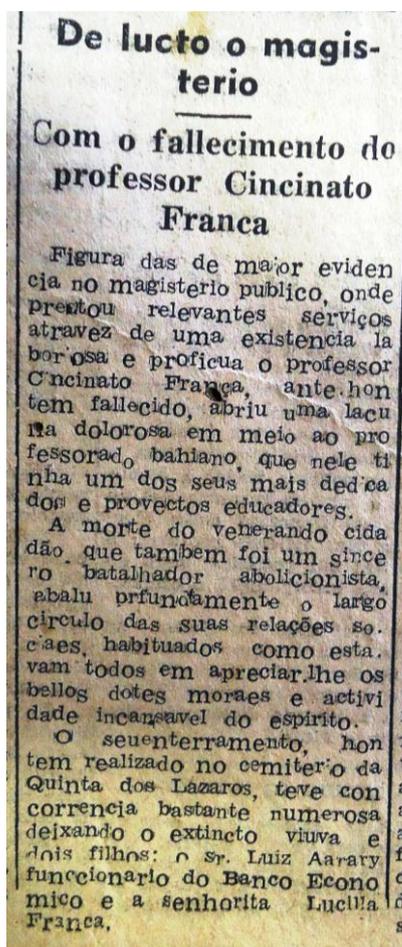
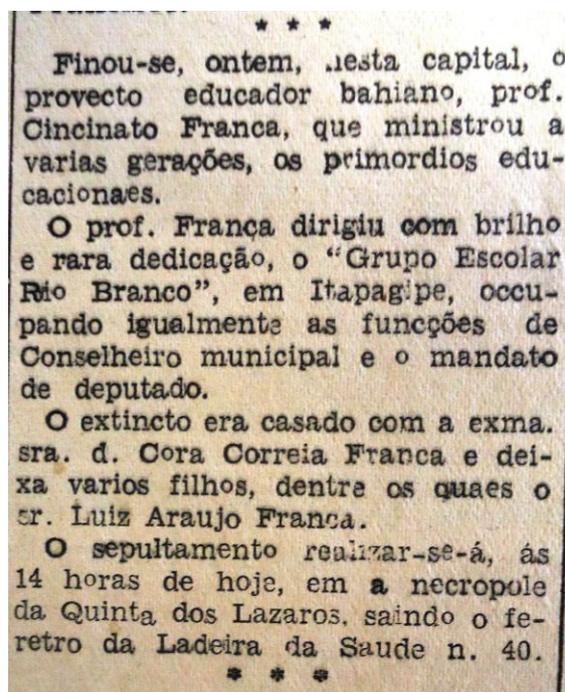


Figura 8 – Bahia. Nota sobre o falecimento de Cincinnato Franca, 1934



Fonte: O Estado da Bahia, 26 de Dezembro de 1934

Fonte: O Imparcial, 27 de Dezembro de 1934

Apesar da sua morte, é inegável o legado deixado por Cincinnato Franca, principalmente para a área da educação baiana.

Os anos do funcionamento do Grupo Escolar Rio Branco, que transcorrem entre 1913 e 1924, aqui tratados com base na documentação levantada, foram marcados, sobretudo, por acontecimentos como a compra do prédio e pela considerável atuação do corpo docente dirigido com maestria pelo distinto professor Cincinnato Franca.

Apesar dos problemas do prédio escolar, decorrentes da falta de manutenção, nota-se um relativo avanço em comparação ao período anterior da história do grupo e o empenho dos professores em manter o ensino pautado na pedagogia moderna da época, além de um certo movimento da população da Penha em prol do desenvolvimento da instituição. Destaca-se que o prédio próprio, adquirido pelo município através do Intendente Manoel Duarte, pode ser considerado um importante acontecimento, visto que, em 1924, o município da capital tinha apenas quatro prédios próprios.

4.5 O FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO SOB NOVA DIREÇÃO

Com a aposentadoria do professor Cincinnato, o grupo escolar estava sendo dirigido, interinamente, por Emigydio Joaquim Gomes, em dezembro de 1925, também professor de uma das classes do curso elementar. Sobre o funcionamento do Rio Branco, neste ano, o mapa anual dos alunos das escolas primárias elementares do sexo masculino, traz como regentes - o professor Emigydio na 1ª escola elementar, a professora Augusta Franca Neves como regente da 2ª escola elementar, ambas com um total de 102 alunos. Dentre eles, 98 alunos eram naturais da Bahia e os outros 4 eram naturais de Sergipe, Alagoas, Manaus e Ceará. A idade dos alunos das referidas classes variava entre 5 e 15 anos.

Já o mapa da escola complementar do sexo masculino, datado de 1 de dezembro, mostra que a escola era regida pelo professor Antonio Salustio Ferreira de Azevedo, adjunto desta escola, quando ainda era regida pelo professor Cincinnato Franca, nos primeiros da década de 1920. Naquele ano de 1925, o curso matriculou 44 alunos, destes 42 eram naturais do estado da Bahia, um do Amazonas e outro do estado do Rio de Janeiro, com idades entre 12 e 24 anos.

No segundo ano do governo de Góes Calmon, as condições higiênicas do prédio do Grupo continuavam complicadas. Como visto no relatório dos trabalhos da diretoria da higiene infantil e escolar, localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), datado

de 1925, para o Grupo Escolar Rio Branco, situado no Bogari, nº 35, seriam necessários reparos no esgoto, pois, de acordo com o diretor, dos ralos recendia mau cheiro. Esta é mais uma das várias indicações de que as instalações daquele grupo escolar continuavam precisando de obras de manutenção.

Apesar dos velhos problemas do grupo, que certamente interferiam no ensino, observa - se que concluintes do curso complementar buscaram continuar seus estudos através do ingresso no curso normal. Em 1926, alguns alunos do Grupo Rio Branco, ingressaram na Escola Normal da Bahia. Conforme o registro nº 40, no livro de correspondência oficial da Escola Normal da Bahia, em 13 de fevereiro de 1926, Alfredo Magalhães comunica ao diretor geral da instrução que foram deferidos os pedidos de admissão, no curso normal, de quatro alunos da escola complementar do Grupo Escolar Rio Branco. Ele ressalta que se trata de um evento auspicioso, considerando que já era rara a presença do sexo masculino no corpo discente da escola. Este é um indício de que alguns egressos do grupo escolar davam continuidade aos seus estudos.

As informações sobre o ano de 1927, registradas no Relatório anual de 20 de dezembro, escrito pelo diretor Deocleciano Barbosa de Castro, professor que assumiu o cargo de diretor do grupo escolar em julho de 1926, tratam sobre a situação do prédio, funcionamento das aulas, mobiliário e material pedagógico; as festas escolares, o professorado e pessoal administrativo, matrícula, frequência e encerramento do curso.

As condições físicas do prédio, descritas no relatório, mostram que o grupo, naquele ano, possuía um bom prédio, bem asseado, ventilado, com vastos salões assoalhados e forrados. Apesar disso, foi informado que o prédio ainda precisava de reparos, principalmente nos aparelhos sanitários que, embora tenham sido consertados, continuavam apresentando problemas. Além disso, o diretor do grupo, preocupado com os cuidados e a segurança do prédio, solicita a nomeação de um vigia jardineiro para cuidar do prédio que ficava em região deserta e também para fazer o serviço de jardinagem na área anexa ao prédio. Sobre os serviços de vigilância do grupo, ele comunica que estava mantendo a sua custa um vigia.

Castro segue fazendo críticas e afirma que, mesmo com a boa situação do grupo escolar, era importante que houvesse uma destinação de recursos compatível com o porte daquela instituição de ensino. Aborda a situação do mobiliário escolar, vindo dos Estados Unidos, que ficara depositado na oficina do grupo e fora distribuído para escolas do interior do estado, as quais nem possuíam prédios adequados para recebê-los. De acordo com ele, esse mobiliário fora prometido para o Rio Branco e o que o grupo já possuía é que deveria ter sido enviado para o interior.

O diretor, os professores e professoras lamentaram que a única escola da capital, até então organizada como grupo escolar, instalado em bom prédio, ainda estivesse com um mobiliário velho, apesar de conservado, e não tivesse sido dotado do mobiliário novo. De acordo com o relatório, o grupo escolar possuía: 6 carteiras para professores, 72 carteiras e bancos para alunos, 7 taboas pretas e 3 armários velhos, pequeno museu e livros, porta-chapéus e vários quadros de homens célebres etc. De material didático, o grupo possuía: livros, mapas murais de história natural, atlas, sistema métrico e outros não especificados. Naquele ano nenhum material pedagógico foi fornecido ao grupo escolar.

Várias queixas foram expressas em relação à falta de atenção para as necessidades de ordem higiênica e didático-pedagógicas. Isso em um período que a diretoria de instrução pública estava melhorando a situação da instrução primária no estado baiano, sobretudo por meio da instalação de escolas reunidas, dotadas de prédios, mobiliário e materiais didáticos para o ensino moderno.

Naquele ano de 1927, aconteceu ainda outro “incidente” referente ao material escolar designado para o Rio Branco. Deocleciano Castro informa ao diretor geral da instrução que o material adquirido na Escola Datilográfica Baiana, prometido para o grupo escolar, foi destinado à Escola Normal de Feira de Santana. Dessa forma, percebe-se que foi priorizado o aparelhamento de outras escolas baianas em detrimento do único grupo escolar da capital.

No final do ano de 1927 o quadro de professores e funcionários do Grupo Rio Branco era assim composto: diretor Deocleciano B. Castro; dona Augusta Franca Neves, regente do segundo ano elementar; professora e secretária Maria Amélia de Carvalho; professora Clara Conceição Nascimento, regente da escola infantil; e a adjunta Astrogilda Martins. O serviço de portaria, do grupo, ficou a cargo de dona Laura Odilon⁵².

Nota - se que, ao longo dos anos de funcionamento do Grupo Escolar Rio Branco, foi majoritária a presença de docentes do sexo feminino, certamente em decorrência do processo de feminização e profissionalização da carreira docente na Bahia. Os homens foram evadindo da docência primária e as mulheres assumindo esse posto, influenciadas pelo discurso do instinto e da vocação para o ensino, ideias disseminados naquele período. Dessa forma, o magistério primário é reconhecido enquanto profissão de destaque e respeito para as mulheres, que eram referenciadas, inclusive na legislação do ensino, como prediletas para instruir e educar as crianças nas escolas primárias, por seu espírito amoroso e maternal.

⁵² Naquele ano a professora Augusta Neves, esteve licenciada de 14 de maio a 14 de agosto de 1927 e foi substituída por dona Astrogilda Martins, adjunta da escola infantil.

A matrícula no grupo escolar permanecia constituída por alunos do sexo masculino e, com base em Castro, naquele ano, a instituição esteve em evidência pelo trabalho executado. O diretor verificou um leve crescimento do número de matrículas em 1927, comparadas ao ano anterior. No primeiro semestre, foram 165 alunos matriculados; no segundo o total de matrículas foi de 192, com frequência média no mês de novembro de 116 alunos. Já em 1926, no primeiro semestre foram 148 alunos matriculados e no segundo, 164 alunos, sendo a frequência média em novembro de 91 alunos. Na realização das matrículas, o diretor informa que se recusou a matricular alguns alunos que não apresentaram guias de transferência.

O diretor acrescenta ainda uma informação importante para o entendimento do cotidiano da escola quando refere que o encerramento das atividades diárias acontecia às 15h00min. Para ele, as duas horas de intervalo eram inconvenientes, preferindo que essa pausa fosse somente de uma hora com intervalo para o almoço e que o encerramento dos trabalhos acontecesse às 14h00min. Sendo assim, o tempo diário das aulas do grupo, diferenciava-se do que estava previsto no decreto de 1925, pois de acordo com o artigo 336, o dia escolar das escolas primárias seria dividido em duas seções, a primeira de 08h00min às 11h00min da manhã e a segunda de 13h00min às 16h00min da tarde.

Naquele ano, a situação do curso infantil era lastimável, pois funcionava de forma inadequada, com um número elevado de matriculados. Embora tivesse a maior matrícula das escolas do grupo, a escola infantil apresentava problemas de frequência. Já o curso fundamental estava sem funcionar, após um ano de espera, alunos e professores abandonaram a escola. Para o diretor “[...] devia continuar existindo o curso fundamental oficial com caráter misto, prestando grande serviço a população de Itapagipe” (Castro, 1927). Os detalhes dos problemas existentes nas escolas não foram especificados neste relatório.

De acordo com a lei de reforma de 1925, o curso fundamental era parte da escola normal e tinha como objetivo preparar melhor os alunos para assegurar um bom aproveitamento no curso normal. Já para os grupos escolares a nova lei indica o curso primário composto por, no mínimo, quatro escolas elementares e uma escola primária superior, ou seja, nem a escola infantil nem a escola complementar deveriam fazer parte do quadro de escolas dos grupos escolares.

As datas cívicas celebradas nas escolas expressavam o símbolo do patriotismo republicano e estavam registradas nas leis e decretos do estado da Bahia, como um componente do currículo escolar. Corrobora com essa observação o artigo 373, do Decreto 4218 de 1925, o qual estabeleceu que:

Dentre as festas escolares, que os professores deverão organizar durante o ano, ocuparão lugar saliente a festa da árvore que será realizada em todo o estado, no dia 21 de setembro, a festa da bandeira a 19 de novembro e, no primeiro domingo ou feriado após os exames, a da entrega dos prêmios e diplomas de curso. (SANTANA et. al. (Org.), 2011b, p.501)

As datas cívicas comemoradas pelo grupo, no ano de 1927 foram: 24 de fevereiro, 7 de setembro, 21 de setembro, 15 de outubro e 15 de novembro. Destas, foram solenemente festejados o dia 7 de setembro e a festa da árvore. Na festa do dia 7 de setembro, esteve presente o diretor geral de instrução pública, Jayme Junqueira Ayres, que ocupava interinamente o cargo. Já a festa da árvore foi bastante expressiva e considerada pelo diretor do grupo escolar como a que teve mais destaque entre as demais realizadas.

Os exames escolares do Rio Branco, em 1927, foram feitos em Junho e os de promoção foram realizados de 23 a 25 de novembro. Dessa forma, esses eventos, considerados atividades complementares também integravam o currículo do grupo conforme observações do diretor.

Como era comum nas escolas baianas, o encerramento do ano letivo ocorria com sessão solene, entoação de hinos, leitura de resultado dos exames, distribuição de diplomas e exposição de trabalhos manuais feitos pelos alunos.

Esse era o momento de apresentar os resultados colhidos, como mostra SOUZA (1998, p.277),

[..] Os exames públicos, as festas e exposições escolares e as comemorações cívicas explicitam as múltiplas formas pelas quais a escola primária construiu sua identidade institucional e estendeu sua pedagogia à sociedade mais ampla.

Partindo das informações postas no relatório de Deocleciano Castro, observa-se que, em 1927, as escolas do grupo escolar não funcionaram de acordo com as prescrições da lei de 1925. Foi visto que no Rio Branco, a escola infantil ainda funcionava e não foram encontrados vestígios de funcionamento de pelo menos quatro escolas elementares e da escola primária superior.

Tudo indica que por conta disso, foram instaladas outras escolas do distrito no prédio do Grupo Rio Branco. No Jornal *A Tarde*, de 30 de janeiro de 1928, foi noticiado que três escolas da Penha iriam funcionar no grupo para complementar as classes de suas escolas primárias. Conforme a nota:

Pela portaria n. 18, do dia 28 de janeiro o diretor geral da instrução tendo em vista se acharem carentes de melhor localização as escolas números 139, 143 e 148, do distrito da Penha regidas respectivamente, pelas professoras Eugenia Holtz de Almeida, Vicencia Leopondina Batista e Maria Emilia Batista e que o Grupo Escolar Rio Branco está desfalcado de classes em se tratando da sua organização pedagógica, transferiu as mencionadas escolas para o mesmo Grupo sem modificação nos direitos das respectivas serventuárias. (JORNAL A TARDE, 23 de janeiro de 1928)

Na Península de Itapagipe, na Penha, o Rio Branco estava localizado, próximo a outras escolas. Ainda em novembro de 1927 o grupo participou da festa escolar do Ginásio Itapagipano. O número 137 do Jornal “O combate”, datado de 22 de novembro de 1927, publicou notícia sobre a inauguração do Pavilhão Nacional do Ginásio Itapagipano, ocorrida em 19 de novembro, dia da bandeira, com a presença de comissões do Instituto Baiano de Ensino e do Grupo Escolar Rio Branco. A sessão foi presidida por Hugo Baltazar, que convidou as professoras do grupo escolar, Clara Nascimento e Astrogilda Martins para secretariarem a sessão. Após a sessão, os alunos do ginásio fizeram discursos e em seguida os alunos das escolas presentes, organizados na frente do ginásio, cantaram o hino nacional.

O ritual denota a representatividade da instrução diante da sociedade, pois

As festas demarcavam hierarquias de escolas e ampliavam a visibilidade delas na cidade, bem como o novo movimento educacional existente e a gestão deste movimento pelas autoridades responsáveis pela instrução pública. (LOPES, 2006b, p.4368)

No governo de Góes Calmon, a educação primária baiana, tendo à frente da diretoria geral da instrução o então jovem bacharel e idealista, Anísio Teixeira, promoveu consideráveis investimentos e melhorias no ensino primário. Algumas escolas do estado foram dotadas de prédios próprios (muitos construídos, outros reformados e outros ainda em construção, por iniciativa dos municípios, foram concluídos com recursos estaduais, mediante acordo entre os governos estadual e municipal). Houve também o provimento de mobiliário e materiais pedagógicos modernos, a realização de cursos de férias para aperfeiçoamento e modernização dos conhecimentos e da prática dos professores e outros melhoramentos que culminaram no avanço da educação primária baiana.

Ainda que tenha sido enorme a demanda por serviços educacionais em todo o estado e na capital, o investimento na estrutura física e pedagógica, registrado no relatório do quadriênio de 1928, que culminou na reinauguração do grupo em 1927, foi bastante tímido e não melhorou substancialmente as condições do grupo escolar. Veja-se, por exemplo, as queixas

formuladas no relatório de Deocleciano Barbosa de Castro, do ano de 1927, referentes às instalações sanitárias, mobiliário e material pedagógico, tão solicitados ao longo das décadas de 10 e 20, do século XX.

Ao final de mais uma gestão de governo estadual, percebe - se que o Grupo Escolar Rio Branco ainda não havia recebido a necessária atenção e investimentos de ordem estrutural, isso atesta que, o modelo de grupos escolares na Bahia não teve a mesma atenção recebida nos estados onde estes estabelecimentos de ensino eram considerados como templos do saber.

Em 1928, o governo do estado da Bahia foi assumido pelo Dr. Vital Henrique Batista Soares, tendo como inspetor geral da instrução o engenheiro Archimedes Pereira Guimarães. Nesse governo, é realizada uma reforma no prédio, iniciada em 1928 e concluída em 1929, quando este prédio foi totalmente reconstruído.

O Rio Branco, em 1928, foi dirigido por Clara Conceição Nascimento, professora da escola infantil, que assumiu a sua direção vaga após o professor Deocleciano Barbosa de Castro ter desistido do cargo.

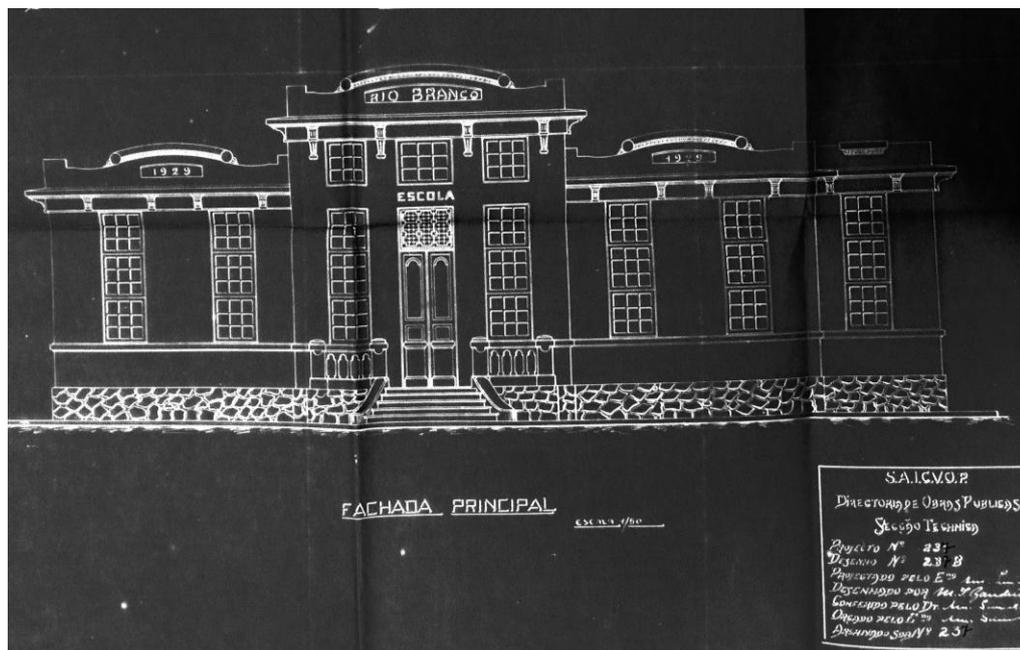
O projeto de construção do prédio escolar Rio Branco, de número 237, datado de 6 de julho de 1929, traz em seu histórico, a observação de que :“ o prédio não satisfazendo ao fim a que se destinava, houve necessidade de modifica - ló de modo que fossem atendidas as modernas prescrições de tais construções”. (Memorial descritivo do prédio escolar, 1929, p.1)

Na planta e desenhos anexos ao projeto, consta que o prédio foi projetado, conferido e orçado pelo reconhecido engenheiro Americo Furtado Simas. No projeto de reconstrução do grupo escolar, estão incluídas plantas do prédio; desenhos do corte transversal e fachada principal; corte longitudinal e fachada lateral; varanda; fachada principal do pavilhão anexo e projeto para as instalações sanitárias.

Ainda sobre a reforma, o projeto indica que, com a reconstrução, o prédio teria área central e quatro salas. No *Relatório da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública*, de 1930, foram registrados os resultados da reforma, nele foi ressaltado que,

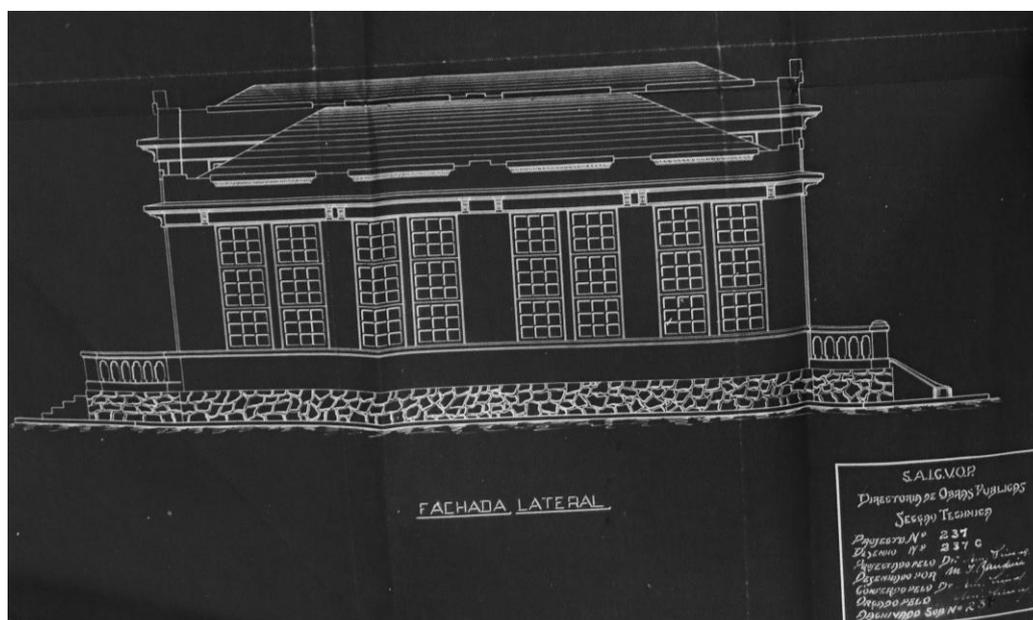
O prédio do Grupo Escolar Rio Branco foi construído desde sua base, no vosso governo, tendo sido demolido o antigo edifício por muito estragado e pequeno para os fins a que se destinava. É um excelente prédio com todas as condições higiênicas. (PARAIZO, p. 300, 1930).

Figura 9 – Bahia. Desenho da fachada principal do Grupo Escolar Rio Branco, 1929.



Fonte: Acervo do GPEC (Cópia de documento localizado no APEB)

Figura 10 – Bahia. Desenho da fachada lateral do Grupo Escolar Rio Branco, 1929

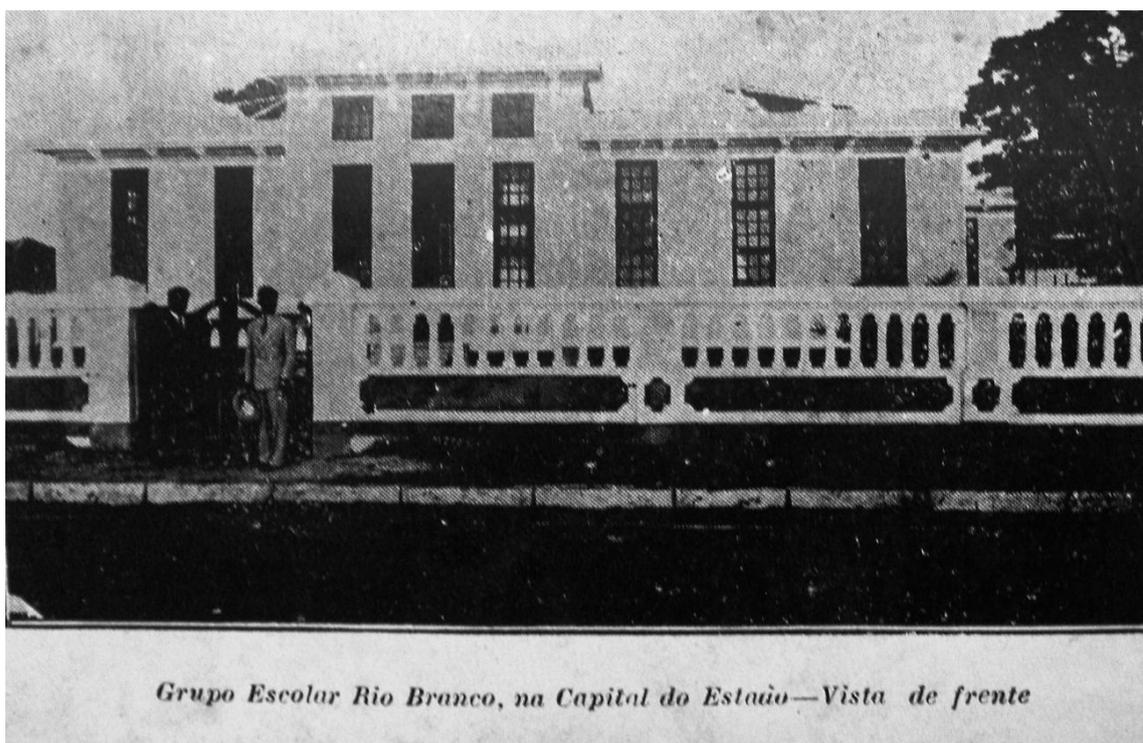


Fonte: Acervo do GPEC (Cópia de documento localizado no APEB)

Tudo indica que nessas obras o projeto utilizado foi o de número 237, considerando que as características dos desenhos das plantas apresentadas nas figuras acima, são bem próximas da fotografia 14, abaixo, na qual o grupo escolar aparece reconstruído.

Sendo assim, após anos funcionando em prédio em condições precárias de higiene, foi somente no governo de Vital Soares, em 1929, que o Grupo Escolar Rio Branco contou com a necessária reforma e com instalações físicas ditas adequadas. Na fotografia do novo prédio do Grupo Escolar Rio Branco, fica visível a diferença em relação ao prédio anterior à reconstrução, apresentada na fotografia 14.

Fotografia 14 – Bahia. Edifício do Grupo Escolar Rio Branco reconstruído, 1929



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henrique Batista Soares governador do estado pelo Dr. Francisco Prisco de Sousa Paraízo, secretário do interior, ano 1929. Bahia 1930.

Os grupos escolares, de cada estado brasileiro, apresentam, sobretudo, particularidades tanto de composição física como pedagógica, muito decorrentes da estrutura política, social, econômica e educacional das localidades que implantaram esse modelo de escola primária. Uma das características que marcaram os grupos em alguns estados, como São Paulo e Minas Gerais, foi a arquitetura grandiosa que causa impacto pela beleza e destaque desses edifícios no cenário urbano das cidades.

Esse não foi o caso do grupo escolar de Salvador. Mesmo com a reconstrução do prédio, o caráter monumental, majestoso, de arquitetura neocolonial, visto nas construções dos prédios de capitais de outros estados, não corresponde à realidade baiana. Os sérios problemas da educação primária do estado, principalmente de ordem econômica e administrativa,

impediram investimentos necessários para suprir as demandas de escolas públicas para a grande população em idade escolar.

Não se sabe exatamente até que ano o Grupo Escolar Rio Branco existiu. O último registro encontrado sobre a instituição foi visto nos dados de matrícula e frequência das escolas de Salvador, para o ano de 1939, apresentados no Boletim de Educação e Saúde, de 1940. Ainda de acordo com a professora baiana Dilza Atta, no prédio do Grupo Rio Branco foi instalado o Ginásio João Florêncio Gomes⁵³.

⁵³ Conforme conversa informal neste ano de 1916.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a constituição, assim como o funcionamento dos grupos escolares brasileiros, apresentam particularidades decorrentes da realidade sociopolítica, econômica e educacional de cada estado, os grupos escolares baianos e, sobretudo, o Grupo Escolar Rio Branco, de Salvador, foram analisados no sentido de tentar compreender as questões sociais e suas relações no contexto educacional baiano. Dessa forma, ao comparar a organização dos grupos de outros estados com a organização dos grupos baianos, é preciso avaliar a realidade do estado e as especificidades da nossa escola primária e sua cultura.

Nesse sentido, tomando as observações feitas por Luciano Mendes de Faria Filho, reiteramos a responsabilidade do pesquisador de história da educação de desconstruir a concepção sobre algumas instituições escolares, de falar das suas particularidades e da realidade social em que estão inseridas, pois se não dissermos isso ninguém mais vai dizer.

Ainda que na Bahia os grupos escolares não tenham sido, na prática, a modalidade de escola primária predominante, pelas prescrições registradas em diversas leis e decretos do ensino baiano, esse foi, também no estado da Bahia, o modelo de escola idealizado para fomentar o ensino primário moderno.

Muitos dos pressupostos pedagógicos e administrativos estabelecidos para os grupos escolares, como agrupamento de diversas classes no mesmo prédio escolar, a inserção da figura do diretor o qual passou a assumir variadas funções na escola, entre outros aspectos, foram incorporados no período de 1926 a 1928, ao funcionamento das escolas reunidas e mais tarde foi progressivamente incorporado ao funcionamento das escolas primárias baianas, na tentativa de adaptar e renovar as práticas de ensino primário.

A modernização pedagógica na Bahia não se fez através de prédios escolares com grandiosas estruturas. Apesar de construções mais simples, houve um movimento em direção a renovação tão propagada no período, a partir do primeiro governo de J. J. Seabra quando foram construídos alguns prédios escolares, no interior, dentre eles o do grupo escolar de Feira de Santana, inaugurado em 1916.

Nesse cenário educacional, merecem destaque os professores baianos que atuaram no período de referência correspondente a essa dissertação, pelo trabalho desenvolvido e pela busca de aperfeiçoamento dos seus modos de fazer, ou seja, das suas práticas pedagógicas. Ainda que não estivessem devidamente equipados com materiais didáticos e pedagógicos necessários, ou ministrando o ensino em prédios ora adaptados, ou mesmo em “novos” prédios escolares em situação contrária as prescrições higiênicas.

Nessa perspectiva, considera - se Cincinnato Franca um grande educador, dotado de uma visão política, com capacidade de articulação e defensor de uma educação pública baseada nos parâmetros da pedagogia moderna. A ação educacional e política deste intelectual baiano, que vivenciou as mudanças sociopolíticas do período de transição do regime de governo no Brasil, vai além de ter sido um dos responsáveis pela direção e funcionamento do primeiro grupo escolar da Bahia.

Sendo assim, os serviços prestados pelo professor Cincinnato ao Grupo Escolar Rio Branco, por longos anos e, ainda, sua luta e relevância na educação e na política da Bahia merecem ser evidenciados na história da educação do estado, que geralmente destaca os feitos de personalidades já conhecidas.

Observando o panorama atual da educação baiana, conclui-se que muito do que o professor Franca pregou e defendeu ainda não se faz completamente presente nem na educação escolar, nem no contexto sociopolítico estadual. Isso demonstra a contemporaneidade das suas ideias e a importância da revisão das suas propostas.

Avaliando as lacunas deixadas em relação a algumas temáticas, poucos discutidas neste trabalho, faz-se necessário registrar que elas merecem ser aprofundadas em estudos posteriores na tentativa de evidenciar e construir maiores conhecimentos sobre as características técnicas e pedagógicas da arquitetura dos grupos escolares baianos, observados na perspectiva da cultura e cultura material escolar, e a articulação com a higiene escolar que é uma questão imbricada aos processos socioeducativos.

FONTES

RELATÓRIOS E FALAS IMPRESSOS

BAHIA. Falla com que abriu no dia 1º de maio de 1880 a 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. dr. presidente da província. Bahia, Typ. do "Diario da Bahia," 1880. Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> >.

_____. **Falla com o exm. sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia em 3 de abril de 1883.** Bahia, Typ. do "Diario da Bahia," 1883.

BARRETO, O. M. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Santos, secretario do interior, justiça e instrução pública, pelo Dr. Otaviano Moniz Barreto. Bahia, 1904..

CARVALHO, J. E. F. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho na sessão solene de 7 de janeiro de 1901. Bahia, Typografia de C. Melchiades, 1901.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene de 7 de janeiro de 1902.** Bahia, Typografia de C. Melchiades, 1902.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene de 7 de janeiro de 1903.** Bahia, Typografia de C. Melchiades, 1903.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal da capital do Estado da Bahia pelo Intendente exmo. Sr. Dr. José Eduardo Freire de Carvalho na sessão solene da posse de seu sucessor, o exmo. Sr. Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão, em 1 de janeiro de 1904.** Bahia. Empresa da Bahia, 1906.

DIAS, S. O. Relatório sobre a Instrução Pública no Estado da Bahia apresentado á S. Ex. Sr. Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima pelo Dr. Satyro de Oliveira Dias, Diretor Geral. Bahia, Typografia e encadernação do "Diario da Bahia". 1894

FALCÃO, A. V. A. Relatório apresentado ao Conselho Municipal da capital na sessão de 3 de fevereiro de 1905 pelo Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão Intendente do município da capital da Bahia. Bahia. Empresa da Bahia, 1905.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 14 de fevereiro de 1907 pelo Dr. Antonio Victorio de Araujo Falcão Intendente do município da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia.** Bahia, Oficinas da Bahia, 1907.

GUIMARÃES, F. P. O. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 7 de janeiro de 1897 pelo Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães intendente no município da capital da Bahia. Bahia, Typografia do "Correio de Noticias", 1897.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 8 de Janeiro de 1897 pelo Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães Intendente do município da capital da Bahia.** Bahia, 1897.

MENDES, A.P. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal do Estado da Bahia, no dia 1º de janeiro de 1916, relativo ao exercício de 1915, pelo Intendente Dr. Antonio Pacheco Mendes.** Bahia, Seção de obras do “O Democrata”, 1916

NAZARETH, E. F. **Relatório apresentado ao Exmº Snr. Dr. Secretario do Estado em 1º de março de 1913 por E. Figueiredo Nazareth, Diretor do Instituto Normal.** Bahia, Reis & Comp., 1913

PARAIZO, F, P, S. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henrique Batista Soares governador do estado pelo Dr. Francisco Prisco de Sousa Paraíso, secretario do interior, ano de 1928.** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1929.

_____. **Relatório da secretaria do interior, justiça e instrução pública, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henrique Batista Soares governador do estado pelo Dr. Francisco Prisco de Sousa Paraíso, secretario do interior, ano 1929.** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1930.

ROCHA, A. C. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, na sessão de 27 de fevereiro de 1909.** Bahia, Typ. Bahiana de Cincinnato Melchiades, 1910.

SHORT, A. C. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado pelo Dr. Aloysio da Costa Short, secretario da educação.** Bahia, 1957

TANTÚ, L. A. F. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 3 de fevereiro de 1906 pelo Pharmaceutico Leopoldino Antonio de Freitas Tantú, presidente do conselho, substituído o Intendente do Município da Capital da Bahia.** Bahia. 1906.

TEIXEIRA, A. S. **Relatório do diretor geral da instrução, Anísio Teixeira, do Serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia, apresentado ao Exº Snr. Consº Braulio Xavier da Silva Pereira, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica. Quatriênio de 1924 a 1928.** Bahia, Imprensa Oficial, 1928.

_____. **Relatório apresentado ao senhor governador por Anísio Teixeira, secretário de educação e saúde, em 1950.** Bahia, 19450

Relatório com o Ilm. e Exm. Sr. Dr Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, passou no dia 23 de março de 1881 a administração da província ao Ilm e Exm Sr Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. Bahia, Typ. do "Diario da Bahia," 1881.

Relatório com que o exm. Sr. Conselheiro de estado João Lustosa da Cunha Paranaguá passou no dia 5 de janeiro de 1882 a administração da província ao 2º vice – presidente o exm. Sr. Dr. João dos Reis Souza Dantas. Bahia, Typ. do "Diario da Bahia," 1882.

Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> >.

Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Intendente Municipal Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães em 30 de dezembro de 1899 pelos Delegados Escolares. Bahia, 1899.

Relatório apresentado ao Ilm. RS. Inspetor Geral do Ensino pelo Doutor Diretor do Instituto Normal. Bahia, 1899.

Relatórios dos trabalhos da diretoria da higiene infantil e escolar, data limite – 1925. Bahia, 1925.

RELATÓRIOS MANUSCRITOS

ANDRADE, F. **Relatório da 5ª circunscrição do município da capital – ano de 1924.** Bahia, 1924.

CASTRO, D. B. **Relatório apresentado a Diretoria Geral da Instrução Publica da Bahia pelo professor Deocleciano Barbosa de Castro – Diretor do Grupo Escolar Rio Branco, dezembro de 1927.** Bahia, 1927.

LEAL, P. J. **Relatório apresentado ao Cons. Intendente pelo delegado escolar da 2ª circunscrição do município da capital da Bahia sobre o movimento do ensino das escolas da mesma circunscrição durante o ano de 1910.** Bahia, 1910.

MAGALHÃES. A. F. **Relatório apresentado ao Ilmº s. Dr. Otaviano Moniz Barreto Inspetor Geral do Ensino** pelo Dr. Alfredo Ferreira de Magalhães Diretor do Instituto Normal. Bahia, 1904.

NAZARETH, E. F. **Relatório do Diretor da Escola Normal da Bahia,** Elias de Figueiredo Nazareth. Bahia, 1916.

MENSAGENS E EXPOSIÇÕES

.....

ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. **Exposição apresentada pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar a 29 de Março de 1920, o Governo da Bahia ao seu sucessor o Exmo. Snr. José Joaquim Seabra.** Bahia, 1920.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Mensagem apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Francisco Marques Góes Calmon Governador do Estado da Bahia À Assembleia Geral Legislativa Por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 18ª legislatura em 7 de abril de 1925.** Bahia, 1925.

PINHO, João Ferreira de Araujo. **Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1911.

SEABRA, José Joaquim. **Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa no Estado da Bahia na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura.** Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1915. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>>.

_____. **Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março, o governo da Bahia ao seu sucessor Exm.Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão empossado nesse dia ao cargo de Governador da Bahia.** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916.

ATOS

Ato 115 de 14 de dezembro de 1907.

Ato número 34, de 1º de março de 1913, designando Alzira Lourdes Assis para exercício no Grupo Escolar Rio Branco.

Ato de 16 de outubro de 1913 designando Leolinda Azevedo para o exercício no Grupo Rio Branco.

Ato nº 30 – Conserva Cincinnato Franca como professor da escola complementar e diretor do Grupo Escolar Rio Branco; remoção da professora Joana Pereira de Nascimento Castro para lecionar na primeira escola elementar do grupo; nomeação da professora Augusta F. Neves para a segunda escola elementar e nomeação da professora Zulmira Meirelles para a escola infantil do grupo escolar. Publicado pelo jornal Gazeta do povo, em 8 de fev. de 1916.

Ato nº 31 estabelece que o Grupo Escolar Rio Branco permaneça seguindo as orientações pedagógicas da legislação do estado. Publicado pelo jornal Gazeta do povo, em 12 de fev. de 1916.

OFÍCIOS, PETIÇÕES, LISTAS

FRANCA, Cincinnato. Ofício do professor Cincinnato Franca encaminhado ao delegado escolar da 2ª Circunscrição de Salvador, informando que assumiu a cadeira da escola complementar do Grupo Escolar da Penha de acordo a nomeação do Intendente. 01 de junho de 1905.

Ofício do delegado escolar Prescialino Leal encaminhado ao Intendente comunicando que Cincinnato Franca se considerava professor complementar do grupo escolar. 03 de julho de 1905.

Ofício encaminhando lista de materiais para o Grupo Escolar da Penha. 05 de outubro de 1908.

Ofício encaminhado ao intendente municipal solicitando a contratação de professores e adjuntos para o grupo escolar; com informações sobre os dados de matrícula e frequência, condições físicas do prédio e outros aspectos pedagógicos. No documento Cincinnato Franca relata que a Lei 749 converteu a primeira cadeira do distrito da Penha, regida por ele, em grupo escolar, com duas escolas sob a direção de um professor. (Anexo ofício da visita ao grupo escolar do delegado Presciliano Leal, o qual confirma a necessidade de mais professores para o grupo). 18 de março de 1909.

Ofício do Presciliano Leal, atestando a necessidade de adjunto para o grupo escolar. Março de 1909.

Ofício do delegado Presciliano Leal informando sobre arrombamento do Grupo Escolar da Penha que acarretou no roubo do relógio da escola e a retirada da campanha. 04 de janeiro de 1910.

Pedido de deferimento ao Conselho Municipal para a admissão gratuita da aluna mestre Augusta Franca Neves para o cargo de adjunta do grupo. 17 de março de 1910.

Ofício do professor Cincinato Franca comunicando afastamento temporário da atividade docente no grupo escolar, em função da sua eleição para deputado estadual. 13 de abril de 1914.

Petição solicitando ao intendente que nomeie Cincinato Franca para reger uma escola noturna do Grupo Escolar Rio Branco. 31 de janeiro de 1914.

Relação de materiais diversos para o Grupo Escolar da Penha. 19 de fevereiro de 1914.

Ofício encaminhado ao Intendente solicitando, com urgência, a instalação de luz elétrica no grupo escolar, em virtude do funcionamento do curso noturno. 13 de março de 1914.

Comunicado do professor Cincinato informando ao delegado escolar que nos dias 2, 3 e 4 de abril suspendeu os trabalhos no grupo por conta de reparos nas salas de aula. 01 de abril de 1914.

Ofício encaminhado ao intendente solicitando passes de linha na viação de Salvador para os adjuntos do Grupo Rio Branco. Consta em anexo a lista com os nomes. 22 de setembro de 1914.

Ofício do delegado Antonio Bahia encaminhando documento do diretor do grupo escolar, Cincinato Franca reclamando da atitude do condutor de bonde da linha de Itapagipe ao centro da cidade, que na manhã do dia 23 de setembro de 1914 passou com o veículo, rapidamente em frente ao grupo escolar. 23 de setembro de 1914.

Relação do material escolar necessário a 1ª Escola elementar do grupo. 08 de março de 1916.

Ofício do delegado escolar encaminhando a petição do adjunto Antonio Salustio Ferreira de Azevedo solicitando continuar no Grupo Escolar Rio Branco. (Em anexo informações do delegado sobre a frequência diária no grupo). 05 de julho de 1916.

Ofício solicitando o retelhamento do prédio onde funcionava o grupo em vista da quantidade de goteiras que prejudicava o exercício pedagógico. 22 de fevereiro de 1917.

Ofícios comunicando que as adjuntas Alzira Maria de Lourdes e Leolinda Pereira de Araujo Azevedo assumiram exercício no grupo escolar. 18 de maio de 1917.

Ofício comunicando que a primeira professora do grupo, que estava licenciada, reassumiu suas funções dia 28 de junho de 1917 no grupo. 13 de agosto de 1917.

Ofício solicitando providências urgentes quanto à estrutura física e hidráulica do prédio onde funciona o Grupo Escolar Rio Branco, tais problemas impediam o funcionamento de todas as atividades. 05 de fevereiro de 1919.

Ofício do diretor Cincinnato Franca, comunicando que o grupo escolar encontrava-se fechado, pois as latrinas estavam inutilizáveis e sem pastas. 28 de fevereiro de 1920.

Documento encaminhando ofício do delegado Roberto José Correia sobre as condições físicas da casa onde funcionam as escolas do Grupo Escolar Rio Branco. 03 de março de 1920.

Mensagem do diretor do ensino municipal João Gonçalves Pereira, com ofício do delegado escolar Roberto Correia datado de 02 de março, encaminhando o ofício, do professor Cincinnato Franca ao intendente municipal. 03 de março de 1920.

Ofício da Secretaria da diretoria do ensino municipal, 1922, p. 182.

Petição solicitando comprovação do exercício de docência e atestado de docência como adjunta assinado por Cincinnato Ricardo Pereira da Franca, expedido na própria petição. 05 de junho de 1923.

Requerimento, encaminhado ao conselho municipal, solicitando benefícios equiparados aos dos outros professores do Grupo Rio Branco. Em anexo ofício do delegado escolar Severo Pessoa solicitando que a diretoria de ensino averigüe o pedido da professor, 16 de junho de 1923.

Ofício do diretor do ensino municipal encaminhando requerimento da adjunta Leolinda Guerra de Araujo e Azevedo, 17 de julho de 1923.

Ofício informando que o requerimento de Leolinda Azevedo foi aprovado e que a professora terá os direitos garantidos, 23 de julho de 1923.

Correspondência oficial da escola normal da Bahia, nº 40 de 1926.

Projeto nº 237 da Construção (reconstrução) do prédio do Grupo Escolar Rio Branco. O documento é composto por memorial descritivo, edital de concorrência, orçamento e plantas.

MAPAS E BOLETINS.

AZEVEDO, A. F. Mapa da escola complementar do sexo masculino, do Grupo Escolar Rio Branco, de 1 de dezembro de 1925. Salvador, 1925.

CORREIA, R. Mapa da 6ª circunscrição escolar do ano de 1917. Salvador, 1917.

GOMES, E. J. Mapa anual dos alunos das escolas primárias (elementares) do sexo masculino, do Grupo Escolar Rio Branco Professores, de 1925. Salvador, 1925.

INSPETORIA DO ENSINO MUNICIPAL. Boletim de matrícula e frequência da escola complementar do sexo masculino do Grupo Rio Branco da inspetoria do ensino do mês de junho. Salvador, 1914.

_____. Boletim de matrícula e frequência da escola complementar do sexo masculino do Grupo Rio Branco da inspetoria do ensino do mês de julho. Salvador, 1914.

LEAL, P. Mapa demonstrativo de matrícula e frequência do mês de abril de 1908, do primeiro trimestre, das escolas da 2ª circunscrição. Salvador, 1908.

_____. Mapa demonstrativo de matrícula e frequência das escolas da 7ª circunscrição escolar, de outubro de 1916. Salvador, 1916.

SILVA, S. P. Mapa da delegacia escolar da 6ª circunscrição do município, de 30 de dezembro do ano de 1918. Salvador, 1918.

_____. Mapa da delegacia escolar da 5ª circunscrição, de 31 de dezembro de 1921. Salvador, 1921.

_____. Demonstrativo do Professorado Municipal – Ano de 1924. Salvador, 1921.

JORNAIS

A NOVA DIRETORIA DO GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO. **A Tarde**. Salvador, 23 de janeiro de 1928

CONSELHO MUNICIPAL. **Gazeta do povo**. Bahia, 13 de fevereiro de 1916.

DE LUTO O MAGISTERIO COM O FALECIMENTO DO PROFESSOR CINCINATO FRANCA. **O Imparcial**. Salvador, ano XIII, 27 de dezembro de 1934.

ESCOLA DA PENHA. **Correio do Brasil**, Salvador, número 488, 27 de abril de 1905, p.3

ESCOLAS MUNICIPAIS. **Diário de Notícias**. Salvador, 13 de fevereiro de 1914.

FESTA ESCOLAR. **O Diário da Bahia**, 6 de setembro de 1914.

FESTAS ESCOLARES, GINÁSIO ITAPAGIPANO. **O combate**. Salvador, número 137, 22 de novembro de 1927.

FRANCA, C. INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 33, n. 9638, 07 de maio de 1912.

_____. INSTRUÇÃO PÚBLICA **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 33, n. 9662, 06 de junho de 1912.

_____. INSTRUÇÃO PÚBLICA **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 33, n. 9689, 11 de julho de 1912.

_____. INSTRUÇÃO PÚBLICA **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 33, n. 9692, 15 de julho de 1912.

_____. INSTRUÇÃO PÚBLICA **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 33, n. 9700, 24 de julho de 1912.

_____. INSTRUÇÃO PÚBLICA **Jornal de Notícias**. Salvador, ano 34, n. 9878, 28 de fevereiro de 1913, p.1.

_____. **Jornal de Notícias**. Salvador, 31 de março de 1914.

_____. PROFESSORADO MUNICIPAL, A INSTALAÇÃO SOLENE DOS CURSOS MUNICIPAIS, O JORNAL MODERNO PUBLICA CONFERENCIA DO PROFESSOR CINCINATO FRANCA ANTES DELA SER LIDA. **Jornal Moderno**. Salvador, 12 de fevereiro de 1914.

GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO. **Gazeta do povo**. Bahia, 12 de fevereiro de 1916.
INTENDENCIA MUNICIPAL. **O Democrata**. Salvador, ano VII, n. 2505, 16 de outubro de 1925, p.1.

ON ANIVERSARIO DO INTENDENTE, A GRATIDÃO DO FUNCIONALISMO - MUNICIPAL. **A manhã**. Salvador, número 227, 12 de janeiro de 1921.

SERGIO CUNHA. **Diário da Bahia**. Salvador, setembro de 1915.

TRES ESCOLAS VAO FUNCIONAR NO GRUPO ESCOLAR DA PENHA. **A Tarde**. Salvador, 30, de janeiro de 1928.

UMA COMISSÃO DE MENINOS, ALUNOS DO PROFESSOR FRANCA, DA PENHA, ESTEVE ONTEM NO GABINETE DO SR. JULIO BRANDÃO, O INTENDENTE PROMETE A MÁQUINA QUE FORAM PEDIR”. Salvador, 27 de agosto de 1913

REVISTA

Revista de Educação Orgam da Escola Normal de Caetité. Caetité, Bahia. Ano 1, n.2. 1927.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BAIANA

BAHIA. **Ato de 18 de agosto de 1890** – Regulamento da instrução primária e secundária do Estado da Bahia. Atos do governo do Estado da Bahia de 28 de novembro a 30 de junho de 1891. Bahia. Typografia Bahiana, 1911, p. 68- 134.

_____. **Ato de 07 de março de 1891** – Regimento interno para as escolas públicas primárias. Atos do governo do Estado da Bahia de 28 de novembro a 30 de junho de 1891. Bahia. Typografia Bahiana, 1911b.

_____. **Lei de 24 de agosto de 1895. n. 117**. Leis e resoluções do estado da Bahia do ano de 1893 sob NS. 31 a 51. Bahia. Typografia do Correio de Notícias, 1895, p. 245- 276.

_____. **Ato de 04 de outubro de 1895**. Regulamento do ensino primário do estado da Bahia. Leis e resoluções do estado da Bahia. Bahia. Typografia do Correio de Notícias, 1895, p. 245- 276.

_____. **Lei de 03 de outubro de 1904, n. 579**. – Altera a lei n, 117 de 24 de agosto de 1895 que organiza o ensino público do Estado. Leis e resoluções do estado da Bahia do ano de

1904 e decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia. Oficinas do Diário da Bahia, 1906.

_____. **Decreto de 05 de dezembro de 1904, n. 281.** – Aprova o Regulamento à ei n. 579. Leis e resoluções do estado da Bahia do ano de 1904 e decretos do Poder Executivo do mesmo ano. Bahia. Oficinas do Diário da Bahia, 1906.

_____. **Lei n. 1006 de 6 de setembro 1913** - reforma o ensino primário do estado. Leis do poder legislativo e decretos do poder executivo do estado da Bahia do ano de 1913. Bahia. Typ. bahiana.1914, p.130-141.

_____. **Decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914** - regulamenta a instrução pública primária, em execução à lei n. 1006 de 6 de setembro de 1913. diário oficial do estado da Bahia de 15 de março de 1913. p. 2587 -2598.

_____. Lei n. 1846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a Instrução Pública do Estado. **Leis do Estado da Bahia dos anos de 1924 e 1925.** Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. p. 177 – 223.v/

_____. Decreto n. 4218, de 30 de dezembro de 1925. Aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 31 dez. 1925. p. 2251 – 229

SALVADOR. **Lei n. 219, de 20 de abril de 1896.** INTENDENCIA MUNICIPAL DE SALVADOR. Instrução Pública: Leis, Regulamentos, Atos e Instruções do Ensino Primário Municipal. Bahia, Typ. e Encadernação do Correio de Notícias, 1899. p-3-14.

REFERENCIAS

ALCANTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874 - 1914). Tese (Doutorado - Programa de Pós - Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Silva Maria Leite de. Memória, Documento e Arquivo: apontamentos para uma história das instituições educativas. **Revista da FEEBA - Educação e contemporaneidade**. Salvador, n.24, v.14, p.21-30, jul/dez. 2005 p.21-30.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública In: Obras completas de Rui Barbosa, vol X, tomo II, p.178. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, n. 38, 1999, p.181 – 253.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. **Práticas nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913 – 1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós – Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, 2012.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. A península de Itapagipe e Salvador - história, transformação e envelhecimento. USP-EESC - Departamento de Arquitetura e Urbanismo 2002. Disponível em: <
<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/864/839> >. Acesso em maio. 2015.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais entre permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836 - 1914)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/raquel_xavier_de_souza_castro.pdf >. Acesso em: 01 de maio. 2016.

CAVALCANTE, Ian Andrade. **“Pela instrução dos filhos do povo”**: escolarização e cultura escolar na Salvador do pós – abolição, 1888-1906. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2015. Disponível em: <
www.ppg-educacao.uff.br/.../144_92b1db86551bcb792c44255d0ebbe78c >. Acesso em maio. 2015.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. **“O aprendizado da Liberdade” educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. UFBA, 2007.

COSTA. Ana Luiza Jesus da. **À luz das lamparinas**. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860 – 1889). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós – Graduação em Educação. UFRJ, 2007. Disponível em:

<http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2005_1-85-ME.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização**, fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. et. al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, jan./abr. 2004.

_____. VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 14, 2000.

FRANCA, Alípio. **Memória histórica: 1836 - 1936**. Escola Normal da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. A Implantação dos Grupos Escolares no Estado do Pará. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**. Cuiabá-MT: UFMT, 2013.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação**. Ribeirão Preto, v.2, n.2, p.145 – 159, jul./dez. 2011.

GIOVANNI, Levi. Sobre a micro- história. In: BURK, Peter (org.). **A escrita da história, novas perspectivas**. SÃO Paulo: Editora Unesp, 1992.

JACOMELI, Mara Regina Martins; SANTOS, Alessandra de Souza. **Grupos Escolares no interior do HISTEDBR: um mapeamento das pesquisas desenvolvidas e publicadas nos seus eventos, 2009**. Disponível em: <
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/WOro7qcw.doc
>. Acesso em 23 de dez. 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista de História da Educação**. Campinas - SP, Editores Associados, n.1. 2001.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se...** Idéias de civilização e cenas de Anticivilidade em um contexto de modernização urbana - Salvador, 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1996.

LOPES, Antonio Pádua Carvalho. Das escolas reunidas ao grupo escolar: A escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**, 2006.

_____. A escola em festa: as festividades escolares na Primeira República no Piauí. In: **VI Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 4365 – 4373.

LUZ, José Augusto Ramos da. **Um olhar sobre a educação na Bahia: A salvação pelo ensino primário (1924 – 1928)**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia século XIX** - uma província no Império, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

MELLO, Pimenta. **Álbum da cidade do Salvador** (capital do Estado da Bahia). Edição comemorativa do centenário do 2 de julho 1823. Rio de Janeiro, 1923.

MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos. **Educação e modernidade urbana em Morro do Chapéu na Primeira República**. Salvador, 2013.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro. Editora DPA, 2001.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; EGBA, 1986.

NOSELLA Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: Por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Fundamentos e Políticas Educacionais: História, memória e trajetória da Educação na Bahia**. Ponta Grossa, UFGP, v.16, n.2, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/prosp/publicatio/hum/2008-2/Art.2.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M.; GATTI Júnior, Décio. **História das instituições educacionais: um novo olhar historiográfico**. Cadernos de História da Educação – v.1, - nº. 1 jan./dez. 2002.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; LINHARES, Meyli Assbú. Pensar a educação do corpo na e para a escola indícios no debate brasileiro (1882 - 1927). In: **Revista brasileira de educação**. V. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200007>. Acesso em 20 de nov. 2015.

OLIVEIRA, Sandra Nivia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino: O Colégio Santanópolis de Feira de Santana (1934 – 1959)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, 2014.

PEREIRA, Heloisa; NEGRÃO, Mario Marcio. **A efetividade do direito à educação no Brasil na primeira república: um estudo das constituições estaduais da Bahia e do Paraná republicanos**. Disponível em: <

<https://www.google.com.br/search?q=A+EFETIVIDADE+DO+DIREITO+%C3%80+EDUCA%C3%87%C3%83O+NO+BRASIL+NA+PRIMEIRA+REP%C3%9ABLICA%3A+UM+ESTUDO+DAS+CONSTITUI%C3%87%C3%95ES+ESTADUAIS+DA+BAHIA+E+DO+PARAN%C3%81+REPUBLICANOS+M%C3%A1rio&oq=A+EFETIVIDADE+DOz+DIREITO+%C3%80+EDUCA%C3%87%C3%83O+NO+BRASIL+NA+PRIMEIRA+REP%C3%9ABLICA%3A+UM+ESTUDO+DAS+CONSTITUI%C3%87%C3%95ES+ESTADUAIS+DA+BAHIA+E+DO+PARAN%C3.81+REPUBLICANOS+M%C3%A1rio&aqs=chrome..69i57.406j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> >. Acesso em: 12 mar. 2016.

PICCOLO, Mariana Rodrigues; PINTO, Karina Pereira. Grupo Escolar General Osório: Suntuosidade ou efetiva reinvenção da instrução pública ilheense (1912 – 1930)? **Anais da Jornada Baiana de Pedagogia** . Volume 1, Número 1, Ilhéus: EDITUS, 2013. Disponível em: < <http://nead.uesc.br/jornaped2013/index.php/anais-eletronicos.html> > Acesso em maio de 2015.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas/SP: Autores Associados, São Paulo: USF, 2002.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação dos modelos urbanos (Paris, Rio, Salvador). Salvador, Edufba, 2ª edição, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5377/1/Europa%20Franca%20e%20Bahia_2ed_RI.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PONDÉ, José de Souza. **A inspeção oculística nas escolas**. Bahia, 1919.

PRIORE, Mary Del. **Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória**: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. Disponível.<http://www.ppghis.com/revista_artigo/arquivos/v_3_n_1_p_09_152.pdf>. Acesso em: 20 jul, 2012.

ROCHA, Lucia Maria da Franca; BARROS, Maria Leda. A Educação Primária Baiana: Grupos Escolares na Penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercados das Letras, 2006.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A educação primária no Estado da Bahia 1889 - 1930. In: ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia – Mar (Org.). **Escola Primária na República (1889 – 1930)**: Subsídios para uma história comparada. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin, 2012.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. **Revisa Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n17, 1996, p.85-92. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>>. Acesso em: 20 jul, 2012.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia de instituições escolares**. Revista HISTEDBR On – line, n.35, p.192 – 200, set.2009. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf > Acesso em: 10 de jan. de 2015.

SANTANA, Elizabete Conceição. et al. (Org.). **A construção da escola primária na Bahia:** Guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890 – 1930. 1ª Edição. Salvador: EDUFBA, v.1, 2011.

_____. **A construção da Escola Primária na Bahia:** Leis de Reforma e Regulamentos da Instrução 1890-1930. 1ª. Edição. Salvador: EDUFBA, v.2, 2011.

_____. **A construção da escola primária na Bahia:** O ensino primário no município de Salvador (1896 – 1929). 1ª ed. Salvador: EDUFBA, v.3, 2013.

SANTIAGO, Z. M. P.; RIBEIRO, Q. L. A. de; ALMEIDA, N. F. de. O Museu Escolar: Prescrições e Práticas. In: **Anais do V Encontro Norte-nordeste de História da Educação: instituições escolares – profissão docente.** Teresina, PI, 2014.

SANTOS, Marilécia Oliveira. A “**cidade do bem**”: uma escola de disciplina. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <
<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1425.pdf> >. Acesso em: 10 de abril de 2016.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues. Grupos Escolares e Escolas Reunidas: A implantação da escola graduada em Mato Grosso (1927- 1945). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação - circuitos e fronteiras da história da educação no Cuiabá:** UFMT, 2013. v. 7

SAVIANI, Dermeval. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista HISTEDBR On – line**, Campinas, n. especial ago.2006. Disponível em: <
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf >. Acesso em: 12 de out. de 2014.

_____. et.al. **O legado Educacional do Século XIX.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.(Coleção educação contemporânea).

SILVA, Edilaine dos Santos. “**Pela luz e civilidade**”: história da educação primária na Bahia através da construção de escolas reunidas entre 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação e Contemporaneidade. UNEB, Salvador, 2015.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. **O ensino primário na Bahia:** 1889-1930. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: FAGED/UFBA, 1997.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: Os grupos escolares em Santa Catarina (1889 – 1930), In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971), Campinas, SP: Mercados das Letras, 2006.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas tricolores, deusas fardadas:** as normativas em Feira de Santana, 1925 a 1945. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, EDUC – Editora da PUC – SP, 2001.

_____. **Escolas ao povo:** experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia oitocentista. In: LUZ, Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da educação da Bahia.** Salvador: Arcadia, 2008.

SOUSA, Ladjane Alves. **O uso da fotografia para a compreensão das práticas escolares:** Os significados do vestuário dos alunos e professores na Primeira República. 2016. No prelo.

SOUZA, Jacó dos Santos. **Vozes da Abolição:** Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887 – 1889). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço, Espaço da Educação e da Civilização Origem dos grupos escolares no Brasil. In: In: SAVIANI, Demeval. [et. al.]. **O Legado Educacional do século XIX**, 2 ed, Campinas: SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. **Inovação educacional no século XIX:** A construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos Cedes, ano XX, nº 51, novembro, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf> >. Acesso em: 21 de jan. de 2016.

_____. As escolas públicas paulistas na Primeira República: Subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de ;PINTO, Rubia – Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889 - 1930):** Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURK, Peter (Org.). **A escrita da história, novas perspectivas.** SÃO Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHELBAUER, A. R. **Fonte para o estudo da história da educação brasileira:** o congresso da instrução do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/022_analete_regina.pdf >. Acesso em: 18 de maio de 2016.

STELLING, Webber. **Indústria têxtil na Bahia** – O apogeu no século XIX e tendências atuais. Cadernos de Análise Regional, número especial, ago./2003, pp. 73-88. Disponível em <http://www.unifacs.br/cedre/cadernospdf/CARNEspecial.pdf>. Acesso em maio de 2015

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Dois reformas da educação na Bahia 1895 – 1925.** Salvador – Bahia, Centro Regional de pesquisas educacionais da Bahia, 1968.

_____. **Idéias políticas de Manuel Vitorino.** Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

TELES, J. F. de Sá. **Ideário de Pedagogia e Educação.** Charbel gráfica e editora. Brasília, 2006.

VALDEMARIN, Vera Tereza. O método intuitivo: Os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. 2006. In: SAVIANI, Demeval. [et. al.]. **O Legado Educacional do século XIX**, 2 ed, Campinas: SP: Autores Associados, 2006.

VEIGA, Cyntia Greive. **A escola e a República**: O estadual e o nacional nas políticas educacionais. Ver. Bras. Hist., Campinas SP, v.11, n.1, 2011, p. 143 – 178.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971), Campinas, SP: Mercados das Letras, 2006.

VIANNA, Marisa. “... vou pra Bahia”. Salvador: Bigraf, 2004

APÊNDICES

APÊNDICE A - BAHIA. CARACTERÍSTICAS DE ESCOLAS PRIMÁRIAS SEGUNDO A LEI E O REGULAMENTO DE 1925.

ESCOLAS ISOLADAS	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS REUNIDAS	ESCOLAS ANEXAS DA CAPITAL
Escolas elementares para as áreas com no mínimo 50 pessoas em idade escolar.	Quatro ou mais escolas elementares e uma escola primária superior.	A partir de 2 até 4 ou mais escolas primárias elementares reunidas no mesmo prédio. Quando não houver prédio as escolas funcionarão em prédios separados sob o mesmo regime de escolas reunidas com a designação de escolas combinadas.	Compostas por uma escola infantil e duas escolas primárias elementares.
Para o sexo masculino e feminino, ou ainda poderá ser mista, caso não exista outras.	Escolas elementares para o sexo feminino e masculino. Escola Superior dividida para o sexo masculino e feminino.	Escolas elementares compostas por classes mistas, porém quando conduzidas por professores, serão para o sexo masculino.	Escola infantil – mista regida por professora com auxílio de substituta e adjuntas. Assim como na escola elementar feminina. Escola Elementar para o sexo feminino. Escola elementar masculina, regida por professor ou (a), substituto ou (a) e adjunto ou (a)
Escolas mistas e femininas regidas por professores. Escola do sexo masculino regida por professores ou professoras.	Dirigidas por um professor ou (a) do grupo, que assumirá as duas funções.	Dirigidas também por um professor ou (a) de qualquer classe que assumirá as duas funções.	Dirigidas pelo diretor ou (a) da Escola Normal da Capital.

Fonte: SANTANA. et. al. (Org.), 2011b.

APÊNDICE B - MAPEAMENTO DE GRUPOS ESCOLARES DA BAHIA

contínua

NOMES	LOCAL	Referências documentais	
		ANO	DOCUMENTO (título e autoria)
G. E. Rio Branco	Salvador	1905	Rel. da Escola Comp. do Grupo Escolar da Penha. Autor - Cincinnato Franca (diretor).
G. E. General Osório	Ihéus	1915	Álbum artístico, comercial e industrial do estado da Bahia, 1930. Autor - Manuel Folgueira.
G. E. J. J. Seabra	Feira de Santana	1916	Exposição apresentada ao Dr. Antonio de Aragão. Bahia. 1916. Autor - José Joaquim Seabra.
G. E. Maria Quitéria	"	1917	Tese - Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana (1934 -1959). (Sandra Oliveira, 2014).
G. E. João Florêncio	"	1917	"
G. E. Barão de Macaúbas	Pontal	1925	Tese - As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930 - 1945 (Raimunda de Assis, 2008).
G. E. Úrsula Catharino	Salvador	1929	Rel. apres. ao gov. Vital Soares Autor - Francisco Paraizo, 1930.
G. E. Castro Alves	Jequié	1934	Notícias dos jornais: o Labrador, de Jequié (ano V, 14 de nov. de 1940, n. 33). Jornal Sudoeste, Jequié (ano 7, 7 de nov. 1940, n.336), e outros.
G. E. Lúcia Oliveira	Itabuna	1935	Tese - As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930 - 1945 Autora - Raimunda de Assis, 2008.
G. E. Marquês de Abrantes	Salvador - Boqueirão (Dist. S. Ant.)	1938	Rel. dos trab. real. nos grupos escolares de Nazaré e Santo Antônio. Autora - Dinalia Munford (Delegada do ens.).
G. E. Ruy Barbosa	Salvador - (Nazaré)	"	"
G. E. Jacinto Caraúna	Salvador - Barbalho	"	"
G. E. Aarão Carneiro	Salvador - Lapinha	"	"
G. E. Leopoldo Reis	Salvador - B. de Quintas	"	"
G. E. Góes Calmon	Salvador - Barris (Dist. de S. Pedro)	"	"
G. E. General Osório	Itabuna	1941	As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930 - 1945.
G. E. Monsenhor Bastos	Caetité	1957	Catálogo online da Biblioteca do IBGE - Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html >.
G. E. Vicentino	Itabuna (pontalzinho)	1959	"

conclusão

G. E. Celso Fontes Lima	Itabuna	s/d	"
G. E. Brasília Baraúna de Almeida	Itabuna (Antique)	1968	"
G. E. Luiz Viana Filho	Itabuna (St Antonio)	1968	"
G. E. Marechal Humberto Castelo Branco	Itabuna (Califórnia)	1968	"
G. E. Austriclino Carvalho	Senhor do Bonfim	s/d	"
G. E. Goés Calmon	Santa Inês	s/d	Catálogo online da Biblioteca do IBGE.
G. E. Carlos Pedreira	São Gonçalo dos Campos	s/d	Álbum artístico, comercial e industrial do estado da Bahia, 1930. Autor - Manuel Folgueira.
G. E. Angelo Costa	Andaraí	s/d	Catálogo online da Biblioteca do IBGE.
G. E. Floriano Peixoto	Jaguarari	s/d	"
G. E. Dr. Theotonio Matins	Tucano	s/d	"
G. E. Celino Neves	Palmas de Monte Alto	s/d	"
G. E. Antonio Bahia	Conceição do Coité	s/d	"
G. E. Anísio Teixeira	Pindobaçu	s/d	"
G. E. Aurelino Leal	Itacaré	s/d	"
G. E. Osvaldo Cruz	Riachão do Jacuípe	s/d	"
G. E. Deolisano R. de Souza	Medeiros Neto	s/d	"
G. E. Dom Pedro II	Urandi	s/d	"
G. E. Doutor Rodrigues Lima	Itaubaçu	s/d	"
G. E. Doutor Scipião Torres	Curaçá	s/d	"
G. E. Gov. Luiz Viana Filho	Aramari	s/d	"
G. E. João Borges de Sá	Uauá	s/d	"
G. E. Juracy Magalhães	Ibirapuã	s/d	"
G. E. Luiz Viana Filho	Iraquara	s/d	"
G. E. Pres. Castelo Branco	São Desidério	s/d	"
G. E. Prof. Núbia Borges Badaró	Itajuípe	s/d	"
G. E. Rui Barbosa	Mutuípe	s/d	"
G. E. Carneiro Ribeiro	Ruy Barbosa	s/d	"

Fonte: Elaboração da autora a partir das fontes referidas na quarta coluna do quadro.

ANEXO

ANEXO A - Bahia. Demonstrativo dos diretores e corpo docente do Grupo Escolar Rio Branco
– 1905 - 1927

Professores e Adjuntos	Ano em que ensinou
Profº da escola complementar e diretor do Grupo Escolar - Cincinnati Ricardo Pereira da Franca	1905 a 1911 1914 a 1925
Adjª da escola elementar - Emilia Imbassahy Gomes	1905 a 1914
Adjª e posterior professora interina da segunda classe da escola elementar - Augusta Franca Neves	1911 a 1927
Adjª - Tertuliana Gonçalves Diogo	1914 . 1915
Adjº Edgar Pitangueira	1914, 1915
Adjª e posterior professora efetiva da primeira classe da escola elementar - Alzira Lourdes Assis	1914 a 1924
Adjª da segunda classe da escola elementar - Leolinda Pereira de Araujo e Azevedo	1914 a 1923
Adjª - Zaira da Cunha Gonçalves	1915
Adjº auxiliar da escola complementar João Ribeiro Ribeira	1915
Adjº e posterior professor Antonio Salustio Ferreira de Azevedo	1915 a 1925
Profª da escola infantil - Clara de Araujo Conceição Diretora	1916 a 1927 1928
Profª da primeira classe da escola elementar - Amelia Laura Costa	1916 a 1917
Adjª da segunda classe da escola elementar - Maria Amelia Carvalho e Silva	1917 a 1927
Adjª Joana Simões Araujo	1921
Profº Emygdio Joaquim Gomes Diretor interino	1921 a 1925 1925
Catedrática do segundo ano e auxiliar da escola infantil - Astrogilda Martins	1927
Deocleciano Barbosa de Castro	1927